

1. INTRODUÇÃO

O Orçamento para o ano de 2009 foi elaborado no âmbito da competência da Câmara Municipal conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para apresentação à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da referida Lei. Na previsão de receitas foi seguido o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as devidas alterações, tendo sido garantido o cumprimento, dos princípios orçamentais, bem como a sua compatibilidade com as regras previsionais definidas pelo mesmo.

1.1 Enquadramento geral

A actual conjuntura económica e financeira, tanto a nível nacional como internacional, aponta para cenários de forte abrandamento do crescimento económico e de recessão nas economias tradicionalmente fortes e de abrandamento do crescimento nas economias emergentes, com consequências no investimento, no emprego, no rendimento das famílias e na exclusão social.

Portugal vive uma crise social e económica, agravada pela situação financeira e bancária, num ciclo longo de baixo crescimento económico, que tenderá a manter-se e que poderá ser mais desfavorável, se ocorrer um agravamento da conjuntura a nível mundial.

A partir do ano de 1999, Portugal deixou de convergir com a média dos países da EU, entrando em rota de divergência pelo 10.º ano consecutivo, afastando-se de países como a Espanha e Grécia (cerca de 30 pontos abaixo), a Eslovénia e a república Checa.

Os portugueses continuarão a empobrecer face aos seus congéneres europeus. Portugal em termos de PIB per capita está, no conjunto da EU-27, no 21.º lugar, abaixo de países como o Chipre, Eslovénia, Eslováquia, Estónia, Malta e república Checa, países que só em 2004 aderiram à EU.

Desde meados da década de noventa do século passado, que a economia portuguesa tem vindo a perder competitividade. De 2004 para 2008, na avaliação feita pelo ranking do World Economic Forum, passou da 25.ª para a 43.ª posição e no ranking do Institute for Management Development, do 32.º lugar para o 37.º.

Portugal tem vindo a acumular défices significativos na balança corrente com o exterior, de 6,1% em 2004, prevê-se para 2009, 11,1% do PIB, situação que obriga a endividamento progressivo da economia. A dívida pública evoluiu de 58,7% em 2004 para 64% do PIB em 2009 (previsão). A dívida externa bruta ascendia, no final de Junho a quase 344 mil milhões de euros, uma verba que representa cerca de duas vezes o PIB nacional.

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita está a cair desde 2005 de acordo com dados da CE. A fatia de riqueza gerada internamente, enviada para fora de Portugal por conta de dividendos e juros da enorme dívida externa, é hoje a mais elevada, em percentagem do PIB, desde a década de 80. Esta evolução tem dificultado a evolução do nível de vida no nosso país, que desde o início do século quase não evolui.

A estagnação do PIB, as baixas previsões de crescimento anunciadas pela Comissão Europeia, faz antever para 2009, um ano difícil, com baixo investimento público (de 2005 a 2008 sofreu uma forte quebra), e por isso de consequências negativas na competitividade e no emprego que tenderá a aumentar, dificuldades crescentes para as actividades exportadoras, vistos os nossos principais mercados exportadores estarem a sofrer um abrandamento económico ou de recessão (Espanha, Alemanha e França).

As perspectivas de inflação de 2,5% para o índice de preços no consumidor, previsto no OE 2009, parecem compatíveis com a desaceleração prevista para o crescimento da procura, valor que poderá evoluir, se a instabilidade global levar a um novo choque petrolífero.

As dificuldades de arranque do QREN nos dois últimos anos, assim como de encerramento do anterior quadro Comunitário de apoio, evidenciam insuficiência de meios próprios no país, para garantir a contrapartida nacional dos projectos de investimento.

A actual situação não é favorável ao necessário exercício de competitividade e coesão no sentido da convergência no seio da EU e de redução das graves assimetrias no País, pelo que é provável que em 2013, concluído este novo ciclo de Apoios Comunitários, as assimetrias se tenham agravado e as Regiões pobres, continuem na mesma situação, nessa data possivelmente sem ajudas ao nível do hoje previsto.

1.2 Enquadramento específico

Em termos de enquadramento específico, e tendo em conta os pressupostos de enquadramento geral, é considerada como orientadora das medidas de orientação específica, a necessidade de na Instituição ser compreendida a relação entre a aplicação do actual Quadro de Apoio Comunitário, como oportunidade a agarrar e simultaneamente entender que a transição para o período pós 2013 (em que o município poderá deixar de ter disponível uma das suas actuais fontes de financiamento), se prepara a partir desta data, garantindo a necessária sustentabilidade no funcionamento desta Instituição.

Como orientações específicas assumimos:

Contenção máxima na despesa corrente, garantindo a afectação de recursos estritamente necessários ao bom funcionamento dos serviços e equipamentos para, de forma sustentada fazer face à situação de maiores responsabilidades assumidas pelo município;

Máxima integração entre Serviços de modo a potenciar a utilização de recursos e reduzir eventuais desperdícios, contribuindo para uma recuperação sustentada e equilibrada no país;

Aumento da qualidade e eficiência dos Serviços, reduzindo custos de contexto para as empresas e cidadãos em geral, apostando nas oportunidades associadas ao Sistema de Modernização Administrativa;

Continuação do esforço de aproximação entre o custo dos serviços prestados e a receita daí proveniente, no sentido do reforço sustentado das receitas próprias e da autonomia financeira;

Disponibilização máxima de recursos financeiros para o investimento, de modo a garantir o máximo aproveitamento possível de Ajudas Comunitárias;

Definição de prioridades de investimento de forma muito selectiva, no sentido de direccionar maioritariamente recursos para investimentos elegíveis em termos de apoios com fundos comunitários, de modo a aproveitar o máximo daquela que poderá ser a última oportunidade para a resolução de problemas infra-estruturais;

Criar oportunidades para a competitividade e a inovação, de modo a garantir mais e melhor emprego, maiores oportunidades para a fixação de pessoas e continuar a afirmar Bragança como município âncora em termos regionais, papel que na última década tem reforçado de forma bem evidente.

Garantir a implementação de políticas de integração em conceitos de sustentabilidade global, aprofundando os conceitos estratégicos adoptados pelo município, no âmbito da Agenda 21 Local e do Plano da EcoCidade e Eco região.

Cooperação com as Juntas de Freguesia, ao nível técnico e financeiro, na medida das disponibilidades e relevância das acções, de modo a potenciar a resolução de problemas das populações tendo presente o princípio da subsidiariedade;

Acolher a participação dos cidadãos, promovendo a cidadania, e o reforço do movimento de voluntariado. Apoiar o movimento associativo, nas suas actividades numa perspectiva de redução da dependência de subsídios, privilegiando a sustentabilidade.

Consolidar a participação do município, nas empresas municipais e intermunicipais, associações e fundações, promovendo princípios de sustentabilidade.

1.3 Orçamento

O orçamento da receita tem o valor de 42.893.100€, salientando-se algum crescimento relativamente à previsão de 2008, essencialmente à custa da rubrica de transferências de capital, visto ser previsível uma boa mobilização de Apoios Comunitários. As rubricas mais significativas, são: impostos directos; transferências correntes; venda de bens e serviços correntes e transferências de capital.

Em termos de estrutura do Orçamento, as receitas próprias representam 35,86%, as transferências provenientes da participação nos impostos (FEF/FSM/IRS) representam 34,60% e os Apoios Comunitários 29,53%.

O orçamento da despesa de valor igual ao da receita, cresce relativamente à previsão de 2008, essencialmente na rubrica de despesa com pessoal, tendo em conta os novos critérios de orçamentação, encargos adicionais com novas contratações, com promoções nas actuais carreiras. Não está considerado o efeito favorável relacionado com aposentações (oito em curso e outras que ocorrerão durante o ano), e essencialmente na rubrica de aquisição de bens de capital, resultado do maior contributo das receitas de capital.

Em termos de agrupamento, as despesas repartem-se da seguinte forma: 1,98% para funções gerais, 86,38% para funções sociais e 11,64% para funções económicas.

1.4 Dívida e Serviço da Dívida

A dívida aos Bancos, a 1 de Janeiro de 2009, será de 9.663.590€, resultado de anteriores empréstimos e da contracção de um empréstimo de curto prazo para pagamento de três novos autocarros e que será totalmente amortizado em 2009 e de um novo empréstimo de longo prazo, contraído para as obras de construção da circular. As amortizações previstas atingem o valor de 1.592.200€, o que corresponde a uma redução de 16,48%. Se durante o ano de 2009 for contraído um novo financiamento para assegurar boa execução em obras financiadas por fundos comunitários, então a redução global será de 0,96%.

Quanto aos limites de endividamento constatamos que a dívida de médio e longo prazo corresponde a 46,05% do limite legal, e que o endividamento líquido corresponde a 31,65% do limite legal.

1.5 Activo Fixo do Município

O activo fixo do município a 31 de Dez. de 2002, atingia o valor de 66,2 milhões de euros, a 31 de Dez de 2007, o valor de 159,9 milhões de euros, prevendo-se que em 2008 atinja o valor de 183,8 milhões de euros, o equivalente a um aumento de 14,95%.

Durante os últimos anos, de forma continuada e sustentada temos assegurado o crescimento do património próprio do município, seja ao nível dos bens do domínio privado, seja dos bens do domínio público, dando provas de boa gestão, sem deixar de assegurar estabilidade e até diminuição na dívida global do município, assegurando coerência entre os instrumentos de previsão orçamental e de investimento e a execução.

1.6 Recursos Humanos e Mapa de Pessoal

Ao nível dos trabalhadores do município, têm vindo a ser, de forma clara registadas melhorias de qualificação, em particular a qualificação ao nível dos quadros superiores, com efeitos positivos na concretização das tarefas municipais, salientando-se a capacidade de iniciativa, a melhoria no planeamento, na organização dos recursos e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e na concretização dos investimentos, resultados bem evidenciados nos índices de caracterização dos serviços e sua evolução.

O Mapa de Pessoal, elaborado conforme a lei que estabelece o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e que acompanha a proposta de Orçamento prevê novas admissões essencialmente nas áreas técnica, de educação, jurídica, de planeamento, de arquivo, de engenharia, social e na área técnico profissional, de modo a garantir a execução continuada de políticas previstas e de projectos específicos, a concretizar com apoios comunitários, após o que será posto termo aos contratos de alguns dos quadros expressamente contratados para o efeito. O balanço final entre novas admissões e aposentações, não irá diferir significativamente, salvo o resultado da transferência de competências na área da educação, que poderá envolver acima de 150 trabalhadores.

Aos trabalhadores serão asseguradas condições em termos de segurança, higiene e saúde no trabalho, melhoria das condições de trabalho, de formação e garantia de promoção conforme possibilidade legal e respectivo desempenho.

Durante o ano de 2009, será dado novo impulso de modernização dos Serviços, com o desenvolvimento das seguintes tarefas: continuação da modernização do parque informático; trabalho

em plataforma electrónica de contratação pública; implementação de uma Intranet; disponibilização de SIG on-line; implementação de inter-face Web e informatização das bibliotecas.

1.7 Plano Plurianual de Investimentos

O PPI reflecte a despesa associada à realização dos projectos e acções previstas, concentrando-se em três grandes rubricas: as funções gerais com 2,05% do investimento; as funções sociais com 85,77% e as funções económicas com 12,18%, para um investimento de 18.803.100,00 euros.

O investimento distribui-se pelos objectivos principais da seguinte forma: serviços gerais de administração pública com 2,04%; educação com 26,91%; saúde com 4,25%; educação e serviços colectivos com 52,99%; serviços culturais, recreativos e religiosos com 1,61%; indústria e energia com 2,21%; transportes e comunicações com 9,92%.

Doze projectos ou acções, absorvem 85,2% do investimento, conforme lista que se transcreve, daí a reduzida margem de lançamento de novos projectos, a não ser que novos recursos financeiros sejam obtidos e feitas as necessárias revisões orçamentais.

São os seguintes os projectos referidos:

| | |
|---|-------------|
| Centros Escolares | 5.000.000€; |
| Centro de Saúde de Santa Maria | 800.000€; |
| Aquisição de terrenos e imóveis diversos .. | 1.068.300€; |
| Circular Interior | 1.000.000€; |
| Av. General Humberto Delgado | 2.100.000€; |
| Ciclovia | 1.600.000€; |
| Loteamento de S. Tiago | 450.000€; |
| Pavimentação de Bairros na Cidade | 600.000€; |
| Programa Polis | 1.674.300€; |
| Zona Industrial de Mós | 200.000€; |
| Pavimentação de Estradas | 650.000€; |
| Pavimentação a Cubos de Granito | 800.000€. |

1.8 Plano de Actividades Municipal

Quanto ao Plano de Actividades Municipal, com o valor de investimento de 1.187.400€, evidencia as transferências financeiras a efectuar para outras entidades sendo as principais rubricas: educação com 4,25%; segurança e acção social com 20,21%; habitação e serviços colectivos com 17,64% e serviços culturais, recreativos e religiosos com 53,90%.

2. ORÇAMENTO

Sabendo que os recursos que as Autarquias têm ao seu dispor são escassos, a exigência de optimização dos mesmos torna-se uma necessidade cada vez mais premente. O Orçamento municipal revela-se assim um instrumento de gestão fundamental, onde se pretendem converter as intenções que figuram nos planos plurianual de investimentos e de actividades municipais em realizações, através da afectação dos meios financeiros necessários. Este objectivo de transformação de intenções em acções tem uma função inicial de previsão, consistindo na inscrição orçamental de todas as receitas e despesas que o município espera obter ou despende durante o ano a que se reporta o orçamento.

Compete à Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, elaborar este importante documento previsional e apresentá-lo à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) do n.º2 do artigo 53.º do referido diploma legal.

Este documento de gestão financeira, anual, proveniente precisamente do planeamento operacional, deve garantir o cumprimento de todos os princípios e regras legalmente exigidos. A sua regulamentação consta no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 22 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e o Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, mais especificamente no seu ponto 3.3., que contém as regras a observar na respectiva elaboração, nomeadamente a que especifica que *"... as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedam o mês da sua elaboração, excepto no que respeita a receitas novas ou a actualizações de impostos...."*.

Assim sendo, a metodologia adoptada para elaboração do Orçamento de Receita 2009 foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês considerado o de Setembro de 2008.

O Orçamento Municipal é condicionado por alguns factores que convém mencionar, pois estão subjacentes à sua elaboração: a incompressibilidade das despesas (encargos fixos), a exigência do duplo equilíbrio financeiro (regra do equilíbrio do orçamento global e regra do equilíbrio orçamental corrente), a situação interna e os condicionalismos externos ao desempenho da economia e a política Europeia de apoios estruturais às regiões de convergência.

2.1. Apresentação Global do Orçamento 2009

A previsão das receitas e despesas, para o próximo ano é apresentada no quadro seguinte, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação económica, Correntes e Capital.

QUADRO 1. Resumo do Orçamento Previsto para o ano de 2009

| <i>Descrição</i> | <i>Classificação Orçamental</i> | | <i>Total</i> |
|---------------------|---------------------------------|-----------------------------|---------------|
| | <i>Correntes</i> | <i>Capital</i> | |
| <i>Receitas</i> | 23.217.800,00 | 19.675.300,00 | 42.893.100,00 |
| <i>Despesas</i> | 21.208.800,00 | 21.684.300,00 | 42.893.100,00 |
| <i>Saldo</i> | <i>2.009.000,00</i> | <i>-2.009.000,00</i> | |

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Pela observação do quadro, conclui-se que este preceito se manteve presente, totalizando as Receitas correntes o montante de 23.217.800,00 euros face ao valor de 21.208.800,00 euros de Despesas correntes, ou seja, foi possível obter uma *poupança corrente* no valor de 2.009.000,00 euros, proveniente do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, financiando, no mesmo valor, as despesas de capital.

A leitura sintetizada do quadro seguinte, permite-nos concluir que o orçamento de 2009, apresenta comparativamente ao de 2008, um aumento de 11,45%, em valores absolutos 4.407.700,00 euros. No orçamento de receita, tal facto tem maior expressividade na previsão das receitas de capital, com um aumento de 3.257.100,00, ou seja 19,84%. As receitas correntes, comparativamente ao ano de 2008 apresentam um crescimento de 5,21%. Relativamente ao orçamento de despesa, com um aumento absoluto de igual valor, prevê-se um acréscimo de 6,52% nas despesas correntes sendo que as despesas de capital – em consonância com o crescimento das receitas – aumentam face ao previsto no ano de 2008, 3.109.800,00 euros.

Seguidamente irá proceder-se pormenorizadamente à análise do Orçamento Municipal.

QUADRO 2. Mapa Comparativo dos Orçamentos previstos - 2008-2009**ORÇAMENTO DE RECEITA**

| Descritivo | 2008 | 2009 | Var. % |
|--|---------------------|---------------------|----------------|
| Receitas Correntes | | | |
| Impostos Directos | 4.700.300 € | 4.806.900 € | 2,27% |
| Impostos Indirectos | 425.300 € | 379.500 € | -10,77% |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 929.500 € | 935.800 € | 0,68% |
| Rendimentos de Propriedade | 1.542.700 € | 1.808.200 € | 17,21% |
| Transferências Correntes | 10.450.800 € | 10.852.800 € | 3,85% |
| Venda de Bens e Serviços Correntes | 3.984.000 € | 4.385.200 € | 10,07% |
| Outras Receitas Correntes | 34.700 € | 49.400 € | 42,36% |
| <i>Total (Receitas Correntes)</i> | 22.067.300 € | 23.217.800 € | <i>5,21%</i> |
| Receitas Capital | | | |
| Venda de Bens de Investimento | 3.197.300 € | 3.013.800 € | -5,74% |
| Transferências de Capital | 13.216.500 € | 16.656.700 € | 26,03% |
| Outras Receitas de Capital | 4.300 € | 4.700 € | 9,30% |
| <i>Total (Receitas Capital)</i> | 16.418.100 € | 19.675.200 € | <i>19,84%</i> |
| Outras Receitas | | | |
| Reposições não abatidas aos pagamentos | 0 € | 100 € | 100 |
| <i>Total (Outras Receitas)</i> | 0 € | 100 € | <i>100,00%</i> |
| TOTAL | 38.485.400 € | 42.893.100 € | 11,45% |

ORÇAMENTO DE DESPESA

| Descritivo | 2008 | 2009 | Var.% |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| Despesas Correntes | | | |
| Despesas com o pessoal | 6.785.900 € | 7.696.000 € | 13,41% |
| Aquisição de bens e serviços | 11.441.300 € | 11.870.300 € | 3,75% |
| Juros e outros encargos | 395.800 € | 543.600 € | 37,34% |
| Transferências correntes | 1.011.000 € | 807.600 € | -20,12% |
| Outras despesas correntes | 276.900 | 291.300 | 5,20% |
| <i>Total (Despesas Correntes)</i> | 19.910.900 € | 21.208.800 € | <i>6,52%</i> |
| Despesas Capital | | | |
| Aquisição de bens de capital | 15.834.500 € | 18.518.100 € | 16,95% |
| Transferências de capital | 1.396.200 € | 1.199.000 € | -14,12% |
| Activos financeiros | 165.000 € | 375.000 € | 127,27% |
| Passivos financeiros | 1.178.800 € | 1.592.200 € | 35,07% |
| <i>Total (Despesas Capital)</i> | 18.574.500 € | 21.684.300 € | <i>16,74%</i> |
| TOTAL | 38.485.400 € | 42.893.100 € | 11,45% |

2.1.1. Orçamento da Receita

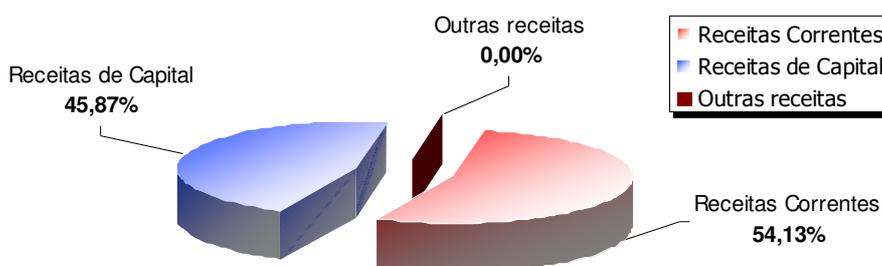
A classificação económica das receitas traduz-se na desagregação das mesmas, em receitas correntes e de capital.

As receitas correntes, aquelas que se repercutem no património não duradouro da autarquia são provenientes de rendimentos no período orçamental, são agrupadas em: Impostos directos e indirectos; Taxas, multas e outras penalidades; Rendimentos de propriedade; Transferências correntes; Venda de bens e serviços correntes e Outras receitas correntes.

No que concerne às receitas de capital, ou seja, aquelas que são arrecadadas pela autarquia e que alteram o seu património duradouro, agrupam-se por capítulos com as seguintes designações: Venda de bens de investimento, Transferências de capital, Activos financeiros, Passivos financeiros e Outras receitas de capital.

O Orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3.3 do POCAL. Os valores orçamentados foram sempre arredondados para a centena imediatamente superior. Assim sendo, a previsão para o ano de 2009 em termos de receita ascende a 42.893.100,00 euros, apresentando a seguinte estrutura:

GRÁFICO I. Composição do Orçamento de Receita



| Receitas de Capital Estrutura | | Receitas Correntes Estrutura | |
|--|--------|---|--------|
| Venda Bens Investimento | 15,32% | Impostos Directos | 20,70% |
| Transferências Capital | 84,66% | Impostos Indirectos | 1,63% |
| Outras Receitas Capital | 0,02% | Taxas, Mult. penalidades | 4,03% |
| | | Rendimentos propriedade | 7,79% |
| | | Transferências correntes | 46,74% |
| | | Venda bens e Serviços | 18,89% |
| | | Outras Receitas | 0,21% |

QUADRO 3. Principais fontes de Financiamento do Orçamento de Receita

| <i>Descritivo</i> | <i>valor</i> | <i>Principal fonte financiamento</i> | <i>valor</i> | <i>%</i> |
|---|---------------------|---|---------------------|---------------|
| Receitas Correntes | | | | |
| Impostos Directos | 4.806.900 € | Imp. Municip. sobre Imóveis | 2.691.600 € | 55,99% |
| | | Imp. Unico de Circulação | 452.100 € | 9,41% |
| | | Imp. Municip. S/Tran.Onerosas Imóveis | 1.601.700 € | 33,32% |
| | | Imposto Abolidos | 61.400 € | 1,28% |
| Impostos Indirectos | 379.500 € | Loteamentos e Obras | 345.900 € | 91,15% |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 935.800 € | Mercados e Feiras | 53.500 € | 5,72% |
| | | Loteamentos e Obras | 230.990 € | 24,68% |
| | | Saneamento - Conservação | 493.800 € | 52,77% |
| Rendimentos de Propriedade | 1.808.200 € | Rendas - Outros | 1.748.900 € | 96,72% |
| Transferências Correntes | 10.852.800 € | Administração Central - Estado | 10.482.800 € | 96,59% |
| Venda de Bens e Serviços Correntes | 4.385.200 € | Venda de bens - Água | 1.427.600 € | 32,55% |
| | | Venda de bens - Electricidade | 686.100 € | 15,65% |
| | | Serviços Sociais, Recreat/Cult/Desporto | 173.700 € | 3,96% |
| | | Serv. Esp.Autarquias - Resíduos sólidos | 895.000 € | 20,41% |
| | | Serv. Esp.Autarquias - Transp. Colectivos | 155.900 € | 3,56% |
| | | Serv. Esp.Autarquias - Parq. Estacionamento | 229.200 € | 5,23% |
| | | Rendas | 608.100 € | 13,87% |
| Outras Receitas Correntes | 49.400 € | Outras | 49.400 € | 100,00% |
| Total (Receitas Correntes) | 23.217.800 € | | 22.387.690 € | 96,42% |
| Receitas de Capital | | | | |
| Venda de Bens de Investimento | 3.013.800 € | Terrenos | 3.012.700 € | 99,96% |
| Transferências de Capital | 16.656.700 € | Administ. Central - Estado | 5.254.800 € | 31,55% |
| | | Estado - Part/comunitária proj.co-financiados | 11.401.900 € | 68,45% |
| Outras Receitas de Capital | 4.700 € | | | |
| Total (Receitas Capital) | 19.675.200 € | | 19.669.400 € | 99,97% |
| TOTAL | 42.893.000 € | | 42.057.090 € | 98,05% |

A leitura do gráfico 1, complementada pelos quadros anteriores, evidencia a peso de cada tipo de receita no orçamento global, a sua desagregação e as principais fontes de financiamento. Ao analisar os agrupamentos que contribuem mais significativamente para o orçamento de receita e os desvios verificados, comparativamente ao ano anterior, são de salientar as seguintes considerações:

Ao nível das **Receitas Correntes** que representam **54,13%** do Orçamento:

- ▲ Dos **Impostos directos**, que representam 20,70% do orçamento corrente, 89,31% são provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, com 55,99% e 33,32% respectivamente;

▲ Os **Impostos indirectos**, resultantes do sector produtivo, representam 1,63% do orçamento corrente, registando um decréscimo de 10,77% face ao valor estimado para o ano 2008. A receita proveniente de Loteamentos e Obras representa 91,15% destes impostos;

▲ Os **Rendimentos de Propriedade** apresentam relativamente a 2008, um acréscimo de 17,21%. Estes rendimentos resultam em 96,72% da renda de concessão proveniente da EDP;

▲ As **Transferências Correntes** que representam 46,74% das receitas correntes registam um aumento de 3,85% face ao valor orçamentado para 2008. A sua proveniência é em 96,56% da Administração Central, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS; Será ainda de referir que 809.200 euros são provenientes das participações da DREN, IEFP e DGAL, no que dizem respeito ao apoio às despesas provenientes dos auxiliares da acção educativa, actividades extra-curriculares, estágios profissionais e transportes escolares, respectivamente;

▲ A venda de **Bens e Serviços Correntes** que contribuem em 18,89% para o orçamento corrente das receitas, apresentam um acréscimo de 10,07% face ao valor orçamentado em 2008. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos, são as receitas mais significativas, com 32,554% e 20,41%, respectivamente. As receitas provenientes das rendas contribuem em 13,87% para a formação deste tipo de receitas, estando incluídas as provenientes da habitação, edifícios e outras. Neste agregado de receitas, as rendas provenientes da habitação e edifícios tem uma expressão de aproximadamente 20,01%, as restantes rendas, são provenientes na sua quase totalidade de alugueres de equipamento.

Ao nível das **Receitas de Capital** que, representam **45,87%** do Orçamento:

▲ A rubrica **Venda de Bens de Investimentos**, nomeadamente Terrenos, com o peso no orçamento de receitas de capital de 15,32%, regista um decréscimo de 5,74% face ao valor estimado para o ano 2008;

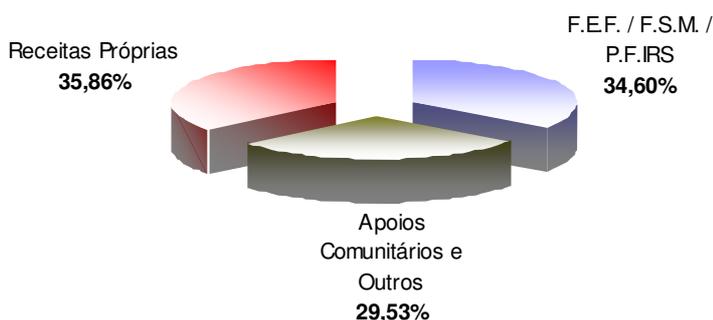
▲ A rubrica **Transferências de Capital** que contribuem com 84,66% para o orçamento de receitas de capital, apresenta um aumento de 26,03% face ao valor estimado para o ano de 2008. Este agregado de receitas é procedente, na sua totalidade das transferências da Administração Central em 16.656.700,00. Por ordem de importância, 68,45% são provenientes de participação comunitária em co-financiamentos, 31,13% provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro e 0,42% da Cooperação Técnica e Financeira;

QUADRO 4. Evolução da Previsão das Receitas Totais por Fontes de Financiamento

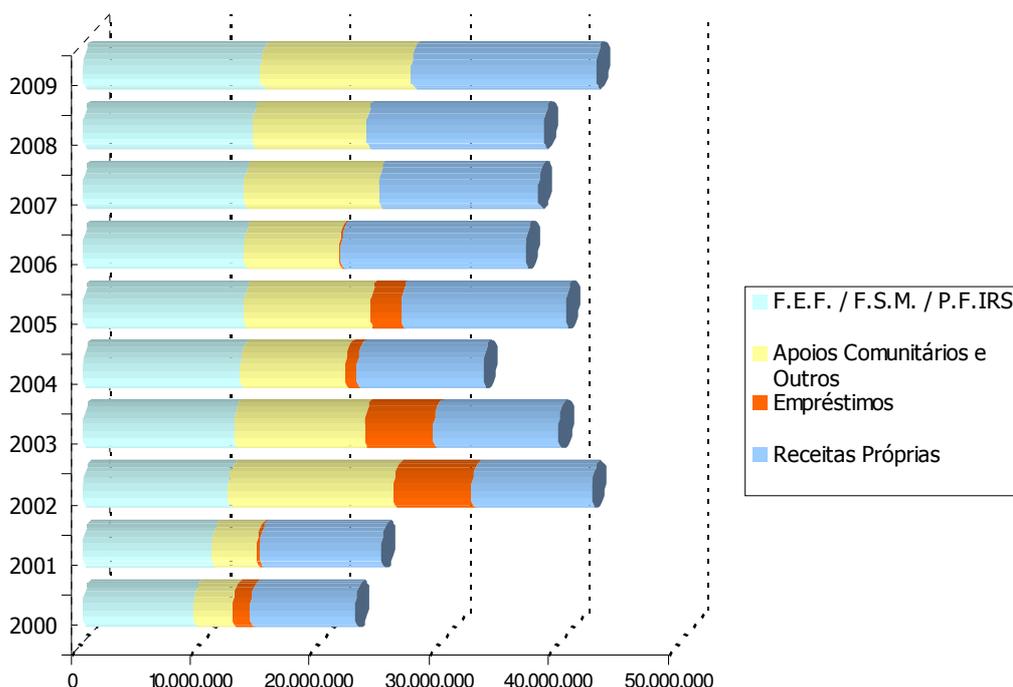
| Fontes de Financiamento | 2008 | | 2009 | | Variação em % |
|------------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------|
| | Valor | Estrutura (%) | Valor | Estrutura (%) | |
| F.E.F. / F.S.M. / P.V.IRS | 14.135.000 € | 36,73% | 14.841.800 € | 34,60% | 5,00% |
| Apoios Comunitários e Outros | 9.532.300 € | 24,77% | 12.667.700 € | 29,53% | 32,89% |
| Empréstimos | 0 € | 0,00% | 0 € | 0,00% | 0,00% |
| Receitas Próprias | 14.818.100 € | 38,50% | 15.383.600 € | 35,86% | 3,82% |
| <i>Total</i> | <i>38.485.400 €</i> | <i>100,0%</i> | <i>42.893.100 €</i> | <i>100,0%</i> | <i>11,45%</i> |

Complementando a análise anterior com a previsão global da estrutura das fontes de financiamento (correntes e de capital), do orçamento para 2009 salientamos alguns aspectos:

- ✦ As **transferências provenientes directamente do Orçamento de Estado** através dos fundos: Fundo de Equilibrio Financeiro (F.E.F.), Fundo Social Municipal (F.S.M.) e Participação Variável no IRS (P.V.IRS) representam 34,60% dos recursos financeiros da Autarquia;
- ✦ As receitas **provenientes de apoios comunitários e outros** reflectem um acréscimo de 32,89% relativamente ao valor orçamentado em 2008;
- ✦ As **receitas próprias** embora representando na estrutura 38,50% em 2007 e 35,86% em 2008, demonstram em valor absoluto um incremento de 565.500,00 euros.

GRÁFICO II. Estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento

Apresenta-se seguidamente a evolução das receitas totais previstas por fontes de financiamento num período mais alargado (2000-2009).

GRÁFICO III. Evolução das Receitas Totais *por fontes de financiamento*

O quadro seguinte evidencia claramente, por programa e tipologia de projecto, os investimentos cujo financiamento é proveniente de apoios comunitários e outros contratos durante o ano de 2008.

QUADRO 5. Previsão de receitas provenientes de fundos comunitários e outros contratos para 2009 (euros)

| Designação dos Projectos | Origem do Financiamento | Valor |
|---|-------------------------|------------------------|
| Pavimentação a cubos de granito em aldeias emblemáticas de Bragança | FEDER | 407.133,00 € |
| Requalificação da Rede Viária (Este/Norte/Oeste) | FEDER | 299.006,51 € |
| Requalificação da Rede Viária (Este/Sul) | FEDER | 676.329,95 € |
| Circular Interior - 1º Trecho | FEDER | 511.188,07 € |
| Caminho Rural 1205 (Senhora do Aviso) | Feoga - O | 88.533,75 € |
| Caminho Rural Meixedo - Carragosa | Feoga - O | 161.403,75 € |
| Centro Escolar de Santa Maria | FEDER | 1.306.537,69 € |
| Centro Escolar da Sé | FEDER | 1.317.884,93 € |
| Requalificação da EB1 de Rebordãos | FEDER | 76.346,20 € |
| Requalificação da EB1 de Quintanilha | FEDER | 37.999,50 € |
| Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II | FEDER | 1.313.953,02 € |
| Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d'Água | FEDER | 3.344.338,67 € |
| Bragança Activa - Requalificação e Dinamização do Centro Histórico | FEDER | 1.670.871,30 € |
| | TOTAL | 11.211.526,34 € |

2.1.2. Orçamento da Despesa

A realização de despesas tem como princípio fundamental, e no âmbito das competências legalmente conferidas às autarquias, a afectação de recursos ao desenvolvimento de actividades para a satisfação das necessidades da população local. Neste enquadramento e seguindo a mesma orientação aplicada às receitas, nomeadamente na aplicação dos princípios e regras instituídos no POCAL, o orçamento da despesa é projectado evidenciando a relação existente entre a capacidade de financiamento que esta autarquia dispõe e as dotações afectas a cada uma das funções, objectivos ou finalidades comuns às mesmas actividades (classificação funcional) ou a cada operação económica (classificação económica).

As despesas, quanto à sua natureza económica, são classificadas em correntes e de capital. São despesas correntes as que afectam somente o património não duradouro, implicando uma diminuição do activo líquido. A exemplo disso identificam-se as despesas de funcionamento dos serviços, que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente. As despesas de capital são todas aquelas que alteram o património duradouro da Autarquia.

A análise do comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 42.893.100,00 euros, deve ser efectuada numa óptica de comparação com a estimada no ano precedente. Assim as despesas correntes atingem o valor 21.208.800,00 euros, ou seja, um acréscimo de 6,52% em relação a 2008. As despesas de capital atingem o valor de 21.684.300,00 euros, registando de igual forma um acréscimo de 16,74% relativamente ao ano de 2008.

Convém referir que relativamente à despesas com pessoal, os critérios de orçamentação deste tipo de despesas sofreram alterações com a entrada em vigor e produção de efeitos da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. Com efeito, estabelece este diploma no número 1 do seu artigo 7.º quais os encargos afectos às despesas com pessoal que devem ser suportados pelas verbas orçamentais dos órgãos ou serviços, e citamos:

- a) Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço;*
- b) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou, com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;*
- c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.*

Assim, estas despesas e ao contrário do orçamentado para o ano de 2008 em que foram respeitadas as regras previsionais do POCAL – que dispõe no seu ponto 3.3 alínea e) e f) em que respectivamente "As importâncias previstas para despesas com pessoal devem considerar apenas o pessoal que

ocupe lugares de quadro, requisitado e em comissão de serviço, tendo em conta o índice salarial que o funcionário atinge no ano a que o orçamento respeita, por efeitos da progressão de escalão na mesma categoria, e aquele pessoal com contratos a termo certo ou cujos contratos ou abertura de concurso para ingresso ou acesso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento" e " No orçamento inicial, as importâncias a considerar nas rubricas 'Remunerações de pessoal' devem corresponder à da tabela de vencimentos em vigor, sendo actualizada com base na taxa de inflação prevista, se ainda não tiver sido publicada a tabela correspondente ao ano a que o orçamento respeita" – encontram-se oneradas igualmente das previsões de contratação de pessoal a decorrer ao longo de 2009 e dos previsíveis gastos com as promoções nas actuais carreiras.

Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações:

As **Despesas Correntes** representam **49,45%** do Orçamento e destacamos a seguinte informação:

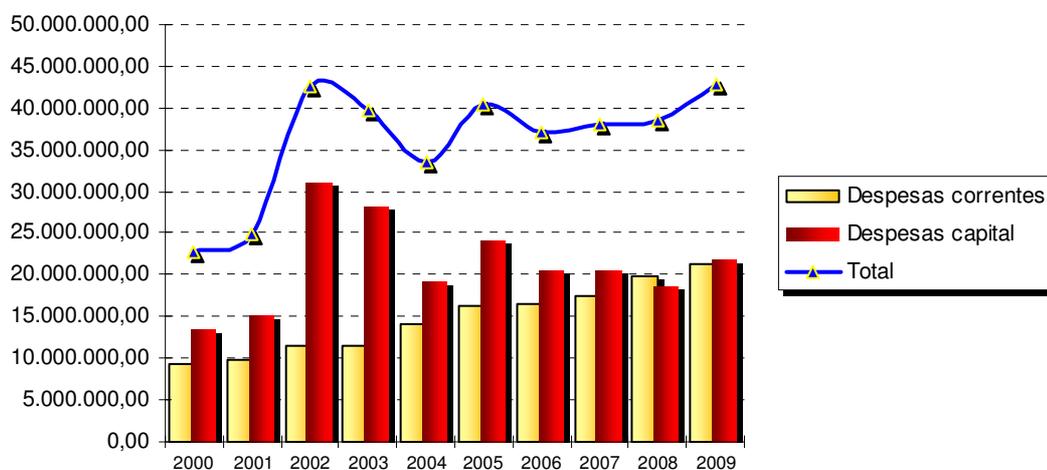
- ✦ As **Despesas com o pessoal** registam um aumento de 13,41% face ao valor estimado para o ano 2008. Tendo por base as dotações corrigidas em final de Setembro de 2008, que atingem o valor de 7.136.320,00, esta variação situa-se na ordem dos 7,84%. A análise deste agrupamento deverá ter em consideração o referido anteriormente;
- ✦ A rubrica **Aquisição de bens e serviços** regista um incremento de 3,75% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2008. Desagregada, a aquisição de bens apresenta um crescimento de 7,27% e a aquisição de serviços 3,09%. Importa referir que feita a análise com base nas dotações corrigidas em 30/09/2008, esta situação é invertida, com a diminuição de 5,27% neste tipo de despesas, sendo que a aquisição de bens sofre uma diminuição de 8,21% e a aquisição de serviços 4,68%;
- ✦ A rubrica **Juros e outros encargos** indica um acréscimo de 37,34% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2008. Este ajustamento é devido à incorporação das despesas inerentes à contratação – em 2008 – de dois empréstimos (um de curto prazo no valor de 482.300,00 euros e outro de médio e longo prazo com 1.500.000,00 euros);
- ✦ A rubrica **Transferências corrente regista** uma diminuição de 20,12% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2008;
- ✦ As **Outras despesas correntes** registam um aumento de 5,20%% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2008;

Ao nível das **Despesas de Capital** que representam **50,55%** do orçamento:

- ✦ A rubrica referente à **Aquisição de bens de capital** regista um aumento de 16,95% face ao valor estimado para o ano 2008, em resultado do maior contributo da previsão das receitas de capital. Esta tipologia de despesas representa 85,40% no orçamento das despesas de capital, 43,17% do orçamento global;
- ✦ As **Transferências de capital** demonstram uma diminuição de 14,12% em relação ao valor previsto no orçamento para o ano 2008;
- ✦ A rubrica de **Activos financeiros** revela um acréscimo de 127,27% face ao valor estimado no orçamento para o ano 2008;
- ✦ A rubrica **Passivos financeiros** evidencia um aumento de 35,07% face ao valor estimado no orçamento para o ano 2008;

Em termos comparativos a estrutura da despesa prevista comporta-se do seguinte modo:

GRÁFICO IV. Evolução da estrutura da despesa 2000-2009



A previsão dos fundos da Autarquia é efectuada pelas várias unidades orgânicas, gerando orçamentos previsionais, resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objectivos traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

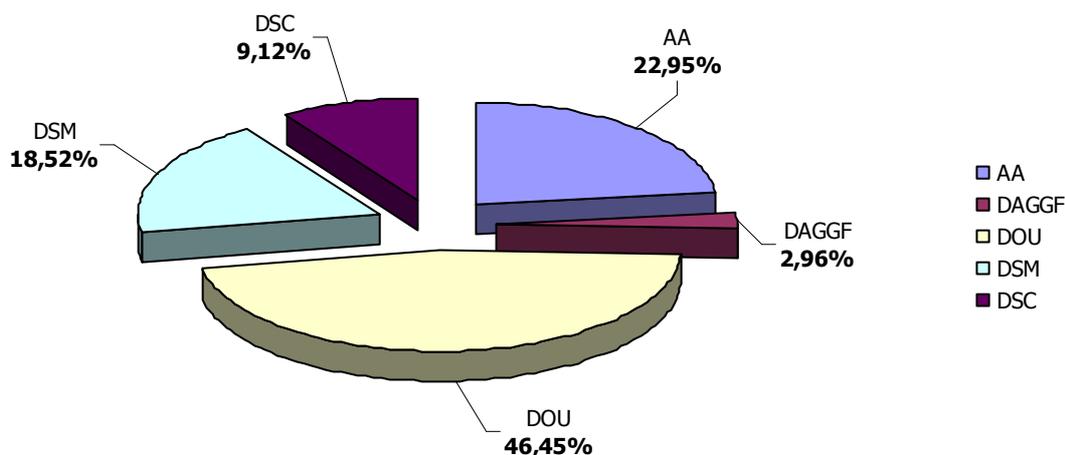
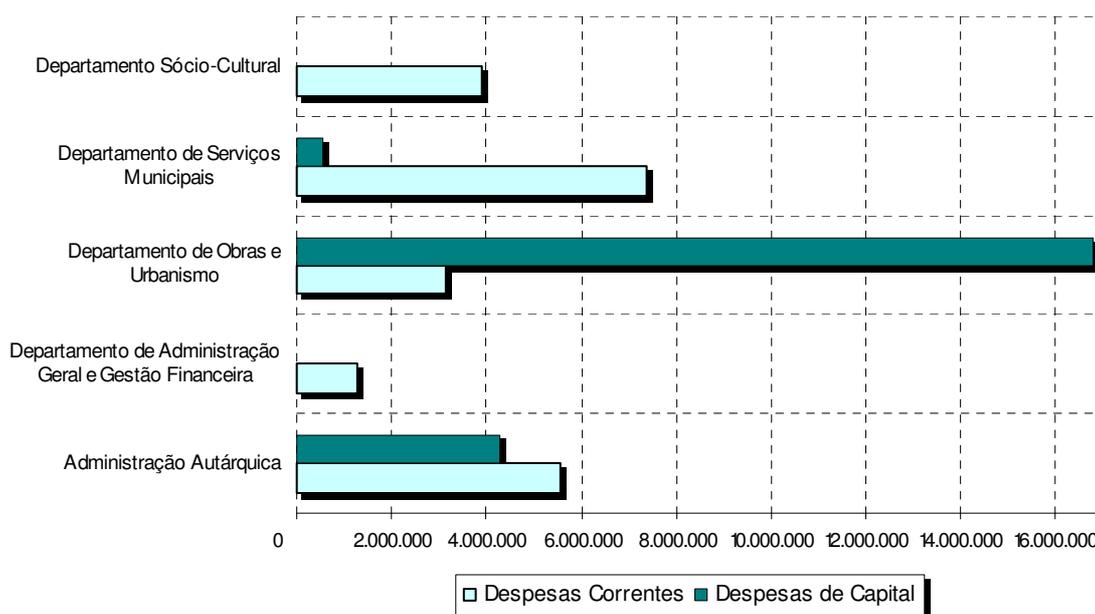
Seguidamente, apresenta-se embora muito sinteticamente, a previsão das despesas pelas várias unidades orgânicas, bem como pelo seu tipo de natureza, correntes ou de capital, indiciadoras do tipo de actividade que cada uma desenvolve.

As despesas associadas ao *Departamento de Obras e Urbanismo* representam 46,45% do total. É neste departamento que está representada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia, o que justifica o tipo de despesa que quase na sua totalidade (84,27%), absorve as despesas de capital.

À Administração Autárquica, com um peso de 22,95% da despesa, estão associados, além de despesas com o pessoal, os valores inerentes às operações financeiras - encargos correntes da dívida contraída junto de instituições de crédito, aquisições de bens e serviços e as transferências de correntes e de capital.

QUADRO 6. Repartição Departamental da Despesa Total 2009 – por tipo de despesa

| Unidades Orgânicas | Despesas Correntes | | | | Despesas de Capital | TOTAL |
|--|----------------------|------------------------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Despesas com pessoal | Aquisição de bens e serviços | Outras Despesas | Total | Despesas de Capital | |
| <i>Administração Autárquica</i> | 1.260.700 € | 3.131.400 € | 1.152.500 € | 5.544.600 € | 4.298.000 € | 9.842.600 € |
| Assembleia Municipal | 36.900 € | 8.200 € | 0 € | 45.100 € | 0 € | 45.100 € |
| Câmara Municipal | 1.223.800 € | 3.123.200 € | 608.900 € | 4.955.900 € | 2.330.800 € | 7.286.700 € |
| Operações Financeiras | 0 € | 0 € | 543.600 € | 543.600 € | 1.967.200 € | 2.510.800 € |
| <i>Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira</i> | 1.172.100 € | 88.300 € | 0 € | 1.260.400 € | 10.000 € | 1.270.400 € |
| Divisão Administrativa | 561.500 € | 26.200 € | 0 € | 587.700 € | 5.000 € | 592.700 € |
| Divisão Financeira | 472.400 € | 47.000 € | 0 € | 519.400 € | 5.000 € | 524.400 € |
| Divisão de Informática e Sistemas | 138.200 € | 15.100 € | 0 € | 153.300 € | 0 € | 153.300 € |
| <i>Departamento de Obras e Urbanismo</i> | 1.959.400 € | 1.175.100 € | 0 € | 3.134.500 € | 16.788.800 € | 19.923.300 € |
| Divisão de Obras | 818.800 € | 286.700 € | 0 € | 1.105.500 € | 16.432.800 € | 17.538.300 € |
| Divisão de Equipamento | 581.500 € | 837.800 € | 0 € | 1.419.300 € | 117.000 € | 1.536.300 € |
| Divisão de Urbanismo | 559.100 € | 50.600 € | 0 € | 609.700 € | 239.000 € | 848.700 € |
| <i>Departamento de Serviços Municipais</i> | 2.313.500 € | 5.063.900 € | 0 € | 7.377.400 € | 567.500 € | 7.944.900 € |
| Divisão de Saneamento Básico | 684.200 € | 2.535.000 € | 0 € | 3.219.200 € | 194.000 € | 3.413.200 € |
| Divisão de Defesa do Ambiente | 766.600 € | 2.264.400 € | 0 € | 3.031.000 € | 82.000 € | 3.113.000 € |
| Divisão de Transportes e Energia | 862.700 € | 264.500 € | 0 € | 1.127.200 € | 291.500 € | 1.418.700 € |
| <i>Departamento Sócio-Cultural</i> | 990.300 € | 2.411.600 € | 490.000 € | 3.891.900 € | 20.000 € | 3.911.900 € |
| Divisão Cultural e Turismo | 550.900 € | 636.800 € | 240.000 € | 1.427.700 € | 5.000 € | 1.432.700 € |
| Divisão de Educação e Desporto | 439.400 € | 1.774.800 € | 250.000 € | 2.464.200 € | 15.000 € | 2.479.200 € |
| TOTAL | 7.696.000 € | 11.870.300 € | 1.642.500 € | 21.208.800 € | 21.684.300 € | 42.893.100 € |

GRÁFICO V. Despesa Global por departamentos**GRÁFICO VI. Despesas Departamentais por natureza**

O quadro seguinte, reflecte a previsão do esforço financeiro a despender, pelas diversas áreas de intervenção (classificação funcional) e que se concentram em três grandes objectivos: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. No ano de 2009 estas funções encontram-se repartidas por dois grandes documentos de apoio à gestão, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal, vulgarmente designados por PPI e PAM, respectivamente. Assim sendo, a análise destes objectivos ou funções deverá ser efectuada de forma conjunta, tendo presente que no PPI se incluem somente despesas da rubrica de investimentos e que no PAM estão retratadas as transferências, correntes e de capital, associadas a determinados objectivos concretos.

QUADRO 7. Previsão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2009

| Descrição | Dotações Iniciais 2009 | | |
|---|------------------------|------------------|-------------------|
| | PPI | PAM | GOP'S |
| Funções Gerais | 385.500 | 10.000 | 395.500 |
| Serviços gerais de administração pública | 383.000 | 0 | 383.000 |
| Segurança e ordem públicas | 2.500 | 10.000 | 12.500 |
| Funções Sociais | 16.127.600 | 1.139.900 | 17.267.500 |
| Educação | 5.060.000 | 50.500 | 5.110.500 |
| Saúde | 800.000 | 0 | 800.000 |
| Segurança e acção sociais | 0 | 240.000 | 240.000 |
| Habitação e serviços colectivos | 9.964.100 | 209.400 | 10.173.500 |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos | 303.500 | 640.000 | 943.500 |
| Funções Económicas | 2.290.000 | 37.500 | 2.327.500 |
| Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 5.000 | 1.000 | 6.000 |
| Indústria e energia | 415.500 | 500 | 416.000 |
| Transportes e comunicações | 1.864.500 | 5.000 | 1.869.500 |
| Comércio e Turismo | 5.000 | 31.000 | 36.000 |
| TOTAL | 18.803.100 | 1.187.400 | 19.990.500 |

Para melhor análise destes importantes instrumentos previsionais é relevante mencionar que, as despesas encontram-se agrupadas segundo a sua classificação funcional, desagregadas em três níveis de detalhe ou hierarquia organizacional: no primeiro nível surgem os objectivos gerais ou grandes funções; no segundo nível definem-se os meios ou, mais correntemente, sub-funções, através das quais se pretendem atingir os objectivos gerais; o terceiro nível fornece a composição mais pormenorizada das sub-funções ou a forma de as executar. O terceiro nível de detalhe, não incluído neste mapa resumo, será abordado aquando da explicitação do PPI e PAM.

No que diz respeito à classificação funcional, o Plano de Actividades Municipal prevê transferências no valor de 1.187.400,00 euros, no Plano Plurianual de Investimentos estimou-se um valor de investimentos de 18.803.100,00 euros. Globalmente, estes dois documentos reflectem um esforço financeiro de 19.990.500,00 cujo valor se encontra imputado em 1,97% às **funções gerais**, 86,41% às **funções sociais** e às **funções económicas** 11,62%.

3. DÍVIDA DO MUNICÍPIO

O endividamento autárquico deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência e prosseguir os objetivos orientadores definidos no artigo 35.º da NLFL – Nova Lei das Finanças Locais, Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, designadamente: *Minimização de custos directos e indirectos numa perspectiva de longo prazo; Garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; Prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; Não exposição a riscos excessivos.*

Considerando que a dívida municipal concorre para a dívida total do Estado, o Sistema Europeu de Contas Regionais e Nacionais de 1995 (SEC 95) obriga à conformidade do conceito de endividamento líquido municipal com o conceito de endividamento líquido estabelecido naquele sistema. Neste sentido, a NLFL derroga a definição do limite de endividamento em termos de fluxos (juros e amortizações) e considera a definição de endividamento municipal enquanto stock de 125% dos recursos próprios mais importantes e correspondentes a receitas do ano anterior provenientes de impostos municipais, participações do município no FEF, participação fixa no IRS, e das participações nos resultados das entidades do sector empresarial local e derrama.

Considerando a impossibilidade de uma previsão concreta do cálculo do endividamento municipal e respectivos limites para o ano de 2009, as informações seguintes permitem desenvolver tanto a análise orçamental do serviço da dívida previsto, como igualmente, o posicionamento actual do município face aos limites impostos com reporte à data de 30 de Setembro de 2008.

3.1. Serviço da dívida

A informação do quadro seguinte evidencia a evolução orçamental das despesas com o serviço da dívida desagregadas em encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações de capital).

QUADRO 8. Previsão do serviço da Dívida

| | | Previsões | |
|-----|----------------------------------|--------------|--------------|
| | | 2008 | 2009 |
| (1) | Amortizações | 1.178.800,00 | 1.592.200,00 |
| (2) | Juros | 393.100,00 | 472.500,00 |
| (3) | Serviço da dívida = (1+2) | 1.571.900,00 | 2.064.700,00 |

Comparativamente aos valores orçamentados, prevê-se para o ano de 2009 um aumento destes encargos no valor de 492.800 euros decorrente quer dos aumentos originados pelos empréstimos

contraídos e a utilizar durante o ano de 2008 (curto prazo e médio e longo prazos), quer pelas diminuições causadas pela redução da dívida com empréstimos anteriormente contratados.

O serviço da dívida (encargos com juros e amortizações de empréstimos) para o ano de 2009 representa 4,81% num orçamento de despesa global de 42.893.100,00 euros.

A projecção estimada da dívida e encargos, decorrentes de empréstimos bancários para o final do ano de 2008 e 2009 apresenta os seguintes valores:

QUADRO 9. Projecção estimada da dívida e encargos para o ano de 2009

| Descrição | Ano de 2008 | | | Ano de 2009 | | | Var. 2008/2009 |
|---|------------------------|------------------|------------------------|------------------------|------------------|------------------------|-------------------|
| | Dívida (01.01.2008) | Amortizações | Dívida (31.12.2008) | Dívida (01.01.2009) | Amortizações | Dívida (31.12.2009) | |
| Empréstimos contraídos até 31.12.2007 | 8.779.674 | 1.098.384 | 7.681.290 | 7.681.290 | 1.109.900 | 6.571.390 | -14,45% |
| Empréstimos contratados durante o ano de 2008 | | | | | | | |
| CP | 0 | 0 | 482.300 | 482.300 | 482.300 | 0 | -100,00% |
| MLP | 0 | 0 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 | 0,00% |
| TOTAL | 8.779.674 | 1.098.384 | 9.663.590 | 9.663.590 | 1.592.200 | 8.071.390 | -16,48% |

Durante o ano de 2009 prevê-se a amortização de 1.592.200,00 euros, dos quais 1.109.900,00 euros correspondem aos empréstimos contraídos até 31/12/2007 e 482.300,00 resultantes da amortização da totalidade do empréstimo a curto prazo contraído para a "Renovação da frota STUB". O empréstimo de médio e longo prazos contratado durante 2008 não apresenta, durante o ano de 2009, qualquer valor de amortização. Assim concluímos que, comparativamente ao ano de 2008, estima-se uma redução da dívida na ordem dos 16,48%.

3.2. Limites de endividamento municipal para 2008

Os limites ao endividamento municipal para o presente ano foram calculados de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais e apresentam os seguintes montantes:

QUADRO 10. Limites ao endividamento municipal para 2008

| Ano de 2008 | valor (euros) |
|---|---------------|
| Limite ao endividamento de curto prazo | 1.771.781,55 |
| Limite ao endividamento de médio e longo prazos | 17.717.815,51 |
| Limite ao endividamento líquido | 22.147.269,39 |

Para o ano de 2009 será previsível que estes limites sofram um ligeiro aumento, pois tendo em conta as receitas utilizadas para o seu cálculo – ano de 2008 – são superiores às de 2007, utilizadas no cálculo do limite do ano anterior.

3.3. Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2008 – informação reportada a 30.09.2008

QUADRO 11. Situação face aos Limites ao endividamento municipal para 2008

| Designação | Montante (euros) | Observações |
|--|------------------|---|
| Endividamento bancário de curto prazo | 0,00 | Empréstimos de curto prazo |
| Capital em dívida de médio e longo prazos | 8.745.393,60 | Empréstimos de médio e longo prazos |
| Endividamento líquido | 7.632.470,22 | O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749 e 414 |
| Contribuição do sector empresarial local para o endividamento bancário de médio e longo prazos | 1.538.208,82 | Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008) |
| Contribuição do sector empresarial local para o endividamento líquido | 1.500.387,82 | Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008) |
| Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento | 2.124.139,79 | Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL |
| Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar | 8.159.462,63 | Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados |
| Endividamento líquido a considerar | 7.008.718,25 | Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados |

Estes limites foram calculados utilizando a metodologia disponibilizada pela Direcção Geral das Autarquias Locais e reportam-se exclusivamente ao endividamento do Município e participações detidas a 100% no capital das empresas do sector empresarial local.

Relativamente ao posicionamento do município face aos limites calculados, podemos concluir que quanto à **dívida a médio e longo prazos** (empréstimos) cujo limite é de 17.717.815,51 euros – valor equivalente ao total das receitas arrecadas em 2007 por conta dos impostos municipais e fundos municipais previstos no OE/2007 – apresentando em 30/09/2008 um capital em dívida, já excluído dos montantes legalmente excepcionados de 8.159.462,63 euros, corresponde a uma taxa 46,05%.

Quanto à dívida no cômputo do **endividamento líquido**, calculado com base em 125% das receitas utilizadas para cálculo do limite anterior, similarmente expurgada dos montantes legalmente excepcionados, atinge o valor de 7.008.718,25 euros, muito aquém do limite estabelecido de 22.147.269,39 euros e equivalente a 31,65% do limite indicado.

A análise do posicionamento do Município face aos limites impostos é relevante, pois permite equacionar a hipótese de contrair um novo empréstimo de médio e longo prazos, no montante estimado de 1.500.000,00 euros, no ano de 2009, para fazer face às despesas inerentes ao financiamento municipal com a realização de obras comparticipadas por fundos comunitários garantindo, assim, maior capacidade de mobilizar fundos próprios do Município de modo a assegurar a execução dessas obras co-financiadas.

As dívidas que, pelo seu valor têm um maior contributo para o endividamento municipal e reportadas a 30.09.2008 são as seguintes:

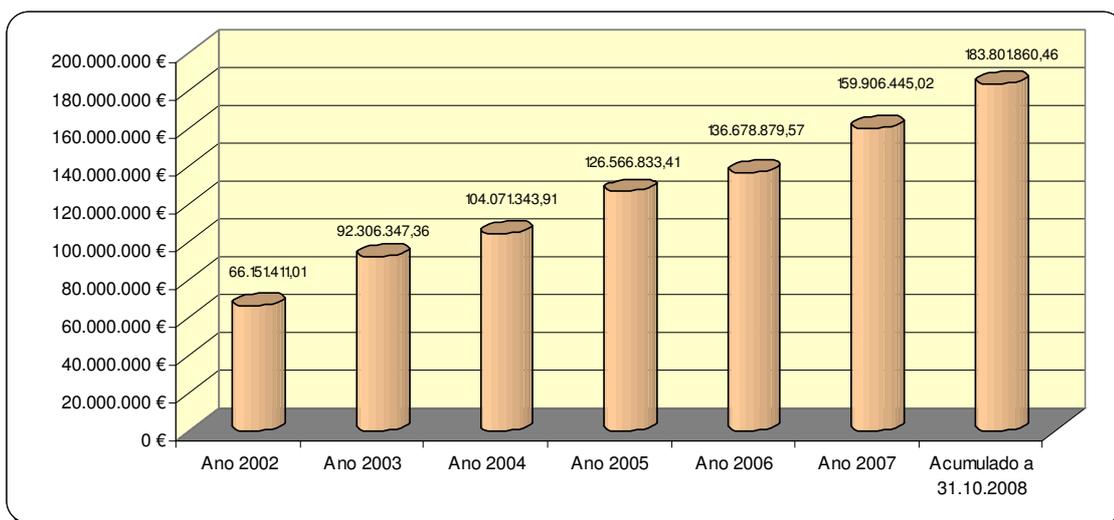
| | Dívida reportada a 30/09/2008 |
|------------------------------------|--|
| Empréstimos a médio e longo prazos | 8.745.393,60 |
| Fornecedores imobilizado | 3.465.612,18 |
| Fornecedores conta-corrente | 1.402.086,88 |
| Total | 13.613.092,66 |

4. PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO

4.1 Activo Fixo do Município

Em 31 de Dezembro de 2007 o Activo Fixo Bruto totalizava a importância de 159.906.445,02 euros, correspondendo o valor de 4.846.184,12 euros a Investimentos Financeiros, o montante de 60.205.071,78 euros a Imobilizações Corpóreas, o valor de 635.837,07 euros a Imobilizações Incorpóreas e, por último, de um modo muito significativo, o montante de 94.219.352,05 euros, referentes a Bens de Domínio Público. As Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público importavam no valor de 18.047.275,75 euros, ou seja, integravam-nas com um peso 19,15% sobre o montante global dos Bens de Domínio Público; e as Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas correspondiam ao valor de 6.368.616,93 euros, isto é, integravam-nas com um peso 10,58% sobre o valor global das Imobilizações Corpóreas.

GRÁFICO VII. Evolução do Activo Fixo Bruto do Município



4.2 Activo Fixo do Município: Principais Variações durante o ano de 2008 (factos reportados a 31 de Outubro de 2008) – Factos relevantes

Existem factos, ocorridos durante o ano de 2008, que manifestamente se traduziram em alterações ao património deste Município. Referimo-nos às seguintes situações:

1) No âmbito dos Investimentos Financeiros

Foi realizado um aumento de capital social na empresa 'MMB-.Mercado Municipal de Bragança, E.M.' que se traduziu num reforço no montante de 165.000,00 euros, passando o capital do valor de 1.094.000 euros para 1.259.000 euros, aumento esse na modalidade de entradas em dinheiro,

mediante a emissão de 33.000 novas acções de 5,00 euros cada, a realizar pelo accionista único, Município de Bragança. O accionista Município de Bragança após subscrição do aumento do capital social, passa a deter 251.800 acções. O referido aumento do capital social, vai permitir a amortização do empréstimo a médio e longo prazo, contraído pela empresa para a construção do Edifício, correspondendo 96.156,96 euros a capital e 69.652,90 euros aos respectivos juros.

2) No âmbito das Imobilizações Corpóreas

1. Terrenos e Recursos Naturais de Domínio Privado

Nesta rubrica, os aumentos verificados ao longo do corrente ano económico, perfazem 817.905,64 euros, resultantes das seguintes regularizações de imóveis, associadas em grandes grupos, dos quais se destacam:

a) Zona Industrial de Mós

Com a obtenção dos registos junto da competente Conservatória do Registo Predial, concluiu-se a 1.ª fase da Zona Industrial de Mós, tendo-se adquirido 17 prédios rústicos, cujo investimento ascendeu a 177.115,95 euros, constituindo 11 lotes de terreno e uma parcela de terreno para complemento de futuro lote, correspondendo a 118.220,47 euros;

Um prédio rústico com 6.450 m², adquirido pelo valor de 10.642,50 euros;

b) Zona Industrial de Bragança

Foram contabilizadas alterações nas áreas de 4 lotes de terreno, correspondendo a 2.441,94 euros;

c) Aeródromo Municipal

Foram integrados 18 prédios rústicos, relativos ao processo inicial de construção do outrora designado de "Aeródromo em Baçal". Os referidos prédios foram adquiridos entre os anos de 1980 e 1981. A área total é de 68.650 m², sendo o valor global de 3.544,23 euros;

Introduzimos ainda, 8 prédios rústicos com um total de 15.470 m², destinados a ampliação da Pista do Aeródromo Municipal - apenas regularizados nesta data, por motivo de incumprimento das obrigações legais dos vendedores, decorrentes da Justificação. Os prédios foram adquiridos pelo valor de 27.246,06 euros;

d) Parque de Campismo Municipal

Integramos 7 prédios rústicos com um total de 34.900 m², relativos às aquisições não tituladas do ano de 1983, aos quais se atribuiu o valor global de 3.983,68 euros; Com a anexação dos terrenos em artigo único e participação de todo o edificado, optimizou-se assim o cadastro e registos prediais destes imóveis da Autarquia, os quais terão reflexo nas demonstrações financeiras do final do ano, resultando assim um valor global de aquisições de terrenos, edifícios, bem como todas as empreitadas aqui afectas.

No âmbito de factos patrimoniais relevantes para a caracterização de bens imóveis, procedeu-se à anexação de um conjunto de prédios rústicos, da freguesia de Baçal, destinados ao 'Aeródromo Municipal', constituindo assim uma parcela de terreno. Relativamente a prédios rústicos, das freguesias de Baçal e Meixedo, destinados ao 'Parque de Campismo Municipal', tiveram procedimento similar, otimizando assim o cadastro e registos prediais dos imóveis desta Autarquia.

e) Centro de Inovação Tecnológico

Contabilizámos um prédio rústico, com 33.074,40 m², sito no lugar 'Quinta de Vale Prados', destinado á construção de um Centro de Inovação Tecnológico, pelo valor total de 463.041,60 euros.

f) Zonas Diferenciadas

Acrescentámos 3 lotes e 4 parcelas destinadas a complemento de futuros lotes, sitos na Avenida Brigadeiro Figueiredo Sarmento, Vale de Álvaro - Rica Fé, aos quais se atribuiu o valor global de 39.713,39 euros; Integrámos ainda, uma parcela de terreno para construção com 4.030 m², sito na Quinta da Trajinha - Av. das Forças Armadas, a que corresponde o valor de 7.008,15 euros; Contabilizámos 3 parcelas de terreno, com a área total de 4.550 m², sitas no Bairro da Coxa, sendo que uma parcela é relativa à regularização da Escritura de Troca de 31/03/1992, correspondendo assim ao valor global de 130.729,71 euros; Regularizou-se ainda, o logradouro da antiga escola primária de Mós, com a área de 1.344,65 m², freguesia de Mós, pelo valor de 2.310,26 euros; Uma parcela de terreno para construção com 2.314 m², sita na Rua da Terra Fria e Rua Raul de Lima, regularização correspondente a 2.539,28 euros; E ainda, uma parcela de terreno para construção com a área de 1.272 m², sita no Alto do Sapato, relativa à regularização da escritura de permuta de 26/01/1995, pelo valor de 6.484,37 euros;

Para o ano de 2009, este Município pretende adquirir alguns terrenos indispensáveis à concretização de alguns projectos, cujo valor ascende a 300.000 euros, dos quais de destacam:

- Terrenos sitos na freguesia de Donai, destinados à construção de habitação social;
- Terrenos integrados no Parque de Campismo de Rio de Onor;
- Terrenos destinados à ampliação da Zona Industrial de Bragança;
- Terreno da Junta de Freguesia de Santa Maria, sito na Quinta da Candaira.

Para a concretização de projectos de investimento, este Município tem vindo a comprar património necessário aos mesmos, conforme encargos evidenciados em Mapa que se anexa.

Prestações e Juros suportados com a Aquisição de Imóveis

| Descrição | Entidade | Valor | | Data de aquisição | Anos em falta para o Términos | Términos da Liquidação | Montante Pago até 31.10.2008 | Montante a pagar até 31.12.2008 | Valores a pagar em 2009 | | Anos seguintes (Prestações + Juros) | Valores em dívida à data de 31.10.2008 |
|--|--------------------------------------|--------------|--------------------|-------------------|-------------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------------|-------------------------|-------------|-------------------------------------|--|
| | | Aquisição | Acertos e ou juros | | | | | | Prestações | Juros | | |
| Terreno destinado ao Centro Tecnológico, com a área de 33.074,40 m ² | Manuel António Delgado e outros | 463.041,60 € | ----- | Maio 08 | 1 ano | Dezembro 09 | 57.880,20 € | 57.880,20 € | 347.281,20 € | ----- | ----- | 405.161,40 € |
| Terreno do Centro de Saúde de Santa Maria e Circular Interna da Cidade de Bragança, com a área total de 26.829,50 m ² | Direcção-Geral do Tesouro e Finanças | 180.000,00 € | 6.300,00 € | Abril 08 | 1 ano | Abril 09 | 90.000,00 € | ----- | 90.000,00 € | 6.300,00 € | ----- | 96.300,00 € |
| Campo Futebol do Trinta com 33.100 m ² | Direcção-Geral do Património | 551.670,47 € | 98.656,81 € | Julho 02 | 1 ano | Julho 09 | 569.036,37 € | ----- | 68.958,81 € | 12.332,10 € | ----- | 81.290,91 € |
| Ex-agência do Banco de Portugal, com a área total de 739,97 m ² | Banco de Portugal | 748.196,85 € | ----- | Dezembro 02 | 4 anos | Janeiro 12 | 448.918,08 € | ----- | 74.819,68 € | ----- | 224.459,04 € | 299.278,72 € |
| Permuta de vários Edifícios Públicos sitos no Forte de S. João de Deus (avaliados em 1.695.912,85€) | Estado Português | 482.412,64 € | 215.904,42 € | Agosto 05 | 9 anos | Fevereiro 17 | 266.651,00 € | ----- | 53.261,62 € | 22.924,38 € | 571.395,00 € | 647.581,00 € |
| Parcela necessária para a construção do túnel de ligação entre a Av. Sá Carneiro e a Av. das Forças Armadas em Bragança | EP - Estradas de Portugal, S.A. | 521.980,00 € | ----- | Janeiro 09 | 2 anos | Dezembro 10 | 0,00 € | ----- | 260.990,00 € | ----- | 260.990,00 € | 521.980,00 € |
| Totais Gerais | | | | | | | | 57.880,20 € | 895.311,31 € | 41.556,48 € | 1.056.844,04 € | 2.051.592,03 € |

2. Edifícios – Habitação

Os aumentos nesta rubrica, ao longo do corrente ano económico, perfazem 47.750,00 euros, resultantes das seguintes aquisições:

- a. Casa constituída por r/chão e 1.º andar, sita na Rua Rainha D. Maria II - Cidadela, destinada à ampliação do Museu da Máscara e do Traje, adquirida pelo valor de 24.000 euros.
- b. Casa adquirida pelo valor de 23.750 euros, constituída por r/chão e 1.º andar, sita na Rua dos Batoques, e, destinada à ampliação da Casa da Seda.

3. Edifícios - Instalação de Serviços

Nesta rubrica aferimos o imobilizado contabilisticamente registado como em curso, transferindo-o para imobilizado fixo que, à data ascende a 3.475.374,54 euros:

- a. Empreitada "readaptação do antigo Convento dos Jesuítas a Casa da Cultura", no valor de 3.347.336,08 euros;
- b. Empreitada "readaptação do antigo Convento de Jesuítas a Casa da Cultura - trabalhos necessários para o reforço da pala sul", no valor de 26.186,79 euros;
- c. Empreitada "pintura do edificio do Aeródromo Municipal de Bragança", no valor de 23.205,00 euros;
- d. Empreitada "ampliação do Aeródromo Municipal e obras de manutenção - fornecimento de instalação de caixilharia e envidraçados", no valor de 56.523,99 euros;
- e. Empreitada "reparação da cobertura do hangar do Aeródromo de Bragança", no valor de 22.122,68 euros;

4. Edifícios - Instalações Desportivas e Recreativas

Ainda no âmbito de imobilizado contabilisticamente registado como em curso, foram transferidas para imobilizado fixo as seguintes Empreitadas: 'Complexo Desportivo em Izeda - Construção de Balneários'; 'construção de equipamentos e infra-estruturas diversas - Construção de Balneários no Estádio Municipal de Bragança' e 'Construção de Pavilhão Polivalente em Parada', num total de 453.167,58 euros.

5. Edifícios - Mercados e instalações de fiscalização sanitária

Nesta rubrica foi transferida para imobilizado fixo a empreitada "Construção da Casa do Lavrador", no valor de 832.543,40 euros.

6. Edifícios - Escolas do domínio privado

Foram efectuados os registos das antigas Escolas Primárias de Izeda e Mós e respectivos terrenos, designados de logradouros, no montante de 41.067,26 euros. Foi ainda transferida para imobilizado fixo a empreitada "adaptação de um aposento da escola primária da Mãe de Água a biblioteca", pelo valor de 25.572,23 euros.

7. Outras Construções - Instalações Desportivas e Recreativas

Ainda no âmbito de imobilizado contabilisticamente registado como em curso, foram transferidas para imobilizado fixo as seguintes Empreitadas: "execução de trabalhos de abertura de fundação, perimetral, muros de fundação e lintel periférico e de betão, betonilhas para o Mini Campo" e "construção do campo de futebol com relvado sintético", pelo valor global de 313.341,69 euros.

8. Outras Construções – Sinalização e trânsito

Esta rubrica apresenta um aumento de 5.386,60 euros, pelo facto de terem sido adquiridos redutores de velocidade.

9. Outras Construções – Infra-estruturas para distribuição de energia eléctrica

Esta rubrica apresenta um aumento geral de 90.176,26 euros, tendo sido transferido o imobilizado fixo relativo à empreitada "fornecimento e instalação do Posto de Transformação, Rede de Distribuição e Rede de Iluminação Pública na Casa da Cultura e Biblioteca Municipal - Jardim Dr. José de Almeida".

10. Outras Construções – Outras

Nesta rubrica verificou-se um aumento de 175.403,39 euros, devendo-se essencialmente ao registo das seguintes empreitadas: "vedação do Aeródromo Municipal - construção e colocação de muros", "vedação do Aeródromo de Bragança - fornecimento e montagem de vedação" e "sinalização luminosa do Aeródromo Municipal" concluídas, incluindo agora o imobilizado fixo sujeito a depreciação.

11. Equipamento de Transporte

Foi adquirido um veículo ligeiro de passageiros, a gasóleo, pelo valor de 28.635,50 euros, designado de Toyota Prius modelo nhw20 versão p1, afecto ao executivo municipal, necessário às actividades desenvolvidas.

3) No âmbito das Imobilizações Incorpóreas

Contribuíram para o aumento desta rubrica as despesas de instalação e as despesas de investigação e de desenvolvimento, totalizando 280.673,76 euros.

Ainda até ao final do ano de 2008 proceder-se-á ao reconhecimento contabilístico e incorporação das empreitadas "Instalação da Estação Automática de Meteorologia e VOR/DME", no valor total 968.672,25 euros; "Construção do Centro de Arte Contemporânea" pelo valor de 2.728.424,60 euros e "Remodelação e Conservação do Edifício da Extensão de Saúde de Izeda", no montante de 258.000,11 euros, reflectindo-se assim um valor global de 3.955.096,96 euros.

4) No âmbito dos Bens de Domínio Público

a) Terrenos e Recursos Naturais de Domínio Público

Nesta rubrica foram contabilizados os seguintes processos, relativos à compensação decorrente de operações de loteamento - áreas cedidas:

- a) Provenientes de Alvará, 24.475,00 m² absorvidos pelas infra-estruturas viárias do loteamento e ainda 9.806,00 m² referentes a áreas verdes públicas e equipamentos de utilização colectiva, Zona Industrial de Mós, no valor global de 58.895,48 euros;
- b) 3.767,70 m² absorvidos pelas infra-estruturas viárias públicas (faixa de rodagem, passeios e estacionamentos públicos fora da faixa de rodagem), em Vale de Álvaro, provenientes também de Alvará, pelo montante de 92.232,11 euros;
- c) Parcela com 4.800 m², sita na zona envolvente da Estacada destinada à instalação de equipamento (infra-estrutura de domínio público), proveniente de Alvará emitido em 1985, no valor de 156.000,00 euros;
- d) Parcela com 3.638 m², destinada à implantação de uma Escola Primária, sita no Bairro das Cantarias, Rua Fernão Lopes - Alvará de 1982, pelo montante de 118.235,00 euros;
- e) Parcela com 6.000 m², para instalação de equipamento público, sita no Cabeço de S. Bartolomeu, Rua Teófilo Braga - Alvará de 1993, no valor de 195.000,00 euros;
- f) Duas parcelas, uma com 6.000 m² e outra com 280 m², sitas nas Beatas, para instalação de equipamento, conforme Alvará de 1984, pelo valor de 195.000,00 euros;
- g) Parcela de terreno com 2.000 m², compreendida entre o arruamento e o Rio Fervença, sita nas Beatas, para instalação de equipamento, conforme Alvará de 1982, no valor de 65.000,00 euros;
- h) Parcela com 18.600 m², sita em Vale Chorido ou Seixo, para instalação de equipamento público, conforme prescrição sétima e outra Parcela com 5.000 m², ficando o loteador obrigado a construir uma Escola Primária com duas salas; uma Escola Pré-primaria com uma sala e um Campo Polidesportivo ao ar livre, prescrição 12.1 do Alvará n.º 5/1991, no montante total de 767.000,00 euros;
- i) Parcela com 11.500 m², destinada aos arruamentos (Rua Fernão Lopes; Rua Dr. Manuel Teixeira; Rua Padre Teobaldo Wiscamp; Rua Dr. Armandino Pires) e áreas públicas – Alvará de 1982, no valor de 373.750,00 euros.

Regularizaram-se ainda os seguintes processos:

- a) Parcela com 1.350 m², destinada a arruamentos - Bairro da Coxa, proveniente de escritura de troca de 31/03/1992, pelo montante de 52.838,62 euros;
- b) Parcela de terreno com a área de 449 m², sita em Alimonde, freguesia de Carrazedo, proveniente da demolição da "Escola velha de Alimonde", com o valor de 4.870,00 euros;
- c) Via de acesso por escadas, ligação da Rua Alexandre Herculano, n.º 191 e 193 à Zona Polis, infra-estrutura urbana integrada no domínio público municipal, pelo valor de 12.469,95 euros.

Foram contabilizados pelo montante total de 180.000,00 euros, os terrenos sitos na Quinta da Trajinha, adquiridos à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, sendo 13.168 m² destinados à construção do Centro de Saúde de Santa Maria em Bragança e do Centro de Respostas Integradas de Bragança, antigo CAT e 13.661,50 m² afectos à construção de infra-estrutura viária correspondente à Circular Interna da cidade de Bragança.

b) Outras construções e infra-estruturas – Viadutos, arruamentos e obras complementares

No âmbito de imobilizado contabilisticamente registado como em curso, foram transferidas para imobilizado fixo as seguintes Empreitadas, resultando um valor global de 3.388.446,31 euros:

1. "Arranjos complementares no centro histórico - execução de muros e pavimentos da envolvente do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA)";
2. "Construção do pontão do fundo da Veiga";
3. "Arranjos nos arruamentos da cidade de Bragança";
4. "Pavimentação a cubos de granito em Pombares, Veigas de Quintela, Bragada, Salsas, Freixeda, Pinela, Rossas, Rebordainhos, Valverde, Mós, Sarzeda, Rebordãos, Sortes, Lanção, Viduedo, Fraílde, Carocedo, Parada, Paredes - Intervenção III";
5. "Passeios diversos na cidade - Bairro do Sol e Rua Damasceno Campos";
6. "Pavimentação a cubos de granito em Vale de Prados, Quintas do Vilar, Milhão, Babe, Labiados, Deilão, Petisqueira, Vila Meã, S. Julião, Outeiro, Rio Frio, Paçó de Rio Frio, Réfega, Quintanilha e Veigas";
7. "Repavimentação das ruas da Zona Industrial";
8. "Pavimentação a cubos de granito em Zoio, Alimonde, Castrelos, Portela; Gondesende, Oleiros, Espinhosela, Terroso, Portelo, Vila Nova, Soutelo, Cova de Lua, Vilarinho, Parâmio, Fontes, Maças, Zeive e Carragosa";
9. "Pavimentações diversas - pavimentação das vielas entre a Rua Miguel Torga e a Rua de S. Sebastião e entre a Estrada de Turismo e a Rua Marechal Craveiro Lopes";
10. "Arranjos da área envolvente do Nerba - ligação posterior à Rua Alexandre Afonso";
11. "Remodelação da Avenida Cidade de Zamora e Avenida do Sabor";
12. "Remodelação da Avenida Cidade de Zamora e Avenida do Sabor - base para pavimentos";
13. "Aeródromo Municipal - pavimentação e ampliação da plataforma e acesso".

c) Outras construções e infra-estruturas – Esgotos

O aumento de 62.798,15 euros resulta essencialmente do registo das seguintes empreitadas: "ampliação, conservação e manutenção da rede de saneamento no Município - povoação de Coelhooso" e "execução de um troço de saneamento em Izeda" concluídas, incluindo o imobilizado fixo sujeito a depreciação.

d) Outras construções e infra-estruturas – Parques e Jardins

Esta rubrica apresenta um aumento de 699.757,72 euros, relativo à transferência do imobilizado fixo da empreitada "construção do Parque de Campismo de Rabal - 1ª fase".

e) Outras construções e infra-estruturas – Captação, tratamento e distribuição de Água

O aumento de 97.305,97 euros desta rubrica, reflecte-se pela aquisição de contadores no valor global de 32.149,33 euros e pelas empreitadas "execução de redes e infra-estruturas de saneamento básico nas aldeias de Gimonde, Formil, Castanheira, Nogueira e Gostei - execução das ligações dos ramais de água", pelo valor de 45.727,64 euros e "conclusão da rede de saneamento básico na aldeia da Aveleda", no montante de 19.429,00 euros.

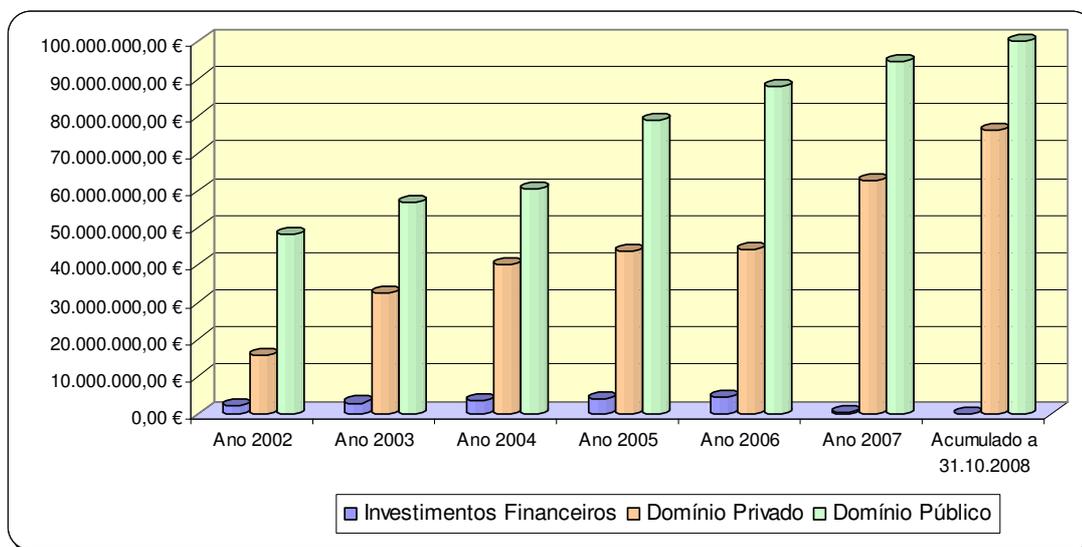
f) Outras construções e infra-estruturas – Viação Rural

No âmbito de imobilizado contabilisticamente registado como em curso, foram transferidas para imobilizado fixo as seguintes Empreitadas, resultando um valor global de 1.392.988,70 euros:

"Pavimentação/repavimentação em: acesso ao Santuário da Senhora da Veiga; E.M. 518 do Campo Redondo a Gostei e de Gostei a Formil; ramal desde a E.N. 518 a Castanheira; acesso ao pontão do fundo da Veiga;..a Pombares" e ainda "ligação de Fontes de Transbaceiro à Fronteira - pavimentação".

g) Bens do património histórico, artístico e cultural

Nesta rubrica resultou um aumento de 100.471,85 euros, com grande relevância para a concepção e execução dos elementos escultóricos ao Cão de Gado Transmontano e aos Mascarados, bem como quadros e máscara.

GRÁFICO VIII. Evolução do Imobilizado Bruto**5) No âmbito das Imobilizações em Curso**

Durante o ano de 2008 prevê-se ainda o reconhecimento contabilístico e incorporação de bens propriedade do Município, no âmbito de regularizações efectuadas que se reportem a datas anteriores, quer de domínio privado quer de imobilizado contabilisticamente registado como em curso, incluindo o imobilizado fixo sujeito a depreciação.

Durante o ano de 2009, no âmbito de imobilizado contabilisticamente registado como em curso, prevê-se a incorporação no imobilizado fixo, as seguintes empreitadas que se encontram em curso e que terão Auto de Recepção Provisória nesse ano.

Referimo-nos às seguintes empreitadas:

1. Construção de centros escolares;
2. Construção do Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II;
3. Beneficiação da Casa do Povo de Izeda;
4. Construção da Circular Interior da Avenida Cidade de Zamora/Braguinha;
5. Requalificação de acessos urbanos nas aldeias;
6. Repavimentação dos Bairros da Cidade;
7. Construção de Infra-estruturas na Zona Industrial de Mós (Promoção do desenvolvimento Empresarial II);
8. Construção de Infra-estruturas do Parque Tecnológico;
9. Construção do Centro de Inovação.

Continuaremos em 2009 a trabalhar, para que, tal como nos anos anteriores, os objectivos e expectativas se alcancem, numa óptica de melhoria contínua dos resultados esperados, de forma a emergir as mais valias ao património Municipal.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. Introdução

A actividade municipal desenvolve-se num quadro jurídico tendo por base as competências e as atribuições que foram transferidas para os Municípios. Para a concretização das políticas globais dos Municípios, consubstanciadas em objectivos concretos, é preponderante o desempenho dos serviços municipais que se regem por princípios inerentes à actividade administrativa (princípio da legalidade; princípio da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos; princípio da colaboração da Administração com os particulares; princípio da desburocratização e da eficiência...).

Nesta temática, releva a área de *Recursos Humanos*, cujo modelo de gestão deveria incidir num sistema integrado de gestão estratégica de recursos humanos, apostando-se na actualização e qualificação dos trabalhadores, associado a uma avaliação do desempenho efectiva e no qual seria ainda avaliada a satisfação desses mesmos trabalhadores.

Reportando-nos à área de *Recursos Humanos* do Município de Bragança, realça desde logo a importância e o desempenho que os trabalhadores do Município de Bragança, têm vindo a desenvolver no âmbito das funções que lhe são adstritas pelos órgãos municipais, mormente com a implementação de medidas concretas, tais como: a desburocratização dos procedimentos administrativos, uma melhor racionalização dos meios humanos e técnicos existentes, uma aposta cada vez maior na qualificação dos trabalhadores, medidas estas que têm vindo a proporcionar uma melhoria na qualidade, incidindo esta em índices de eficiência e eficácia, dos serviços a prestar aos munícipes, empresários, comunidade escolar, à sociedade civil em geral.

5.2. Implementação do novo quadro jurídico

Para o ano de 2009, perante o novo quadro jurídico, que incide especificamente sobre a área de *Recursos Humanos*, nomeadamente com a entrada em vigor a 01 de Janeiro de 2009, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro – que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas; da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro – que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas; do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho – que extingue carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para as carreiras gerais e da Lei n.º 58/2008, de 09 de Setembro – que aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, haverá a necessidade de se implementarem procedimentos legais e administrativos expressamente previstos nos diplomas supra referenciados.

A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), cuja entrada em vigor ocorreu de forma faseada, veio estabelecer novos princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal.

Nesta conformidade, procede-se à elaboração de um *Mapa de Pessoal*, documento que acompanha a *proposta de Orçamento* e que contém a indicação do número de postos de trabalho de que órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respectivas actividades, caracterizadas em função: da atribuição, competência ou actividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.

Qualquer recrutamento a efectuar no ano de 2009, ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários quer para a execução das actividades de natureza permanente dos serviços e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, quer para a execução de actividades de natureza temporária e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, os quais deverão constar no *Mapa de Pessoal* que vier a ser aprovado.

As verbas relativas a despesas com pessoal, a inscrever na *proposta de Orçamento*, deverão cobrir os encargos com remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço; com os novos recrutamentos de pessoal, previstos no *Mapa de Pessoal*; com as alterações do posicionamento remuneratório obrigatórias. Relativamente à atribuição dos prémios de desempenho aos trabalhadores, que se processa nos termos previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, i.é. sob as regras de um novo regime jurídico de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, regime este que carece de uma maior clarificação dos critérios que os sustentam, facto pelo qual no ano de 2009, não serão atribuídos prémios de desempenho aos trabalhadores desta edilidade, contudo, tal matéria será objecto de reflexão a implementar com a execução orçamental de 2010.

No ano lectivo de 2009/2010, com a entrada em funcionamento dos Centros Escolares de Santa Maria e da Sé, haverá a necessidade de os dotar com os necessários recursos humanos, referimo-nos ao recrutamento de auxiliares de acção educativa, situação ainda não prevista no *Mapa de Pessoal*, responsabilidade que será ainda objecto de reflexão com as estruturas regionais da Administração Central.

O *Mapa de Pessoal* é aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e tornado público por afixação no órgão ou serviço e inserção na página electrónica (vide artigo 53.º, n.º 2, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigo 5.º, n.º 3 da LVCR).

5.3. Reforço/reajustamento funcional de Recursos Humanos

O ano de 2008 ao nível da área de *Recursos Humanos*, caracteriza-se por ser profícuo, pois assinalou a admissão de novos recursos humanos em diversos grupos de pessoal, nomeadamente foram preenchidos em regime de Comissão de Serviço, os lugares de Chefe de Divisão nas áreas funcionais, da Defesa do Ambiente e Financeira, em regime de Substituição, os lugares de Director de Departamento e Chefe de Divisão, deixados vagos, nas áreas funcionais Sócio-Cultural e Administrativa, respectivamente.

Foram concluídos os concursos externos de ingresso para Técnico Superior de Engenharia do Ambiente de 2ª Classe; para Técnico Profissional de Animação Cultural de 2ª Classe; para Auxiliares da Acção Educativa e Motorista de Transportes Colectivos. Relativamente ao concurso para Técnica Superior de Serviço Social de 2ª Classe, a mesma, encontra-se na fase de regime probatório.

Já na vigência da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), encontram-se a decorrer a contratação por contrato de trabalho por tempo indeterminado para Técnico Profissional de Animação Cultural de 2ª Classe; para Técnico Profissional de Animação Desportiva de 2ª Classe e para Técnico Profissional Guia-intérprete. Procedeu-se à consulta da Bolsa de Emprego Público, para Motorista de Transportes Colectivos (concurso ainda em vigor), para Assistente Administrativo Especialista e Assistente Administrativo, para internamente decorrer o competente processo de recrutamento.

Releva ainda, mencionar que no âmbito da contratação na modalidade de contrato de trabalho a termo certo, decorreu o procedimento concursal para as áreas de Técnico de Gestão; Auxiliares Administrativos e Jardineiros. Na modalidade de contrato de trabalho a termo incerto, estão em cursos os procedimentos concursais para Técnico Superior Jurista de 2ª Classe; Técnico Superior de Arquivo de 2ª Classe e Técnico Superior de Geografia e Planeamento Regional de 2ª Classe.

No que concerne à promoção na carreira/categoria de trabalhadores, desenrolaram-se os concursos internos de acesso com dotação global – para Eng.º Técnico Civil de 1ª Classe; para Eng.º Técnico Agrário de 1ª Classe e internos de acesso limitado – para Técnico Profissional Fiscal Municipal Especialista Principal; para Técnico Profissional Fiscal Municipal de 1ª Classe e de Jardineiro Principal.

Estão em curso, o concurso interno de acesso geral para Chefes de Secção; os concursos internos de acesso com dotação global para o Grupo Pessoal Operário: Asfaltador Principal; Bate-Chapas Principal; Carpinteiro de Toscos Principal; Marceneiro Principal; Mecânico Auto Principal; Pedreiro Principal e Serralheiro Principal; para o Grupo Pessoal Técnico Superior: um Técnico Superior de Arqueologia de 1ª Classe, um Técnico Superior de Engenharia Mecânica de 1ª Classe e um Técnico Superior de Engenharia Electrotécnica de 1ª Classe; para o Grupo de Pessoal Técnico: um Engenheiro Técnico Civil de 1ª Classe e para o Grupo de Pessoal Técnico Profissional: um Aferidor de Pesos e Medidas Principal.

Estão ainda a desenrolar-se os concursos internos de acesso limitado para Assistente Administrativo Especialista e Principal; AITA; para o Grupo de Pessoal Técnico Superior de 1ª Classe, nas carreiras de Biblioteca e documentação; Jurista; Sociologia; para o Grupo de Pessoal Técnico Profissional: dois Técnicos Profissionais de Manutenção de 1ª Classe e para o Grupo de Pessoal Operário Altamente Qualificado: um Operador de Central – Operário Principal.

Através do instrumento da reclassificação profissional pretendeu-se suprir os desajustamentos profissionais e/ou funcionais dos trabalhadores, adequando o perfil dos mesmos às funções que efectivamente desempenham, nos grupos de pessoal Técnico Profissional; Auxiliar e Operário.

5.4. Segurança, Higiene e Saúde no trabalho

Sendo as áreas da Saúde, da Higiene e Segurança no Trabalho, de extrema relevância para o bom desempenho profissional e pessoal dos trabalhadores do Município de Bragança, procedeu-se à contratação pública de uma empresa externa, à qual compete prestar serviços na área da Saúde (medicina do trabalho), que consiste na realização de exames clínicos aos trabalhadores do Município de Bragança, serviços prestados num Gabinete médico instalado no edifício desta edilidade. A prestação de serviços em apreço abrange ainda a área da Higiene e Segurança no Trabalho, cujo trabalho desenvolvido é monitorizado pelo Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho.

I - Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho

No âmbito da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, o Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho: assegurou a coordenação de segurança nas empreitadas de obras públicas promovidas pela Câmara Municipal; Elaborou e implementou planos de emergência; Realizou a avaliação de riscos; Promoveu acções de formação/sensibilização de várias secções de trabalhadores da CMB e acompanhou a acção de Prestação dos Serviços Externos contratados de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.

II - Serviços Externos contratados de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

- Medicina do Trabalho:

Procedeu-se à análise das condições gerais de laboração e visitas aos diferentes locais de trabalho;

Exames médicos de aptidão profissional;

Exames complementares de: Rastreo visual; espirometria; audiograma e ECC.

- Higiene e Segurança no Trabalho:

Procedeu-se à análise de riscos laborais;

Elaboração e implementação de planos de emergência;

5.5. Formação profissional

O actual quadro de atribuições e competências das Autarquias Locais leva a um acréscimo das responsabilidades destas entidades, nomeadamente em matéria de Ambiente e Ordenamento do Território, Transportes e Comunicações, Educação, Habitação, Acção Social e Saúde, impondo a necessidade de uma resposta capaz das estruturas e dos meios técnicos às solicitações dos cidadãos. Esta resposta às solicitações crescentes e diversas dos cidadãos implica um investimento permanente das Autarquias Locais na formação inicial e/ou contínua dos seus recursos humanos.

No ano de 2008, teve especial enfoque as acções de formação promovidas pela Câmara Municipal de Bragança, que contou como entidade formadora o Instituto de Gestão e Administração Pública – IGAP, nas seguintes vertentes: Noções Básicas sobre o Regime Jurídico de Pessoal (como destinatários o grupo de pessoal operário – Jardineiros); Liderança para Chefias Operárias e do Código dos Contratos Públicos (como destinatários: Dirigentes; Chefes de Secção; Técnicos Superiores; Técnicos; Assistentes Administrativos), que decorreram na Cidade de Bragança.

Nestes termos, a nossa aposta para o ano de 2009 é a da continuidade desse investimento, tendo por base um *Plano de Formação* rigorosamente elaborado e assente num processo de levantamento de necessidades de formação. Só, assim, apostando-se na qualificação dos nossos trabalhadores é que teremos a consequente melhoria dos serviços e aumento dos índices de produtividade.

5.6. Quadros e gráficos vários - com indicadores quantitativos e qualitativos dos Recursos Humanos desta Câmara Municipal, em 2008)

QUADRO 12. Recrutamentos em curso

| GRUPO DE PESSOAL | CARREIRA | A DECORRER |
|----------------------|---|------------|
| Dirigente | Director de Departamento: - Departamento Sócio Cultural Chefe da Divisão: - Administrativa | 2 |
| Técnico Superior | Serviço Social | 1 |
| Técnico Profissional | - Animação Cultural 2ª Clas - Animação Desportiva 2ª Clas - Guia Interprete 2ª Clas | 3 |
| Auxiliar | - Motorista de Transportes Colectivos | 1 |
| TOTAL | - | 7 |

QUADRO 13. Contratos a termo resolutivo

| CONTRATOS A TERMO RESOLUTIVO CERTO/INCERTO | | |
|--|--|----------|
| GRUPO DE PESSOAL | CATEGORIA/CARREIRA | TOTAL |
| Técnico Superior | Arquivo (incerto) | 1 |
| | Geografia e Planeamento Regional (incerto) | 1 |
| | Jurista (incerto) | 1 |
| Técnico | Gestão (certo) | 1 |
| Operário | Jardineiro (certo) | 2 |
| Auxiliar | Auxiliar Administrativo (certo) | 2 |
| TOTAL | | 8 |

Durante o ano de 2009, pretende-se promover novos recrutamentos, com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado e por tempo determinado ou determinável, em estrito cumprimento do novo quadro jurídico (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro – que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e a Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro – que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas).

QUADRO 14. Movimento interno de pessoal

| CONCURSOS INTERNOS DE ACESSO A PROMOVER ATÉ AO FINAL DE 2008 (PROMOÇÕES) | |
|---|--------------|
| GRUPO DE PESSOAL | TOTAL |
| Técnico Superior | 6 |
| Técnico | 1 |
| Técnico Profissional | 6 |
| Assistentes Ad. Especialista | 15 |
| Assistentes Ad. Principal | 12 |
| Operário | 8 |
| TOTAL | 48 |

Da análise ao Quadro supra resulta que a promoção na carreira/categoria, vai ocorrer pelos diferentes grupos de pessoal, sendo um mecanismo de motivação para os trabalhadores.

QUADRO 15. Aposentações

| APOSENTAÇÕES | | | | |
|-------------------------|---|--------------------|--|-----------------|
| GRUPO DE PESSOAL | CARREIRA/CATEGORIA | VERIFICADAS | CARREIRA/CATEGORIA | AGUARDAR |
| Técnico Profissional | | | 1- Fiscal Municipal | 1 |
| Auxiliar | 1 - Auxiliar Administrativo 1 - Cant. de limpeza 2- Encarregado 2- Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais | 6 | 2 – Agente Único de Transportes Colectivos 3- Cantoneiros de limpeza 1 – Auxiliar administrativo | 6 |
| Semi-qualificado | 1- Cabouqueiro | 1 | - | - |
| Operário | | | 1 - Jardineiro | 1 |
| TOTAL | - | 7 | - | 8 |

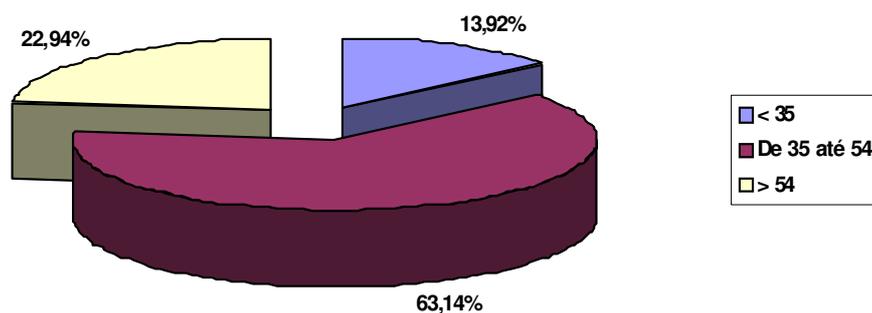
QUADRO 16. Grupos etários, por anos

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| <35 | 54 | 57 | 58 | 55 | 51 | 54 |
| De 35 até 54 | 253 | 250 | 254 | 246 | 248 | 245 |
| > 54 | 82 | 89 | 94 | 93 | 90 | 89 |
| Total | 389 | 396 | 406 | 394 | 389 | 388 |

Analisando a distribuição de efectivos por grupos etários, e por anos verifica-se uma maior taxa de efectivos dos 35 aos 54 anos (245).

QUADRO 17. Média etária

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|----------|------|------|------|------|------|------|
| Homens | 46 | 46 | 46 | 47 | 47 | 47 |
| Mulheres | 43 | 43 | 43 | 43 | 44 | 44 |

GRÁFICO IX. Estrutura Etária – 2008

Com a alteração ao estatuto da aposentação, que vem definir a idade de 65 anos como requisito obrigatório para a aposentação dos funcionários e a restrição ao recrutamento, continuaremos a assistir ao agravamento da média etária dos funcionários.

QUADRO 18. Taxa de feminização 2008

| ANO DE 2008 | | | TAXA DE FEMINIZAÇÃO % | | |
|---------------------------------|------------|------------|-----------------------|------|-------|
| Grupos de Pessoal | Homens | Mulheres | 2006 | 2007 | 2008 |
| Dirigente e Chefia ¹ | 9 | 8 | 30 | 70 | 47,05 |
| Técnico Superior | 20 | 8 | 42 | 32 | 28,57 |
| Informática | 3 | 1 | 25 | 25 | 25 |
| Técnica | 4 | 6 | 71 | 71 | 60 |
| Técnico - Profissional | 19 | 8 | 24 | 23 | 29,62 |
| Administrativa ² | 23 | 34 | 60 | 60 | 59,64 |
| Operário | 84 | 17 | 14 | 15 | 16,83 |
| Auxiliar | 110 | 34 | 21 | 22 | 23,61 |
| Global | 272 | 116 | | | |
| Total de Funcionários | 388 | | | | |

Salienta-se a manutenção de taxas superiores em carreiras de nível técnico e administrativo, mantendo-se, no entanto, a tendência negativa em carreiras cuja predominância é tipicamente masculina (carreiras de pessoal operário e auxiliar).

¹ Inclui dirigentes, eleitos locais e pessoal dos gabinetes de apoio.

² Inclui, também, pessoal de chefia (Chefes de Secção).

QUADRO 19 - SÍNTESE DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO - 2008

| QUADRO- SÍNTESE DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO - 2008 | | | | | | | |
|---|---|---|--------------------|---------------|----------------------|----------------------------|------------------------|
| Área de Formação | Entidade Formadora | Designação | Acções de formação | | | | Custo de inscrição (€) |
| | | | N.º | Duração (hrs) | N.º de Participantes | Total de horas de formação | |
| Protocolo | Instituto de Protocolo | Protocolo Autárquico | 1 | 7 | 2 | 14 | 426 |
| Electricidade | Instituto Electrotécnico Português | Novas Regras Técnicas de Instalações | 1 | 14 | 2 | 28 | 360 |
| Água | Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas | Os Sistemas de Informação na Modernização do Sector da Água em Portugal | 1 | 7 | 1 | 7 | 0 |
| Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho | Município de Chaves | IV Jornadas de segurança, Higiene e Saúde no Trabalho | 1 | 7 | 1 | 7 | 0 |
| | IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública | Criação, Organização e Gestão de uma Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho | 1 | 7 | 1 | 7 | 130 |
| | IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública | Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente, Higiene, Saúde e Segurança e Responsabilidade Social | 1 | 7 | 1 | 7 | 90 |
| Direito | IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública | O Novo Regime da Contratação Pública | 1 | 35 | 3 | 105 | 1200 |
| | | Regime Jurídico das Execuções Fiscais | 1 | 21 | 2 | 41 | 650 |
| | | O Código dos Contratos Públicos | 1 | 30 | 16 | 480 | 6400 |
| | | Noções Básicas sobre Regime Jurídico de Pessoal | 1 | 18 | 19 | 342 | 2800 |
| | | Liderança para Chefias Operárias | 1 | 30 | 10 | 300 | 3950 |
| | | Fundamentação Económico Financeira relativa ao valor das Taxas | 1 | 7 | 7 | 49 | 595 |
| | Consolidação de Contas nas Autarquias Locais | 1 | 14 | 2 | 28 | 400 | |
| | Associação Nacional de Municípios Portugueses | Seminário sobre as alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação | 1 | 7 | 4 | 28 | 0 |
| Desporto | Manz Produções | XV Convenção Internacional de Fitness | 2 | 28 | 2 | 28 | 193 |
| Cultural | Livraria Salta Folhinhas | Contar e Encantar com histórias de fazer sonhar | 1 | 13 | 1 | 13 | 95 |
| | Biblioteca Municipal de Mogadouro | O Fantástico Poder da Leitura | 1 | 9 | 1 | 9 | 0 |
| Tecnologias da Informação | IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública | A Contratação Electrónica e o Código dos Contratos Públicos | 1 | 7 | 3 | 21 | 400 |
| Gestão de Resíduos | CEIFA Ambiente | Gestão de Resíduos de Construção e Demolição | 1 | 7 | 1 | 7 | 61 |
| Arquitectura e Arqueologia | Faculdade de Arquitectura do Porto | Seminário Internacional de Arquitectura e Arqueologia | 1 | 21 | 1 | 21 | 20 |
| Total Global | | | 21 | 296 | 80 | 1542 | 17.770 |

Da análise ao Quadro supra realça a realização de 21 acções de formação envolvendo a participação de 80 trabalhadores de vários grupos de pessoal das diferentes unidades orgânicas, como seja: do Departamento de Obras e Urbanismo; do Departamento Sócio-Cultural; do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira; da Divisão de Saneamento Básico; da Divisão de Transportes e

Energia; da Divisão de Defesa do Ambiente e do Gabinete de Apoio e Relações Externas, cujas áreas de formação incidiram sobre a área do ambiente, do desporto, da cultura, do direito, da informática, da arquitectura e da segurança e higiene e saúde no trabalho.

Releva ainda mencionar que Câmara Municipal de Bragança, foi entidade promotora nas seguintes acções de formação: Noções Básicas sobre o Regime Jurídico de Pessoal; Liderança para Chefias Operárias e do Código dos Contratos Públicos, que contou como entidade formadora o Instituto de Gestão e Administração Pública – IGAP, que decorreram nesta cidade de Bragança.

A aposta para o ano de 2009 é a da continuidade desse investimento, tendo por base um *Plano de Formação* rigorosamente elaborado e assente num processo de levantamento de necessidades de formação pelos diferentes serviços, cuja selectividade assentará em objectivos que o Município de Bragança se propõe alcançar nesta área.

6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2009

As Grandes Opções do Plano conjuntamente com o Orçamento constituem os documentos previsionais obrigatórios a elaborar pelas Autarquias Locais.

Nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Bragança estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico, incluindo designadamente o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal que contempla as actividades mais relevantes da administração autárquica.

Estes documentos reflectem as prioridades definidas com base nos recursos disponíveis, pretendendo-se ajustar as realizações, sob a forma de objectivos específicos, às necessidades sócio-económicas da população concelhia.

O quadro seguinte apresenta resumidamente a evolução das Grandes Opções do Plano no período 2008-2009

QUADRO 20. Resumo das Grandes Opções do Plano no período 2008-2009

| Descrição | Grandes Opções do Plano (GOP'S) | | | | | | | | |
|---|---|-------------------|---------------|---|------------------|----------------|---------------------------|-------------------|---------------|
| | Plano Plurianual de Investimentos (PPI) | | | Plano Plurianual de Actividades Municipal (PAM) | | | Dotações Iniciais (GOP'S) | | |
| | Dotações Iniciais | | Var. % | Dotações Iniciais | | Var. % | 2008 | 2009 | Var. % |
| | 2008 | 2009 | | 2008 | 2009 | | | | |
| Funções Gerais | 906.500 | 385.500 | -57,47% | 75.000 | 10.000 | -86,67% | 981.500 | 395.500 | -59,70% |
| Serviços gerais de administração pública | 903.500 | 383.000 | -57,61% | 0 | 0 | 0,00% | 903.500 | 383.000 | -57,61% |
| Segurança e ordem públicas | 3.000 | 2.500 | -16,67% | 75.000 | 10.000 | -86,67% | 78.000 | 12.500 | -83,97% |
| Funções Sociais | 10.776.000 | 16.127.600 | 49,66% | 1.417.900 | 1.139.900 | -19,61% | 12.193.900 | 17.267.500 | 41,61% |
| Educação | 640.500 | 5.060.000 | 690,01% | 475.700 | 50.500 | -89,38% | 1.116.200 | 5.110.500 | 357,85% |
| Saúde | 1.500.500 | 800.000 | -46,68% | 0 | 0 | 0,00% | 1.500.500 | 800.000 | -46,68% |
| Segurança e acção sociais | 0 | 0 | 0,00% | 165.000 | 240.000 | 45,45% | 165.000 | 240.000 | 45,45% |
| Habituação e serviços colectivos | 7.032.000 | 9.964.100 | 41,70% | 195.500 | 209.400 | 7,11% | 7.227.500 | 10.173.500 | 40,76% |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos | 1.603.000 | 303.500 | -81,07% | 581.700 | 640.000 | 10,02% | 2.184.700 | 943.500 | -56,81% |
| Funções Económicas | 4.427.000 | 2.290.000 | -48,27% | 57.000 | 37.500 | -34,21% | 4.484.000 | 2.327.500 | -48,09% |
| Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 5.000 | 5.000 | 0,00% | 1.000 | 1.000 | 0,00% | 6.000 | 6.000 | 0,00% |
| Indústria e energia | 1.365.500 | 415.500 | -69,57% | 25.000 | 500 | -98,00% | 1.390.500 | 416.000 | -70,08% |
| Transportes e comunicações | 2.956.500 | 1.864.500 | -36,94% | 5.000 | 5.000 | 0,00% | 2.961.500 | 1.869.500 | -36,87% |
| Comércio e Turismo | 100.000 | 5.000 | -95,00% | 26.000 | 31.000 | 19,23% | 126.000 | 36.000 | -71,43% |
| TOTAL | 16.109.500 | 18.803.100 | 16,72% | 1.549.900 | 1.187.400 | -23,39% | 17.659.400 | 19.990.500 | 13,20% |

O valor global das Grandes Opções do Plano para o ano de 2009 atinge o valor de 19.990.500,00 euros, dos quais 18.803.100,00 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.549.900 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes e que cuja despesa efectuada, como base em normativos estabelecidos no POCAL, não é considerada de investimento.

6.1. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos para 2009, doravante designado por PPI para 2009, é um documento previsional consubstanciado nas Grandes Opções do Plano. Elaborado para um horizonte móvel de 4 anos, na sua estrutura e conteúdo, descreve todos os projectos ou acções que se pretendem realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos para o Município, identificando a classificação económica devidamente desagregada, a forma de realização de cada projecto ou acção, a fonte de financiamento de cada projecto ou acção a executar com financiamento externo à própria autarquia, as datas de início e fim dos projectos e acções e, ainda, se se trata de financiamento definido ou não definido. Assim, transforma-se no instrumento de compromisso político que permite, quer aos destinatários finais da actividade autárquica, quer aos órgãos executivo e deliberativo, avaliar o cumprimento desses mesmos compromissos.

Na sua elaboração incluíram-se os compromissos assumidos (estimativa), com fornecedores e empreiteiros, em anos anteriores, e não finalizados até ao término do ano de 2008. Constatam, também, projectos que, na sua maioria, beneficiam de apoios financeiros já aprovados. As verbas afectas aos que se encontram em fase de aprovação e consequente homologação por parte do membro do governo responsável são indicadas, no PPI para 2009, na coluna "financiamento não definido". Tais verbas ascendem a 4.620.000,00 euros.

Relativamente à tipologia económica das despesas que integram o PPI, 18.518.100,00 euros são despesas de capital e 285.000,00 são despesas correntes associadas a obras executadas por Administração Directa.

O Quadro seguinte estabelece a composição do PPI para 2009, reflectindo a despesa associada à realização de cada um dos projectos ou acções. As diversas áreas de intervenção concentram-se em três grandes rubricas: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. Nestas, estão previstas intervenções, já com financiamento definido, que ascendem a 18.803.100,00 euros.

QUADRO 21. Plano Plurianual de Investimentos para 2009 - Resumo

| Código Obj./Prog. | Designação das rubricas | Valor do Investimento | % dentro do Obj./prog | % em relação ao total PPI |
|-------------------|--|-----------------------|-----------------------|---------------------------|
| 1 | Funções gerais | 385.500 | 100,00% | 2,05% |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | 383.000 | 99,35% | 2,04% |
| 1.1.1 | Administração geral | 383.000 | 99,35% | 2,04% |
| 1.1.1.1 | Edifícios | 136.000 | 35,28% | 0,72% |
| 1.1.1.2 | Material de transporte | 16.000 | 4,15% | 0,09% |
| 1.1.1.3 | Maquinaria e equipamento | 231.000 | 59,92% | 1,23% |
| 1.2. | Segurança e ordem pública | 2.500 | 0,65% | 0,01% |
| 1.2.1 | Protecção civil e luta contra incêndios | 2.500 | 0,65% | 0,01% |
| 1.2.1.2 | Segurança pública | 2.500 | 0,65% | 0,01% |
| 2 | Funções sociais | 16.127.600 | 100,00% | 85,77% |
| 2.1. | Educação | 5.060.000 | 31,37% | 26,91% |
| 2.1.1 | Ensino não superior | 5.060.000 | 31,37% | 26,91% |
| 2.1.1.1 | Ensino Pré-escolar | 20.000 | 0,12% | 0,11% |
| 2.1.1.2 | Ensino Básico | 5.040.000 | 31,25% | 26,80% |
| 2.2. | Saúde | 800.000 | 4,96% | 4,25% |
| 2.2.1 | Serviços Individuais de Saúde | 800.000 | 4,96% | 4,25% |
| 2.4. | Habituação e serviços colectivos | 9.964.100 | 61,78% | 52,99% |
| 2.4.1 | Habituação | 1.471.800 | 9,13% | 7,83% |
| 2.4.2 | Ordenamento do Território | 6.232.000 | 38,64% | 33,14% |
| 2.4.2.1 | Planeamento Urbanístico | 216.500 | 1,34% | 1,15% |
| 2.4.2.2 | Urbanização | 6.015.500 | 37,30% | 31,99% |
| 2.4.3 | Saneamento | 183.500 | 1,14% | 0,98% |
| 2.4.4 | Abastecimento de água | 259.000 | 1,61% | 1,38% |
| 2.4.5 | Resíduos sólidos | 2.000 | 0,01% | 0,01% |
| 2.4.6 | Protecção do meio amb. e conserv. da natureza | 1.815.800 | 11,26% | 9,66% |
| 2.4.6.2 | Cemitérios | 10.000 | 0,06% | 0,05% |
| 2.4.6.3 | Meio Ambiente | 1.805.800 | 11,20% | 9,60% |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | 303.500 | 1,88% | 1,61% |
| 2.5.1 | Cultura | 176.500 | 1,09% | 0,94% |
| 2.5.2 | Desporto, recreio e lazer | 127.000 | 0,79% | 0,68% |
| 3 | Funções económicas | 2.290.000 | 100,00% | 12,18% |
| 3.1. | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 5.000 | 0,22% | 0,03% |
| 3.2. | Indústria e energia | 415.500 | 18,14% | 2,21% |
| 3.2.1 | Iluminação pública | 145.000 | 6,33% | 0,77% |
| 3.2.2 | Energia | 55.500 | 2,42% | 0,30% |
| 3.2.3 | Estabelecimentos Industriais | 215.000 | 9,39% | 1,14% |
| 3.3. | Transportes e Comunicações | 1.864.500 | 81,42% | 9,92% |
| 3.3.1 | Transportes rodoviários | 1.774.500 | 77,49% | 9,44% |
| 3.3.1.1 | Rede viária e sinalização | 1.772.000 | 77,38% | 9,42% |
| 3.3.1.2 | Estacionamento | 2.500 | 0,11% | 0,01% |
| 3.3.2 | Transportes aéreos | 90.000 | 3,93% | 0,48% |
| 3.4. | Comércio e turismo | 5.000 | 0,22% | 0,03% |
| 3.4.1 | Mercados e feiras | 2.000 | 0,09% | 0,01% |
| 3.4.2 | Turismo | 3.000 | 0,13% | 0,02% |
| TOTAL | | 18.803.100 | 100,00% | 100,00% |

Para as **funções gerais** estão previstos 385.500,00 euros, correspondentes a 2,05% do investimento, distribuídos pelos subprogramas *edifícios, material de transporte, maquinaria e equipamento e segurança pública*.

As **funções sociais** estão dotadas com 16.127.600,00 euros, correspondendo a 85,77% do investimento total. Nestas, estão incluídas áreas de intervenção na *educação pré-escolar, ensino básico, serviços individuais de saúde, habitação, planeamento urbanístico, urbanização, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, higiene pública, cemitérios, meio ambiente, cultura e desporto, recreio e lazer*.

O objectivo de **funções económicas** está dotado com 2.290.000,00 euros, o que corresponde a 12,18% do PPI para 2009. Estão contempladas importantes intervenções ao nível das áreas de *iluminação pública, energia, estabelecimentos industriais, rede viária e sinalização, estacionamento e turismo*.

Do conjunto dos programas de investimento, representativos das áreas de actuação do Município, destacam-se pela expressão que assumem nas despesas de capital os seguintes:

- **Saúde**, com dotações orçamentais no valor de 800.000,00 euros, representa 4,25% do total dos programas, comportando quase na totalidade as despesas com a construção do Centro de Saúde de Santa Maria (Bragança II);
- **Habitação e serviços colectivos**, que absorve cerca de 9.964.100,00 euros (52,99%), destacando-se como mais relevantes a construção da Circular Interior da Avenida Cidade de Zamora/Braguinha, com dotação de com 1.000.000,00 de euros, a duplicação da Avenida General Humberto desde a Escola Abade de Baçal à Circular Interior, com valores orçamentados de 2.100.000,00 euros e a construção da Ciclovía na zona envolvente do IPB, com 1.600.000,00 euros;
- **Serviços culturais, recreativos e religiosos**, dotada com cerca de 303.500 euros, que correspondem a 1,61% da despesa de capital do PPI para 2009;
- **Transportes e comunicações**, onde se orçamentam 1.864.500,00 euros, com maior expressão na rede viária e sinalização (9,42%);
- De realçar ainda o programa **Ensino Básico**, onde foram inscritas dotações na ordem de 5.040.000,00 euros, sendo que 5.000.000,00 euros são destinados à construção de Centros Escolares;

6.2. Plano de Actividades Municipal mais relevantes da gestão autárquica para o ano 2009

A par da preparação do PPI e constituindo, também este, a definição das linhas de desenvolvimento estratégico desta autarquia, encontra-se o Plano de Actividades Municipal (PAM) para 2009. Este evidencia, em termos de grandes opções do plano, as transferências financeiras que se farão para outras entidades.

QUADRO 22. Plano de Actividades Municipal para 2009 – Resumo

| Código Obj./Prog. | Designação das rubricas | Valor do Investimento | % dentro do Obj./prog | % em relação ao total PPI |
|-------------------|--|-----------------------|-----------------------|---------------------------|
| 1 | Funções gerais | 10.000 | 100,00% | 0,84% |
| 1.2. | Segurança e ordem pública | 10.000 | 100,00% | 0,84% |
| 1.2.1 | Proteção civil e luta contra incêndios | 10.000 | 100,00% | 0,84% |
| 1.2.1.1 | Bombeiros | 10.000 | 100,00% | 0,84% |
| 2 | Funções sociais | 1.139.900 | 100,00% | 96,00% |
| 2.1. | Educação | 50.500 | 4,43% | 4,25% |
| 2.1.1 | Ensino não superior | 50.500 | 4,43% | 4,25% |
| 2.1.1.2 | Ensino Básico | 50.000 | 4,39% | 4,21% |
| 2.1.1.3 | Educação de adultos | 500 | 0,04% | 0,04% |
| 2.3. | Segurança e Acção Sociais | 240.000 | 21,05% | 20,21% |
| 2.3.2 | Acção social | 240.000 | 21,05% | 20,21% |
| 2.4. | Habituação e serviços colectivos | 209.400 | 18,37% | 17,64% |
| 2.4.1 | Habituação | 55.000 | 4,82% | 4,63% |
| 2.4.2 | Ordenamento do Território | 40.500 | 3,55% | 3,41% |
| 2.4.2.2 | Urbanização | 40.500 | 3,55% | 3,41% |
| 2.4.6 | Proteção do meio amb. e conserv. da natureza | 113.900 | 9,99% | 9,59% |
| 2.4.6.1 | Higiene pública | 91.900 | 8,06% | 7,74% |
| 2.4.6.2 | Cemitérios | 20.000 | 1,75% | 1,68% |
| 2.4.6.3 | Meio Ambiente | 2.000 | 0,18% | 0,17% |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | 640.000 | 56,15% | 53,90% |
| 2.5.1 | Cultura | 265.000 | 23,25% | 22,32% |
| 2.5.2 | Desporto, recreio e lazer | 375.000 | 32,90% | 31,58% |
| 3 | Funções económicas | 37.500 | 100,00% | 3,16% |
| 3.1. | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 1.000 | 2,67% | 0,08% |
| 3.2. | Indústria e energia | 500 | 1,33% | 0,04% |
| 3.2.3 | Estabelecimentos Industriais | 500 | 1,33% | 0,04% |
| 3.3. | Transportes e Comunicações | 5.000 | 13,33% | 0,42% |
| 3.3.1 | Transportes rodoviários | 5.000 | 13,33% | 0,42% |
| 3.3.1.1 | Rede viária e sinalização | 5.000 | 13,33% | 0,42% |
| 3.4. | Comércio e turismo | 31.000 | 82,67% | 2,61% |
| 3.4.1 | Mercados e feiras | 25.000 | 66,67% | 2,11% |
| 3.4.2 | Turismo | 6.000 | 16,00% | 0,51% |
| TOTAL | | 1.187.400 | 100,00% | 100,00% |

O fluxo financeiro líquido para o conjunto das actividades, a fomentar pela autarquia e padronizadas como sendo as mais relevantes, constituem uma previsão de financiamento definido no valor de 1.187.400,00 euros.

Visando sempre uma crescente disciplina orçamental, as dotações (de capital ou correntes) inerentes à formação de compromissos, anteriormente assumidos no âmbito das parcerias já contratadas, entre o Município e a administração (central e local), as instituições sem fins lucrativos e as famílias preconiza-se com o apoio dado:

- No *sector do ensino básico*: à aquisição de equipamento para o Centro de Ciência Viva;
- No *sector da acção social*: à reabilitação das habitações de famílias carenciadas, à construção de centros de convívio, à construção de centros de dia e lares da terceira idade, bem como no apoio destinado à construção de centros sociais e paroquiais;
- No sector da *habitação*: assumem-se encargos com a construção de sedes de junta de freguesia;
- No sector da *urbanização*: apoio à requalificação dos largos das aldeias;
- No subprograma *protecção do meio ambiente e conservação da natureza*: a construção do canil intermunicipal em Vimioso, acção de obras de beneficiação em vários cemitérios e apoio aos projectos de recuperação das antigas áreas mineiras da Ribeira e Montesinho;
- No subprograma *serviços culturais, recreativos e religiosos*: ao desenvolvimento das actividades promovidas pelas Associações culturais, recreativas e desportivas e à construção e ou beneficiação dos seus equipamentos colectivos;
- No sector dos *estabelecimentos industriais*: à execução de infra-estruturas na zona industrial de Rossas.
- Assinala-se, ainda, o apoio atribuído à realização de feiras e certames no Comércio e Turismo.

7. EXPLICITAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

1. Funções Gerais

1.1. Serviços Gerais de Administração Pública

1.1.1. Administração Geral

1.1.1.1.1. Edifícios

Dispor de área tão significativa no centro administrativo da cidade, significa dispor de uma grande liberdade no sentido de equacionar soluções de requalificação urbanística, que poderão recorrer a soluções de antecipação de recursos capazes de assegurar de conjugar um duplo objectivo, o da construção de instalações novas para a sede do município e serviços de apoio e o aproveitamento de área sobrando para outras funções urbanas, podendo entre outros figuras de financiamento, ser utilizada a figura das parcerias público privadas.

Para além dos trabalhos correntes de conservação e manutenção das instalações municipais, terminadas as obras de beneficiação dos armazéns com vista a uma gestão centralizada e integrada, e em fase de conclusão, a substituição das caixilharias no edifício do departamento dos serviços municipais será uma prioridade, para daremos continuidade ao processo com vista a garantir as melhores condições de trabalho aos funcionários.

Na sequência dos trabalhos realizados no ano anterior, com a requalificação de alguns espaços institucionais, nomeadamente o Auditório Paulo Quintela, daremos continuidade a este processo, com a concretização da instalação do Arquivo Municipal, tendo já iniciado parcialmente a instalação de estanteamento e transferência de parte significativa do espólio existente no edifício principal, seguindo-se a fase de reestruturação e adaptação de espaços e acessibilidades e instalação de mobiliário para os serviços correntes e para o atendimento e consulta ao espólio existente.

Concluída a intervenção de requalificação das antigas instalações do Banco de Portugal/GTL, que dotou o edifício das condições necessárias para receber a sede da Fundação Rei Afonso Henriques, a autarquia contribui também para a regeneração urbana, requalificando património e dando-lhe funções sociais que permitem criar condições para que a zona histórica onde se localiza este equipamento, a par de outros (Museu Ibérico da Mascara e do Traje) atraia população e investimento, contribuindo também para a valorização, dinamização e mais qualidade de vida para a população local em particular e para os Bragançanos em geral.

Não se tendo concretizado ainda a reorganização das forças de segurança, mantemos o propósito de reestruturar espacialmente os serviços da autarquia, transferindo para o espaço actualmente ocupado pela Brigada Fiscal, algumas secções, libertando desta forma parte do edifício principal, reorganizar funcionalmente os restantes serviços e criando outros que estão previstos na orgânica funcional da autarquia, nomeadamente o Gabinete de Segurança e Protecção Civil, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e disponibilizar um gabinete para os vereadores do executivo que não possuem pelouro. O projecto de um novo edifício para os serviços do município, deixou pois de ser uma prioridade, enquanto não for assegurada a construção e beneficiação das instalações da GNR e consequente acolhimento da Brigada Fiscal e resolvidas outras necessidades de investimento prioritárias.

1.1.1.2. Material de Transporte

Tem sido no sector dos transportes urbanos, que, nos últimos anos, se registou um maior investimento em aquisição de viaturas, resultado de uma política de reforço e melhoria de garantia de mobilidade aos cidadãos do concelho. Bragança é hoje referida a nível nacional como um dos melhores exemplos a nível de serviço e infra-estruturas de transportes, para o qual muito contribuem a moderna estação rodoviária, os parques de estacionamento e os transportes urbanos, sendo de realçar tratar-se de uma das quatro cidades portuguesas possuidoras de autocarros eléctricos, não poluentes, defensores do ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos.

Ao nível ambiental faremos uma forte aposta em energias alternativas como o Biodiesel em alternativa ao gasóleo, e aquisição de veículos híbridos, tendo como objectivo promover o uso de energias alternativas e diminuir a dependência existente dos combustíveis fósseis. O município desenvolveu estudos exaustivos, no sentido de garantir que cerca de 95% da totalidade da frota, poder ser movida a Biodiesel (B20), desde que a avaliados e ponderados todos os factores de sustentabilidade global, nomeadamente: 1 – custos; 2 – impacto ambiental na produção de emissões de CO₂; 3 – impacto ao nível da matéria prima utilizada e os seus efeitos na produção ao nível dos bens associados à alimentação humana.

Concretizado no ano de 2007 o estudo de avaliação do sistema de transportes urbanos mediante a contratação de serviços especializados, foram tomadas já um conjunto de medidas no sentido de reduzir custos de exploração, aumentar receitas, melhorar o serviço público de transportes. Para tal foram reorganizados percursos, horários, tendo alguns sido eliminados, após constatar que os autocarros circulavam praticamente sem passageiros, tendo para essas situações, sido efectuados inquéritos directos para avaliação específica de eventuais impactos negativos, noutros, os ajustamentos justificaram-se no sentido de servir melhor os alunos e adequar à evolução dos horários de trabalho que nos últimos anos evoluíram, enquanto que os horários dos transportes se mantinham desde que criados, alguns há mais de duas décadas.

A frota actual dos transportes urbanos e de turismo, tem a seguinte constituição e é assim caracterizada:

1 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

A frota do STUB é composta por 17 autocarros, com uma capacidade média de transporte de 49 lugares, sendo a idade média da frota é de 12,2 anos. Dez autocarros foram adquiridos na última década, razão porque a idade média não é elevada, no entanto temos alguns autocarros com idade muito elevada, por no período de 1990/1997, só ter sido adquirido um autocarro.

| Caracterização da Frota do STUB | | | |
|--|--------------------|----------------------|---------------------------|
| Marca | N.º Lugares | Mês da Compra | Anos em Nov-08 |
| M.A.N. | 40 | Abr-03 | 5,6 |
| M.A.N. | 40 | Abr-03 | 5,6 |
| M.A.N. | 40 | Abr-03 | 5,6 |
| M.A.N. | 40 | Abr-03 | 5,6 |
| M.A.N. | 47 | Ago-00 | 8,3 |
| T.MinCost. | 34 | Dez-84 | 23,9 |
| T.MinCost. | 34 | Dez-84 | 23,9 |
| T.MinCost. | 34 | Dez-84 | 23,9 |
| Volvo B10 | 100 | Fev-88 | 20,8 |
| Volvo B10 | 100 | Fev-88 | 20,8 |
| Volvo B10 | 100 | Jul-88 | 20,4 |
| M.A.N. | 47 | Ago-00 | 8,3 |
| Volvo B6 | 66 | Mai-96 | 12,5 |
| Volvo B6 | 66 | Jan-98 | 10,8 |
| Gulliver | 20 | Abr-05 | 3,6 |
| Gulliver | 20 | Abr-05 | 3,6 |
| Gulliver | 20 | Abr-05 | 3,6 |
| Média = | 49 | Idade Média = | 12,2 |

No ano de 2007, o STUB efectuou 578.155 Quilómetros e transportou cerca de 500.000 passageiros nas 12 linhas diárias e 4 linhas semanais.

Prevê-se para o ano de 2008 que o STUB efectue 507.000 Quilómetros e transporte o mesmo numero de passageiro que no ano de 2007, concluindo-se que a reorganização da rede do STUB não prejudicou o serviço público (mesmo número de passageiros transportando) diminuindo as despesas operacionais.

2 – Serviço de Transportes de Turismo

A frota afectada ao serviço de transporte de turismo é composta por dois autocarros, com uma capacidade média de 40 lugares, sendo a idade média da frota de 9,5 anos.

| FROTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TURISMO | | | |
|--|--------------------|----------------------|-----------------------|
| Marca | N.º Lugares | Mês da Compra | Anos em Nov-08 |
| VOLVO | 51 | Jan-98 | 10,8 |
| M.A.N. | 28 | Jul-00 | 8,3 |
| Média = | 40 | Idade Média = | 9,5 |

No ano de 2007, o serviço de transporte de turismo efectuou 150 viagens, transportou 5044 passageiros percorrendo 53.456 Quilómetros. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efectuou transporte diário de alunos do 1º ciclo para as actividades extra curriculares com a utilização de uma viatura.

Durante o período, entre Janeiro e Agosto do presente ano, o serviço de transporte de turismo efectuou 102 viagens, transportou 3.059 passageiros percorrendo 36.527 Quilómetros. No presente ano lectivo, o serviço de transporte de turismo efectua transporte diário de alunos do 1º ciclo para as actividades extra curriculares com a utilização de duas viaturas.

Os dois veículos estão licenciados para o transporte de crianças em conformidade com a Lei n.º13/2006 e foram ainda formados 4 motoristas na área do transporte colectivo de crianças.

A nível dos transportes urbanos contratou-se um estudo tendo em vista a melhoria e reestruturação do sector em todo o concelho, de forma a equacionarmos os meios e recursos necessários, para melhor servir os cidadãos, dado serem estes o principal objectivo da nossa governação. No seguimento das orientações do estudo já referido, pretendemos melhorar a frota de transportes urbanos com a aquisição de três veículos de média capacidade e um veículo de pequena capacidade, vocacionados para o transporte urbano de passageiros, com melhores condições de acessibilidade e conforto para os utentes.

Procedeu-se à contratação de três novos autocarros, de modo a que entrem ao serviço até ao final do ano de 2008, momento em que se prevê que sejam abatidos 3 autocarros Toyota Minicost com características semelhantes e com 24 anos de idade. Após a entrada em serviço dos 3 novos autocarros, a caracterização da frota será:

| Marca | N.º Lugares | Mês da Compra | Anos em |
|---------------------------|-------------|----------------------|------------|
| | | | Dez-08 |
| Mercedes Sprinter City 65 | 22 | Dez-08 | 0,0 |
| Mercedes Sprinter City 65 | 22 | Dez-08 | 0,0 |
| Mercedes Sprinter City 65 | 22 | Dez-08 | 0,0 |
| Gulliver | 20 | Abr-05 | 3,7 |
| Gulliver | 20 | Abr-05 | 3,7 |
| Gulliver | 20 | Abr-05 | 3,7 |
| M.A.N. | 40 | Abr-03 | 5,7 |
| M.A.N. | 40 | Abr-03 | 5,7 |
| M.A.N. | 40 | Abr-03 | 5,7 |
| M.A.N. | 40 | Abr-03 | 5,7 |
| M.A.N. | 47 | Ago-00 | 8,3 |
| M.A.N. | 47 | Ago-00 | 8,3 |
| Volvo B6 | 66 | Jan-98 | 10,9 |
| Volvo B6 | 66 | Mai-96 | 12,6 |
| Volvo B10 | 100 | Jul-88 | 20,4 |
| Volvo B10 | 100 | Fev-88 | 20,8 |
| Volvo B10 | 100 | Fev-88 | 20,8 |
| Média = | 48 | Idade Média = | 8,0 |

1.1.1.3. Maquinaria e Equipamento diverso

Pretendemos para o ano de 2009, realizar uma reestruturação na frota do município, prevemos a alienação de alguns equipamentos em elevado estado de desgaste, motivado essencialmente pela idade e serviços efectuados, estimamos a aquisição de alguns equipamentos considerados fundamentais para melhorar o funcionamento dos serviços e economizar recursos nos trabalhos que nos comprometemos a fazer. Assim procederemos à aquisição de um veículo ligeiro de mercadorias para substituir o existente na equipa de conservação de edifícios o qual não justifica a sua reparação, uma giratória a qual é indispensável para os trabalhos de administração directa relacionados com a abertura de novas estradas e alargamento de outras bem como trabalhos diversos de apoio às Juntas de Freguesia.

Ao nível do sistema de gestão de frota, possuímos actualmente um sistema de fornece mensalmente toda a informação referente às viaturas (rotas, condutores, médias, serviços, consumos, etc). Pretendemos para o ano de 2009 a implementação de um sistema de gestão mais moderno (GPS) permitindo assim, em tempo real a localização dos equipamentos, controlar os operadores e as sua performances, controlar consumos, abastecimentos e manutenções permitindo assim reduzir os desvios anómalos ao bom desempenho da frota e dos operadores, aumentar a operacionalidade e disponibilidade da frota.

No âmbito da certificação do Serviço Transportes Urbanos de Bragança está previsto a realização de um concurso para a aquisição de um sistema de lavagem automática de chassis com decantação e tratamento biológico da água que vai permitir poupar este recurso.

Esta também em fase de conclusão um estudo para reestruturação do sector de oficina, com o objectivo de minimizar desperdícios e aumentar a eficácia do sector.

Tem-se verificado um aumento exponencial nos gastos de telecomunicações da CMB (telefones fixo e telemóveis). A causa principal do aumento verificado é o crescente número de chamadas efectuadas para telemóveis. Trata-se de uma evolução natural na forma de comunicar que tem tendência a aumentar. Por outro lado, a descentralização dos serviços com a entrada em funcionamento de novos equipamentos (P. Exp. Piscinas, ERB, Teatro, Teatro, Casa da Cultura e Biblioteca) veio agravar a situação.

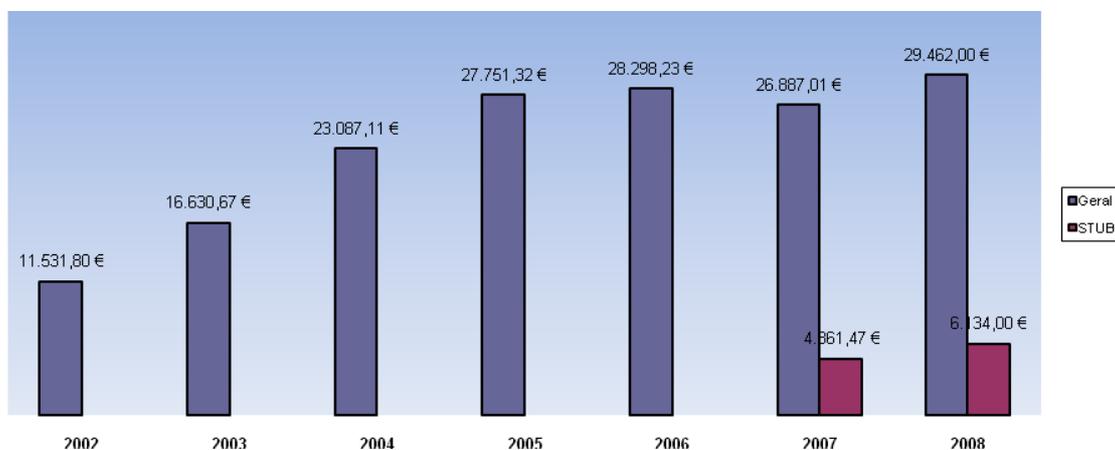
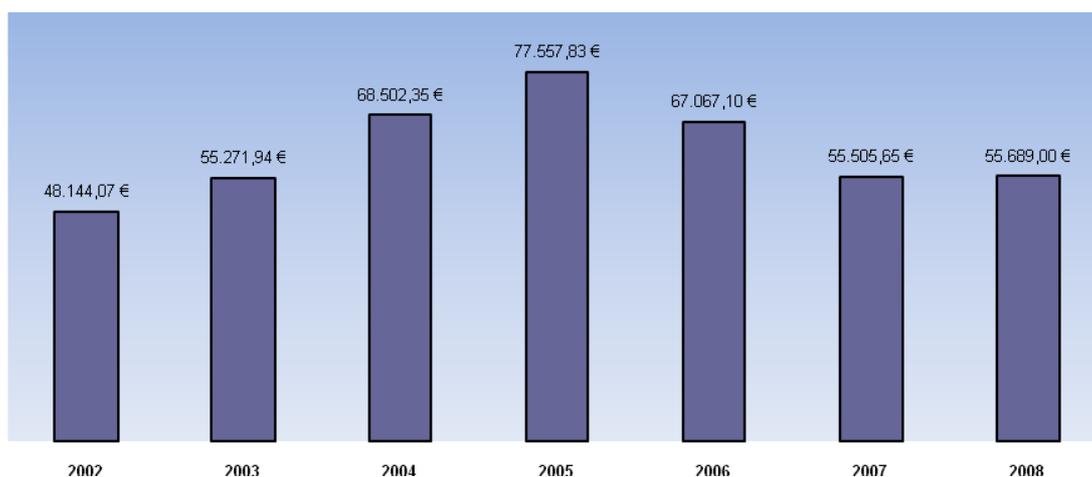
A renegociação dos contratos de fornecimento de telecomunicações com os operadores e implementação de um modelo de gestão baseado na disponibilização para cada utilizador dos seus gastos mensais, permitiu inverter a tendência da evolução da facturação com as telecomunicações.

As evoluções tecnológicas na aérea das telecomunicações permitem-nos arranjar formas de minimizar os gastos em telecomunicações. Para tal, será necessário:

- 1 Substituir a nossa central telefónica por uma da última geração que permite gerir automaticamente as chamadas para o operador com melhores preços em função do destino e da hora da chamada.
- 2 Adaptar as infra-estruturas existentes nos novos edifícios;
- 3 Adaptar o actual sistema de comunicação informática entre os vários edifícios da CMB.

As simulações efectuadas apontam para uma redução mensal da facturação em telecomunicações da ordem dos 40 % (cerca de 2.000,00€).

A instalação de novo sistema de comunicação informática poderá suportar a transmissão on-line de vídeo (imagens em tempo real), assim, poderá ser ponderado a vigilância de algumas instalações à distância de um ponto central de vigilância. Estaremos em condições de reduzir a nossa factura com a segurança das instalações.

GRÁFICO X. Custos das Comunicações móveis (2002/2008)**GRÁFICO XI. Custos das Comunicações fixas (2002/2008)****Equipamento Informático - Tecnologias de Informação e comunicação (TIC)**

Em 2008 foram privilegiadas as infra-estruturas centrais que suportam os diversos serviços. Estão agora criadas condições para que em 2009 seja dado um novo impulso em termos de inovação tecnológica e consolidação das infra-estruturas.

Em 2009 pretende-se dar continuidade ao processo de modernização através da implementação dos seguintes projectos:

- **Modernização do parque informático** – É fundamental para o município reforçar o seu parque informático adquirindo computadores que permitam aos utilizadores interagir adequadamente com os novos sistemas, nomeadamente com o sistema de gestão documental. Adicionalmente será contemplada a aquisição de equipamentos fundamentais à implementação dos sistemas de informação – servidores de bases de dados e equipamentos de digitalização. Ainda dentro desta componente de modernização está prevista uma nova abordagem relativamente ao parque de impressão: será implementada uma solução de impressão com controlo centralizado. Os inúmeros equipamentos “individuais” serão substituídos por equipamentos multifunções em rede, mais produtivos e tecnologicamente mais avançados e estrategicamente distribuídos para partilha pelos serviços.
- **Plataforma Electrónica de Contratação Pública** - Com esta actividade pretende-se dotar a Autarquia de uma plataforma electrónica de contratação pública, dando cumprimento ao novo código da contratação pública, processo contratado através da Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana (AMTFT), envolvendo todos os municípios reflectindo-se assim, numa redução de custos para esta autarquia.
- **Gestão documental** – O principal objectivo desta componente é o de publicar e/ou reestruturar os vários conteúdos e serviços actualmente dispersos na rede camarária e disponibiliza-los através de uma plataforma colaborativa. Pretende-se também efectuar a integração entre os sistemas de informação autárquicos e a plataforma de gestão documental. Esta abordagem potenciará a implementação do conceito balcão integrado: balcão físico, presente nos serviços locais de atendimento e balcão integrado on-line.
- **Implementação de uma INTRANET** – Sendo a Intranet reconhecida como um instrumento dirigido ao melhoramento de processos e de ligação a utentes / consumidores, esta é de facto uma das evoluções mais óbvias dos Sistemas de Informação da Autarquia. Este sistema permitirá: criar um ambiente de trabalho homogéneo para todos os funcionários, centralizar o acesso a documentos e diminuir a necessidade de suporte técnico.
- **Disponibilização de SIG on-line** – Pretende-se dotar a Autarquia de uma solução que permita a disponibilização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território na Internet, dando cumprimento à obrigatoriedade imposta pela Lei nº 56/2007.
- **Implementação de Interfaces Web** – É essencial a implementação de forma eficiente de interfaces internet (vulgo sites internet), com particular evidência para as funcionalidades, os automatismos, a permanente actualização da informação, a rapidez de resposta, o aspecto gráfico, a usabilidade, a sustentabilidade por parte de todos os intervenientes e a segurança de todo o sistema, de forma a assegurar uma prestação de informação permanente e de serviços a partir de qualquer local. Neste contexto, o site autárquico sofrerá alterações de imagem e de estrutura de modo a ser

transmitida maior modernidade e dinamismo. Paralelamente, existem espaços/serviços para os quais serão criadas páginas Web próprias obtendo assim uma identidade individual. Encontram-se nesta situação o Teatro, a Biblioteca, o Museu da Máscara e o Centro de Arte Contemporânea.

- **Informatização da Biblioteca Municipal** - Visa dotar a Biblioteca de infra-estruturas que permitam a automatização da sua área funcional, bem como a sua integração num sistema de informação de âmbito concelhio e nacional. Serão implementados meios tecnológicos que permitam a gestão de informação, a troca de informação de interesse local, regional e nacional, bem como o acesso remoto a bases de dados.
- **Apetrechamento das escolas** – Esta actividade visa a implementação de soluções tecnológicas mais eficientes e inovadoras que potenciem a aprendizagem. Este projecto prevê a instalação de quadros interactivos, a instalação de redes locais e a modernização do parque informático.

Através destas iniciativas a CMB cria condições para oferecer serviços mais rápidos, mais eficazes e mais cómodos, o que irá contribuir de forma inequívoca para melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes.

É de referir que alguns dos projectos anteriormente mencionados se enquadram no âmbito de uma candidatura ao SAMA (Sistema de Apoios à Modernização Administrativa), cuja gestão está a cargo da AMTF-NT (Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano). Estão nessa situação os seguintes projectos: Plataforma Electrónica de Contratação Pública, Gestão Documental, Implementação de uma INTRANET e Disponibilização de SIG on-line. O investimento aprovado para o Município de Bragança através da referida candidatura importa em 231.189,86 €.

1.2.Segurança e Ordem Públicas

1.2.1. Protecção Civil e luta contra incêndios

1.2.1.1.Bombeiros

A necessidade de criar as melhores condições para estas instituições, levou-nos a concretizar ao nível do desenho urbanístico um projecto de requalificação do espaço envolvente ao Quartel de Bombeiros Voluntários de Izeda, o qual será objecto de execução em 2009. A intervenção proposta, permitira que toda a área envolvente se integre de forma harmoniosa na malha urbana da vila de izeda, passando a ser um espaço de valorização urbanística, quer para a Associação quer para a vila de Izeda.

Daremos continuidade, à semelhança do que foi sendo feito durante os anos anteriores, ao apoio com verbas que permitirão aos Bombeiros Voluntários de Bragança e de Izeda, fazer face a despesas de

funcionamento em prol da actividade voluntária e de ajuda humanitária desenvolvida pelas duas Associações.

À semelhança de anos anteriores ambas as Associações serão apoiadas com verbas significativas, para fazer face a despesas correntes de funcionamento, pagamento de pessoal permanente, seguros de pessoal e seguros de frota.

1.2.1.2. Segurança Pública

Nesta matéria não temos previstos investimentos desagregados com valores significativos, sendo certo que nas actividades em geral, por parte da Câmara Municipal, a segurança pública está na primeira das prioridades, associada às muitas decisões de investimento nas várias áreas de actuação da Câmara Municipal, bem como da permanente disponibilização de recursos financeiros, humanos e de equipamentos.

2. Funções Sociais

2.1. Educação

2.1.1. Ensino Não Superior

2.1.1.1. Educação Pré-Escolar

Nesta área, proceder-se-á a obras de conservação e melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos de educação pré-escolar, nomeadamente a nível da componente social com apoio nos recursos humanos no prolongamento de horário para ajustar as normas de funcionamento de modo a satisfazer as necessidades dos pais e encarregados de educação.

Nos últimos anos, foram feitas evoluções para garantir boas condições de funcionamento e bem-estar dos alunos, dos educadores de infância e auxiliares, tendo-se registado uma melhoria significativa nas instalações no Jardim de Infância de Izeda com a mudança de instalações para a sede de Agrupamento que oferece melhores condições aos alunos, desde refeitório ao pavilhão desportivo. Instalou-se, também, um parque infantil numa área adjacente ao espaço reservado para o Jardim-de-infância, assim como a aquisição de material didáctico adequado para este nível de ensino. Instalaram-se, também, novos parques infantis nos Jardins-de-infância da Estação e de Santiago.

Continuar-se-á a aquisição de material didáctico de modo a substituir o existente que se encontre ultrapassado face a novas exigências.

Reconhecendo a necessidade de aumentar a oferta a nível do ensino pré-escolar, nos novos centros escolares da área urbana, com a previsão de abertura no decorrer do próximo ano lectivo, haverá, por cada centro escolar, mais quatro salas dedicadas a este nível, duplicando, assim, a oferta pública, passando de oito salas para dezasseis.

2.1.1.2. Ensino Básico

Depois da homologação da Carta Educativa do Concelho, da candidatura ao QREN para a construção dos centros escolares indicados na Carta Educativa, assim como a requalificação de algumas escolas de acolhimento de 1º ciclo na área rural e da aprovação para a construção de dois centros escolares na área urbana, um na Freguesia de Santa Maria, outro na Freguesia da Sé, e da requalificação de duas escolas de 1º ciclo, na área rural, Quintanilha e Rebordãos, prosseguiu-se com os processos de forma a iniciar a construção ainda no ano de 2008, para que, assim, seja possível garantir maior segurança e melhores condições aos alunos, no ano lectivo de 2009/10, prevendo-se, após concluídos estes investimentos, prosseguir com a requalificação dos restantes centros escolares.

A abertura dos novos Centros Escolares obriga a que seja reforçado o número de auxiliares de acção educativa para acompanhar os alunos e a aquisição de material didáctico de modo a apetrechar estes espaços de acordo com as necessidades e exigências dos níveis de ensino.

De igual forma, continuar-se-á o processo de transferência das competências relativas à Educação, nomeadamente o pessoal não docente, a acção social e a construção, apetrechamento e manutenção dos equipamentos de 2º e 3º ciclos, para o Município, processo que está em fase de estudo de modo a que a transferência seja feita de forma clara e coerente entre todas as partes envolvidas.

Neste processo, os auxiliares administrativos e os de acção educativa dos três agrupamentos passarão para o quadro da Câmara Municipal, cerca de 140 funcionários, ficando esta com a responsabilidade da sua colocação e gestão. No entanto, este número, em funções nas escolas, não corresponde ao rácio estabelecido, nem às necessidades actuais das escolas a tempo inteiro, sendo necessário, por isso, a contratação de mais auxiliares de acção educativa de modo a suprir as reais necessidades do funcionamento das escolas de EB1 e dos Jardins-de-infância e conseqüente acordo com o Ministério da Educação para que este processo seja viável para o Município. Esta transferência acarretará mais responsabilidades e mais custos à C.M.B. e obrigará a reformulação do sector de Educação com o reforço do pessoal responsável nesta área.

Visto o elevado investimento e para que haja esta evolução, será necessário financiamento do Ministério responsável e, provavelmente, uma profunda reflexão sobre a actual situação dos equipamentos escolares

na cidade de Bragança, de modo a poder rentabiliza-los de uma forma mais eficaz. No entanto e enquanto estes projectos não são concluídos, serão necessárias algumas remodelações/ melhoramentos em algumas escolas para que os alunos tenham, de imediato, melhores condições.

A necessidade das escolas funcionarem em tempo inteiro acarreta mais responsabilidades e mais custos à C.M.B. nomeadamente a nível das refeições e conseqüentemente na aquisição de serviços de auxiliares que acompanhem os alunos nestas horas. Em 2008, o programa de generalização de refeições abrange a totalidade das escolas do concelho, num total de 966 alunos a usufruir este serviço. Como complemento do serviço de refeições e sabendo das dificuldades com que algumas famílias se deparam, as crianças carenciadas beneficiam de um suplemento alimentar.

Será, também, necessário continuar a proceder à renovação de algum mobiliário que se encontre envelhecido e apetrechar as escolas de material didáctico actual e apropriado aos novos tempos escolares e introduzir a última tecnologia de informação nas escolas do 1º ciclo como os quadros interactivos, processo para o qual pretendemos aproveitar apoios comunitários.

Pretendemos continuar a contribuir para um ensino de qualidade e mais participativo por parte de todos os agentes ligados à Escola, agrupamentos, pais / encarregados de educação e Ministério da Educação. Na sequência da reformulação da gestão escolar, e tendo em vista uma maior participação e articulação com todos os agentes da comunidade educativa, a C.M.B. está presente nos Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas e das três Escolas Secundárias do concelho, com três elementos.

O Conselho Municipal de Educação continuará a ser privilegiado como um espaço de trabalho, de reflexão, debate e partilha de opiniões e saberes que nos permitam com mais certeza, encontrar as soluções mais adequadas para os problemas educativos no concelho de Bragança.

Pensando, ainda, na formação e educação dos jovens, continuar-se-á o plano de divulgação das actividades, dirigidas ao público escolar, realizadas no Centro Cultural, no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais com visitas guiadas às exposições, espectáculos direccionados para este público, bem como divulgação de trabalhos efectuados nas escolas no CCB e na Biblioteca, oferecendo, deste modo, um serviço educativo transversal aos vários equipamentos culturais.

Continuaremos a apoiar actividades e projectos das várias escolas do concelho que sejam considerados pedagógicos e relevantes para a comunidade educativa, como a publicação de livros elaborados pelos

alunos, produção de exposições, deslocação de escritores nacionais às escolas e acções de formação para o público escolar.

Numa tentativa de oferecer as mesmas oportunidades aos alunos, continuaremos, algumas actividades ligadas à leitura, iniciadas em 2008, como o projecto “Contando histórias pelas aldeias” dramatização de contos, teatro de fantoches nas escolas do 1º ciclo da área rural, tentando, deste modo, incentivar os jovens para a leitura e possibilitar o contactos destes alunos ao acervo da Biblioteca Municipal de Bragança.

Conhecendo a dificuldade que alunos do interior sentem na aquisição de novas oportunidades, na participação em programas de actividades de investigação científica e formação especializada na área das Ciências, a C.M.B celebrou um protocolo com o Instituto Gulbenkian de Ciência e posteriormente com as escolas secundárias da cidade, com a finalidade de atribuir seis estágios aos melhores alunos da área de Biologia (dois alunos em cada escola secundária), a realizar nas instalações do IGC, contribuindo com os custos da deslocação e alojamento durante o período dos estágios.

É um projecto pioneiro que o IGC pretende alargar ao resto do país, salvaguardando, contudo, anualmente vagas para alunos do concelho e registando no nome do programa referências a Bragança.

Na área sócio – educativa, continuaremos a desenvolver acções através da concessão de apoios (transportes, alimentação e material escolar) aos alunos carenciados do concelho. Os alunos deslocados das suas residências, devido à concentração de escolas, terão assegurado o transporte e a alimentação. Todos os alunos do 1º ciclo terão oportunidade de frequentar três actividades de enriquecimento curricular – Inglês, Educação Musical e Actividade Física e Desportiva.

Com a entrada em funcionamento do Centro Ciência Viva, projecto integrado na Rede Nacional de Centros de Ciência Viva existentes no País, a oferta de um espaço dedicado às temáticas do Ambiente, Energia, Geologia e Astronomia – conteúdos interactivos disponibilizados no edifício principal e a Seda – conteúdo inserido na Casa da Seda, Bragança ganha mais um espaço de entretenimento alicerçado no conhecimento científico que permitirá, a toda a população uma abordagem séria mas divertida, destas temáticas, sensibilizando-as para as questões mais emergentes, que se destacam na sociedade actual – qualidade ambiental/qualidade de vida, sustentabilidade energética e energias renováveis, para além de disponibilizar um conhecimento mais próximo da realidade envolvente – fauna, flora e geologia.

Passado que foi um ano de funcionamento do Centro de Ciência Viva, o balanço bastante positivo, que se pode fazer, traduz-se pelas visitas que este espaço teve, bem como pelas actividades diversificadas levadas a efeito, onde se poderá destacar, pela sua crescente aceitação do público, o “Café de Ciência”.

Das muitas actividades (referentes ao período de Janeiro a Setembro), mais de 35, promovidas pelo Ciência Viva, passaram por este espaço mais de 12 400 visitantes, de todas as faixas etárias e formação. A importância dada pelo Município neste sector, será reforçada, com a aquisição de um imóvel adjacente à "Casa da Seda", permitindo, não só, aumentar o espaço deste equipamento, mas também, contribuir de forma objectiva, para a renovação do parque edificado integrado na zona histórica da cidade.

2.1.1.3. Educação de Adultos

A educação de adultos, ensino especial e outros, continuará a ter do Município o necessário envolvimento em parcerias existentes, nomeadamente na integração de alunos/ estagiários dos Cursos de Educação e Formação e em estrita articulação com o Ministério da Educação, através dos serviços desconcentrados da DREN e da Equipa de Apoio às Escolas de Bragança.

Será mantido o apoio a outros projectos desenvolvidos pelas escolas do nosso concelho ao nível do 2º e 3º ciclos, ensino secundário e ensino superior, desenvolvendo esforços para que as necessidades que se façam sentir sejam colmatadas, apoiando as iniciativas que surjam nesse sentido, nomeadamente nos cursos EFA que têm surgido na área rural.

Continuaremos, também, a apoiar a Universidade Sénior, de modo a que o público visado tenha garantido uma ocupação diversificada e de qualidade.

2.2. Saúde

2.2.1. Serviços Individuais de Saúde

Iniciada em Setembro de 2007 a construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II, prevê-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2009.

De referir a colaboração da autarquia no Projecto Saúde XXI – Unidade Móvel de Saúde (UMS) do Concelho de Bragança, e que da avaliação do trabalho desenvolvido neste primeiro ano do projecto, nos permite perspectivar uma nova actuação para o ano de 2009, que passará pela visita aos grandes dependentes, acamados e idosos isolados, com a perspectiva de lhe serem dispensados, cuidados de saúde no domicílio, conhecendo as condições habitacionais e procedendo a campanhas de educação para a saúde, com a colaboração de outras entidades, Escola Superior de Saúde e Escolas Secundárias. Foi também possível diagnosticar a necessidade de um "líder" em cada localidade/Freguesia, com motivação e disponibilidade, residente na localidade, com alguma formação na área do socorrismo e que possa, de forma voluntária, funcionar como primeiro elemento de sinalização/informação/alerta para cidadãos em situação de doença ou maior dependência, encaminhando-os para entidades de saúde/apoio social.

O envelhecimento está associado a alterações biológicas, psicológicas e sociais com repercussões evidentes sobre o estado de saúde, a qualidade de vida e a realização autónoma das diferentes tarefas diárias. A prática regular de actividade tem sido considerada como uma das formas mais efectivas para a preservar uma vida independente para muitos idosos na realização de inúmeras tarefas do quotidiano.

Por estas razões, consideramos importante a colaboração com instituições que dinamizem projectos no âmbito da promoção de hábitos saudáveis de vida. Assim foi assinado um protocolo com a Escola Superior de Educação de Bragança com o objectivo de concretizar os projectos " Mexa-se em Bragança" e "+ Idade + Saúde", apoiando na cedência de espaços para a prática da actividade física, na realização de um seminário sobre a área e na disponibilização de transporte para a população envolvida nestes projectos.

O Projecto " Mexa-se em Bragança" tem como objectivo dinamizar a actividade física regular direccionada para indivíduos com idade a partir dos 35 anos, para a prevenção secundária da diabetes Tipo 2. O projecto "+ Idade + Saúde" promove a actividade física regular, devidamente avaliada, prescrita e monitorizada, na população idosa.

2.3. Segurança e Acções Sociais

2.3.2. Acção Social

Os problemas sociais constituem uma das nossas grandes preocupações, estando conscientes da urgência de um trabalho intenso no sentido de criar um concelho mais solidário, construindo e apoiando a construção de infra-estruturas necessárias ao reforço da coesão social.

As situações de exclusão social, o envelhecimento da população rural, a desertificação, os problemas sociais com que as famílias se deparam no quotidiano, acarretam uma pressão social permanente sobre os serviços sociais, que, aliada ao facto de se ter assumido a propriedade e gestão dos bairros de habitação social, traduzem uma maior responsabilidade e aumento de serviço, dificultando respostas rápidas e eficazes aos problemas com que os munícipes se deparam.

Continuaremos a desenvolver acções que permitam o convívio e a inclusão de sectores mais fragilizados da nossa sociedade, como o Encontro de Imigrantes do concelho de Bragança, de forma a aproximar e a integrar os nossos imigrantes e fazê-los sentirem-se parte da nossa comunidade.

De igual forma, o Encontro de Idosos permite estabelecer contactos mais próximos com a população sénior do nosso concelho. Tem sido um momento de convívio e de confraternização.

Reconhecendo a importância do trabalho em parceria para conseguir responder aos problemas sociais da população que são da responsabilidade de todas as forças interventoras da sociedade, manteremos a

representação e colaboração na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, com a gestão do gabinete destinado exclusivamente à comissão, o apoio logístico e um técnico a tempo inteiro de modo a acompanhar e intervir nos casos sinalizados. Dentro da nossa actuação na CPCJ, apoiamos a criação do Gabinete de Apoio à Família, a funcionar em instalações da C.M.B., no Centro Cultural de Bragança, que tem um papel interventivo ao nível dos problemas familiares, dando uma resposta integrada às dificuldades encontradas na educação, na saúde, na gestão doméstica, na inserção no mercado de trabalho e no acesso às ajudas sociais.

Continuaremos a nossa participação no Núcleo Local de Inserção para intervenção em processos do Rendimento Social de Inserção e na Plataforma Supra Concelhia.

A Rede Social, centro de planeamento e execução de políticas sociais, encontra-se na fase de pós-implementação com o seu programa de acção em execução, assim como o Plano de Desenvolvimento Social 2007/2009, aprovado e em execução. Reforçaremos, nesta área o sistema de informação da Rede Social através da Internet.

Continuaremos a apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no esforço que estas vêm desenvolvendo para que Bragança se assuma como concelho solidário.

No âmbito da acção social escolar, o município tem vindo a fazer um trabalho intenso no sentido de proporcionar as mesmas oportunidades a todas as crianças do concelho. Continuaremos a desenvolver acções através da concessão de apoios (transportes, alimentação e material escolar) aos alunos carenciados do concelho. Os alunos deslocados das suas residências, devido à concentração de escolas, terão assegurado o transporte e a alimentação.

Com a abertura do primeiro Banco Local de Voluntariado, no distrito de Bragança, os cidadãos têm a oportunidade de participar em actividades sociais/ comunitárias e em projectos das diferentes instituições/ entidades, promovendo ao mesmo tempo a cidadania e a consciência colectiva.

O Banco Local de Voluntariado de Bragança incide em três grandes áreas, a social, a cultural e a ambiental, com quatros vectores estratégicos: o banco de dados onde estarão disponíveis as inscrições online dos voluntários e das instituições que pretendem acolher voluntários; a formação estruturada e contínua a pessoas que pretendam desenvolver actividade de voluntariado; os projectos de voluntariado desenvolvidos e a informação disponibilizada online sobre esta área.

Elaborados os projectos de execução da Casa do Povo de Izeda, das sedes de Junta de Donai, São Julião de Palácios e Grijó de Parada, (estes já em fase de construção) e da adaptação da antiga escola primária de Deilão para Centro de Dia, em fase de adjudicação, da Sede de Junta de Outeiro, Sede de Junta de

Espinhosela e do Centro de Convívio do Zoio projectos estes que aguardarão disponibilidade financeira, entre outras intervenções, estaremos em condições de dotar todo o Conselho de equipamentos direccionados para a vertente social, contribuindo assim, para que as populações locais se sintam com mais confiança em permanecerem e continuarem a sua actividade na sua terra natal.

2.4 Habitação e Serviços Colectivos

2.4.1 Habitação

Na área da habitação social, estando atentos ao problema da erradicação de barracas na cidade, e após a candidatura ao programa Prohabita, efectuada em 2007, continuaremos a acompanhar este processo de modo a que esta situação seja solucionada e se possa construir habitações condignas para as pessoas que, ainda, moram em barracas.

Elaborado o Projecto para a construção de Habitação Social (26 fogos) em complementaridade com os projectos de conservação e requalificação de fogos de Habitação Social existentes (em continuação de 2008) poderemos assumir que grande parte da problemática associada à componente habitacional para os mais carenciados, poderá ficar resolvida. Este processo, que assenta na avaliação por parte dos serviços de Acção Social do Município, está em fase avançada para ser concretizável durante 2009. A aquisição de terrenos e a elaboração dos projectos de Arquitectura (da responsabilidade do Gabinete de Planeamento da Câmara Municipal) e das Especialidades em que se incluem as infraestruturas urbanísticas – rede viária, rede de saneamento básico, rede de águas e rede eléctrica, (em fase de execução, objecto de consulta pública para a sua elaboração) representam já um grande esforço a que daremos forma com a construção das 26 habitações que permitirão alojar os agregados familiares referenciados no concelho e que habitam em condições precárias. Paralelamente a este esforço, daremos continuidade ao apoio às famílias carenciadas, através de financiamento ou cedência de materiais para obras de beneficiação e higienização da habitação

No âmbito da gestão dos Bairros Sociais, propriedade do município, continuaremos a regularização de dívidas, de actualização de rendas e de legalidade de ocupação, de modo a criar disponibilidade para satisfazer as solicitações de habitação.

Após o processo de levantamento do interesse, por parte dos inquilinos, de aquisição de habitações nos Bairros Sociais, estamos em condições para a sua venda e para alargar este processo de modo a inquirir a totalidade dos inquilinos destes bairros. Este processo permitirá o investimento na requalificação e na melhoria das condições de habitabilidade de famílias carenciadas.

Concluído o processo de recuperação de edifícios na Cidadela (recuperação das fachadas, coberturas e caixilharias) pretende-se através do Programa Eixo Prioritário IV – Requalificação do Sistema Urbano, recorrer a fundos comunitários para estender esta acção a todo o Centro Histórico integrado no PPI.

Continuaremos a apoiar as famílias carenciadas, através de financiamento ou cedência de materiais para obras de beneficiação e higienização da habitação.

No âmbito dos Bairros Sociais, daremos continuidade ao processo de regularização de dívidas, de actualização de rendas, aumentando ou diminuindo, conforme os rendimentos familiares, visto este trabalho nunca ter sido realizado, o que provoca algumas injustiças que os moradores pretendem ver resolvidas.

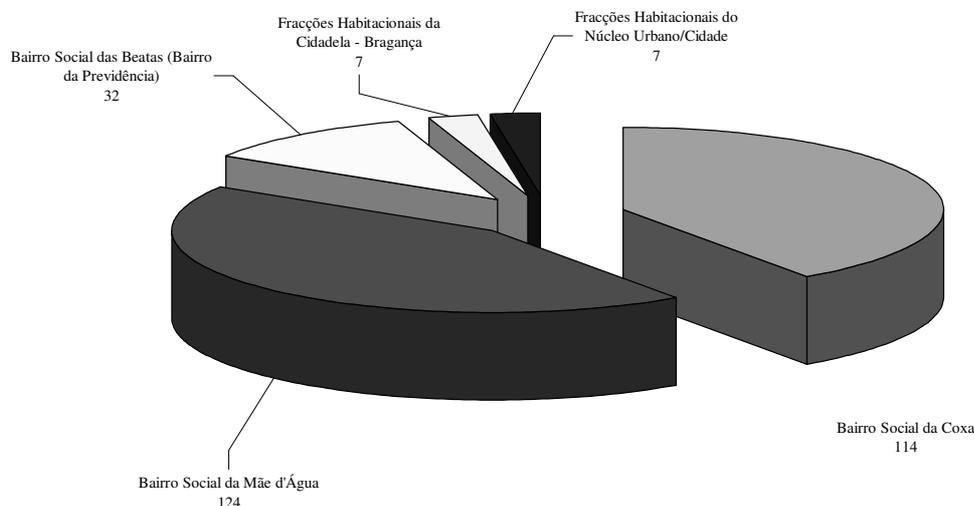
Em 2007/08, desenvolveu-se todos os esforços para responder ao programa Conforto Habitacional para Idosos. Numa primeira fase, conseguiu-se apurar cinco casos que cumpriam os requisitos necessários. Um número reduzido em relação à identificação de casos feita pelos serviços (63), mas que não respondiam aos critérios estabelecidos pelo programa PCHI. Com a alteração do enquadramento jurídico deste programa, foi possível repescar mais quatro casos elegíveis.

No entanto, e visto o programa ser evidentemente insatisfatório para as necessidades sentidas pelos cidadãos do concelho, e à semelhança do que tem vindo a acontecer, em parceria com as Juntas de Freguesias, continuaremos a apoiar as famílias carenciadas através de apoios financeiros, em materiais destinados a obras de beneficiação e em intervenções que têm como objectivo a melhoria das condições de habitação nos Bairros Sociais e nas habitações das famílias carenciadas do concelho.

Durante o ano de 2008, foram entregues algumas habitações a agregados familiares carenciados. Em Janeiro, procedeu-se à entrega de uma habitação que foi objecto de recuperação devido ao imóvel ter sido parcialmente destruído por um incêndio, a uma família de etnia cigana, no Zoio.

Em Abril, 12 famílias foram realojadas em habitação social nos Bairros da Coxa, Mãe d'Água e da Previdência. As casas foram totalmente remodeladas pela C.M.B.

A estratégia, no sector de habitação, será a de continuar a apostar no realojamento de famílias carenciadas mediante a recuperação de casas devolutas e vagas no conjunto do património habitacional municipal destinado à habitação social. Estes realojamentos serão, sempre, feitos de acordo com o estudo técnico realizado que incluiu a priorização dos casos assinalados tendo em conta os problemas habitacionais de cada família, os de saúde e a constituição do agregado familiar, adequando, assim, a tipologia da fracção a cada família.

GRÁFICO XXII.

Tal como tem acontecido em anos anteriores, estão incluídas verbas significativas, para satisfação de compromissos relacionados com a aquisição de terrenos e construções (terrenos e construções no Forte de S. João de Deus; terrenos do antigo estaleiro da JAE; edifício da antiga agência do Banco de Portugal), aquisição de terrenos na ZI Cantarias, para o Parque Campismo Rio de Onor, terreno na Candaira da JF Santa Maria, aquisição de terrenos para o Parque de Ciência e Tecnologia entre outras novas aquisições.

2.4.2. Ordenamento do Território**2.4.2.1. Planeamento Urbanístico**

Ultrapassada que foi a fase de elaboração dos instrumentos de planeamento, Revisão do Plano Director Municipal e Plano de Urbanização da cidade, este sujeito já ao processo de Discussão Pública, o que possibilitará dispor deste importante instrumento de planeamento para a cidade ainda durante o ano de 2008, podemos encarar com mais sustentabilidade as políticas de desenvolvimento territorial para os anos seguintes.

Sendo o Plano de Urbanização um instrumento que define, regula e aponta as práticas urbanísticas a implementar para a cidade, baseadas numa matriz de sustentabilidade, tendo como suporte a relação edificado/espço envolvente, em que esta componente assume claramente o predomínio, dando assim respostas às preocupações de qualidade urbanística que se pretendem para uma cidade, teremos em mãos o instrumento privilegiado para construir mais e ainda melhor cidade. O Plano de Urbanização tem

como objectivos principais a consolidação do espaço urbano, a regeneração urbana, que passa pela requalificação do espaço urbano edificado e que se pretende dotar com as condições de habitabilidade e de espaço envolvente, num equilíbrio entre a função habitacional, comercial ou outras e o espaço envolvente e com a qualidade possível em consonância com a qualidade que a cidade hoje oferece. A intervenção urbanística que o plano preconiza, dá prioridade à estrutura ecológica urbana, tendo como objectivo principal a promoção da qualidade ambiental de todo o espaço urbano, garantindo assim a sustentabilidade. Na vertente económica, potencia a disponibilidade para equipamento, contribuindo para o incremento das actividades associadas à cultura, desporto, lazer bem como nas áreas sociais e empresariais, sendo previstas áreas para apoio ao desenvolvimento de projectos com vista à qualificação da actividade económica, como é exemplo a definição de uma área para a implementação do Parque de Ciência e Tecnologia. Toda esta estrutura urbana que o Plano vem formatar, passa necessariamente também pela reestruturação viária, sendo a mobilidade um factor determinante para a prossecução dos objectivos que o planeamento urbanístico pretende. A mobilidade urbana, assenta numa hierarquização da rede viária urbana em conjugação com a definição de uma rede clicável, tendo como matriz documentos fundamentais como o Plano de Mobilidade Urbana e a Agenda 21 Local. São de realçar alguns dados que demonstram objectivamente as linhas orientadoras da política urbanística que a autarquia pretende para a cidade:

- Aumento em 20,1% da área destinada a expansão urbana em solo de urbanização programada, sendo que a maioria da área destinada à construção é de baixa densidade (88,6%) e a restante afecta à média densidade;
- Incremento da área para equipamentos em 120,7ha, o equivalente a um crescimento de 56% relativamente ao existente;
- Estrutura Ecológica Urbana – ocorre um forte incremento em relação ao actual perímetro urbano, na ordem dos 317ha, ou seja, um aumento de 300%;
- O conjunto da área afecta à Estrutura Ecológica Urbana (27,3%), da área destinada a Equipamento (15,1%) e área afecta a zona comercial/oficinal e industrial (7,7%), representam 53,04% da área total do Plano (1526,74ha);
- Potencial de construção futura – 7000 fogos, ou seja, 46,4% do existente (15073 fogos) – (consolidação do espaço urbano, regeneração e a expansão urbana)

È de realçar que a capitação da Estrutura Verde por habitante resultante do incremento da Estrutura Ecológica Urbana aponta para cerca de 153m²/habitante (de referir que diversos organismos, apontam capitações muito inferiores à que resulta da proposta do Plano de Urbanização de Bragança, nomeadamente: DGOTDU indica entre 10m²/hab a 30 m²/hab; Organização Mundial de Saúde – 9 m²/hab; Normas Suíças para cidades até 30000 habitantes – 7m²)

Estão nesta linha de intervenção os diversos projectos, nas áreas da requalificação do edificado, do incremento de equipamentos, da mobilidade e dos espaços verdes, que a autarquia pretende concretizar durante o ano de 2009, requalificação de vias estruturantes, bairros e mobilidade.

Numa perspectiva macro, o Plano Director Municipal, regula e define as políticas de ordenamento do território para toda a área do concelho, tendo como orientação um desenvolvimento sustentável, quer ao nível do espaço urbano edificável, quer ao nível do espaço rural. Tendo como primeira premissa a sustentabilidade dos aglomerados urbanos e através desta sustentabilidade e em última análise, a manutenção populacional, pretendemos criar as condições para que as populações destes aglomerados encontrem os meios necessários e suficientes para a sua fixação. Nesta medida, são propostos ao nível da organização espacial, zonas para Equipamentos e zonas para Indústria, para além de se definir e regular o espaço edificável, numa política de contenção e consolidação da malha urbana dos aglomerados, tendo como premissas a sustentabilidade e a coesão territorial.

Assim, desenha-se para 2009, ao nível do ordenamento do território, perspectivas de mais e melhor planeamento – com os novos instrumentos de planeamento, georeferenciados, será possível aos projectistas e promotores imobiliários aceder em tempo útil e com toda a informação necessária à informação urbanística; mais e melhor qualidade na prestação de serviço a disponibilizar pela autarquia porquanto terá à sua disposição ferramentas fiáveis, rápidas e seguras, necessárias para uma melhor qualidade técnica de resposta às pretensões urbanísticas e consequentemente a possibilidade de fazer planeamento à escala macro, numa visão de futuro.

Com a conjugação destas acções e com os instrumentos de planeamento da “nova geração”, poderemos com confiança pensar em desenvolvimento de qualidade, de mais e melhor planeamento, mais empreendedorismo assente na inovação e mais e melhor cidadania.

2.4.2.2. Urbanização

Com os novos instrumentos de planeamento e ordenamento do território já em vigor, 2009 será um ano de afirmação no plano urbanístico. Dotados de instrumentos que permitem uma gestão urbanística mais precisa e abrangente, os serviços técnicos terão a capacidade necessária para dar forma e continuidade à política urbana que o município pretende implementar em 2009. Cientes do elevado grau de exigência ao nível da informação técnica e da qualidade urbanística, levada a efeito ao longo dos últimos oito anos, dando resposta positiva aos objectivos estratégicos que o município exige, daremos maior incremento a projectos que visem o reforço da melhoria da qualidade de vida dos munícipes, projectos que complementarão de forma estruturada o projecto político de cidade que queremos para Bragança –

projectos inovadores, tecnologicamente evoluídos, de matriz ambiental, que darão corpo ao objectivo principal do desenvolvimento urbano assumido pela autarquia, da construção da **Eco-cidade**.

Na acessibilidade e mobilidade, daremos continuidade a projectos estruturantes, dos quais destacamos:

- Conclusão da Circular – 1ª Fase (futura Av. Cidade de Léon)
- Duplicação da Av. General Humberto Delgado, no âmbito da candidatura aprovada da Regeneração Urbana da Mãe D'Água
- Construção da Ciclovia envolvente ao IPB (adjudicada para execução em 2009)
- Conclusão da 1ª Fase do Loteamento de S. Tiago (28 lotes de moradias unifamiliares)
- Repavimentação de Bairros da Cidade
- Construção de pontão – Alfaião
- Beneficiação/rectificação do CM 1061 – Mós/Valverde/Paredes

Na requalificação urbana, daremos continuidade a projectos que pela sua abrangência darão um significativo contributo para a qualidade de vida dos residentes destas áreas, dos quais destacamos:

- Dinamização do Parque da Mãe D'Água e Dinamização Económica e Digital da Mãe D'Água
- Desenvolvimento dos projectos no âmbito da Regeneração Urbana, para a criação da Ciclovia da Mãe D'Água e da Praça Nova da Mãe D'Água
- Centro de Inovação / ALE – Eco-Parque
- Plano Estratégico da Eco-cidade
- Parceria para a regeneração Urbana

Continuaremos a política de investimento na área rural, tendo como objectivo aproximar estas povoações dos padrões de vida exigidos, quer ao nível das infraestruturas básicas quer ao nível dos equipamentos e qualificação do espaço urbano.

Tendo como premissa a qualidade de vida dos nossos munícipes, daremos seguimento a projectos que contribuirão para a diminuição das assimetrias entre o meio rural e a cidade, sendo já uma realidade o aumento da qualidade de vida verificada nas nossas aldeias e Vila de Izeda, com o empenho desta autarquia em garantir o acesso ao nível das infraestruturas básicas, na requalificação dos espaços públicos e na construção de equipamentos.

A Administração Pública e Local cada vez se debate mais com a necessidade de acompanhar a evolução da sociedade e proporcionar melhor cidadania. Assim, a Câmara Municipal de Bragança, apostando numa

administração cada vez mais próxima das realidades do Concelho e numa estratégia de modernização administrativa baseada em princípios de gestão com Qualidade, irá proporcionar melhores meios e condições que vão ao encontro da satisfação dos seus Municípios.

A modernização contínua dos serviços passa essencialmente pelo acompanhamento e introdução de novas formas de gestão e organização do trabalho, pela delegação mais alargada e conseqüentemente, pela maior responsabilização da sua estrutura de funcionamento, promovendo essencialmente uma aproximação entre a Administração e os cidadãos.

Tendo por base estes princípios, a Câmara Municipal de Bragança, depois do desenvolvimento do trabalho de avaliação e análise reúne os meios adequados para que em 2009 as orientações estratégicas definidas sejam concretizadas, nomeadamente, na implementação de um sistema informático integrado em rede de âmbito nacional, que irá permitir a tramitação desmaterializada das consultas, não só às entidades externas ao Município bem como permitir aos municípios a entrega de requerimentos, consulta pelos interessados do estado dos procedimentos e a consulta das consultas às entidades externas no âmbito dos procedimentos definidos no regime jurídico da urbanização e edificação, garantindo-se, em simultâneo, a utilização de modelos/formulários, próprios desta autarquia, permitindo ao munícipe obter informação real e precisa da tramitação do seu processo.

Com base na utilização desta ferramenta e tendo como pressuposto a actualização contínua de um sistema de informação geográfico assente na utilização dos instrumentos de gestão urbanística e de ordenamento do território (PDM e PU) a autarquia irá reforçar a componente técnica associada a esta área da geografia urbana, dotando os serviços de pessoal técnico qualificado.

No âmbito da intervenção urbana na malha antiga da cidade, daremos continuidade ao processo de avaliação, caracterização e propostas de intervenção tendo como base de trabalho a conclusão do Plano de Pormenor da Zona Histórica, Fase II. Na sequência desta acção e numa política estratégica de reabilitação do património edificado, intervenções a realizar quer na cidade quer na área rural, daremos especial atenção à regeneração urbana, através da conclusão do levantamento dos edifícios em situação precária e em função do grau de intervenção a que o imóvel estiver sujeito, dando um contributo significativo para a preservação da integridade dos edifícios e conseqüentemente para a promoção da regeneração urbana, quer ao nível da conservação e/ou reabilitação integral do imóvel, quer ao nível da conservação genérica do exterior do imóvel, com possibilidade de remodelação controlada, preservando obrigatoriamente as fachadas de qualidade, quer ao nível da remodelação do imóvel, na linguagem e/ou volumetria utilizada e conseqüentemente, ao nível da demolição.

Na área da Arqueologia desenvolveremos um conjunto das actividades tendo como público-alvo a população escolar dos ensinos básico e secundário do concelho e acções e projectos que nos permitirão divulgar o património histórico-arqueológico da cidade e do concelho, sensibilizar para a importância da Arqueologia na construção da memória colectiva, estimular para a defesa do património.

Os trabalhos arqueológicos realizados no centro histórico de Bragança trouxeram a novidade de uma aparentemente extensa ocupação do espaço da actual urbe no período romano, o que poderá levar a reequacionar a interpretação da funcionalidade da ocupação na Torre Velha/Terras de S. Sebastião, pelo que no âmbito da cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha 2007_2013 daremos início ao projecto PORTAS – PORTAS DE PATRIMÓNIOS NOS (INTER)TERRITÓRIOS, desenvolvendo trabalho de campo ao nível da intervenção arqueológica no sítio da Torre Velha/Terras de S. Sebastião.

Manteremos ao longo de 2009 o propósito de requalificar a cidade, dando prioridade à repavimentação de ruas em bairros que se apresentem com um nível de degradação elevado, em resultado das infraestruturas recentemente colocadas como seja a rede de gás natural e a rede digital; reestruturação de infraestruturas; conclusão da 1ª Fase da Circular Interior, avenida com 28 metros de plataforma e que assegurará uma capaz ligação entre a rotunda da Av. do Sabor e rotunda da Av. das Forças Armadas, irá garantir o acesso aos novos equipamentos de saúde e ao parque da Trajinha; conclusão das infraestruturas do loteamento promovido pelo município na zona de S. Tiago; pavimentação de passeios; requalificação de acessos urbanos nas aldeias. Entre outros projectos estruturantes, descreve-se sucintamente os seguintes:

- REPAVIMENTAÇÃO NOS BAIROS DA CIDADE – Concluída a pavimentação de 86 ruas em terra batida e melhorados os pavimentos de muitas outras, importa dar continuidade a uma nova etapa de requalificação dos pavimentos das ruas dos bairros que foram pavimentadas com semi-penetração betuminosa e que evidenciam sinais de degradação, resultado de soluções estruturalmente fracas (embora na altura da execução fossem as soluções possíveis sobre o ponto de vista da compatibilidade técnico-económica) e hoje os cidadãos pretendem ver melhorados face à qualidade em geral conseguida na cidade.

Foram repavimentadas durante o ano de 2008 cerca de 240.000,00 m² envolvendo 58 arruamentos nos Bairros da Mãe D'Água, Campelo, Santiago, Coxa e zona do Antigo Cemitério entre outros, o que reflecte o grande esforço da autarquia na melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade. Esperamos em 2009, continuar o esforço dentro da disponibilidade financeira, para que o espaço urbano da cidade reúna as condições ideais que queremos para a nossa cidade.

- Projecto n.º 5/2005 – CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR INTERIOR DA AV. CIDADE DE ZAMORA/BRAGUINHA - Com início em Novembro de 2007 deste troço, obra adjudicada pelo valor de 2.164.789,85 € mais IVA, e conclusão para o segundo trimestre de 2009.

- Projecto n.º 14/2006 – CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA NA ZONA ENVOLVENTE AO IPB – obra a ser iniciada no início de 2009.
- Infra-estruturas da loteamento Municipal de São Tiago 1ª fase – em fase de execução da infra-estrutura. Esta 1ª fase envolve a constituição de 28 lotes para construção de vivendas unifamiliares.
- Projecto N.º 2/2007 REQUALIFICAÇÃO DE ACESSOS URBANOS NAS ALDEIAS – acções relacionadas com trabalhos de requalificação de acessos e vias urbanas na área rural, como seja o acesso a Nogueira (em execução), Av. em Izeda, (projectos já elaborados pela autarquia) de acesso aos principais equipamentos públicos (Junta de Freguesia; Escola C+S; Casa da Cultura; Casa do Povo; Cemitério).
- Projecto n.º /2008 REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE DA CASA DO POVO DE IZEDA – Concluído o projecto, esta obra de referência, permitirá dotar a vila de Izeda de um espaço adequado para reuniões públicas, convívios e um pequeno museu etnográfico.
- Projecto n.º 20/2008 NÚCLEO MUSEOLÓGICO FERROVIÁRIO – Concluído o projecto de requalificação e adaptação deste espaço museológico, incluindo a ampliação do existente de forma a reorganizar e criar as condições necessárias para a exposição do espólio ferroviário existente, complementado com informação multimédia associada à memória da antiga Linha do Tua, pretende-se executar a obra durante o ano de 2009.
- Projecto n.º 12/2006 DUPLICAÇÃO DA AVENIDA GENERAL HUMBERTO DELGADO – Concluído o projecto de execução e aberto o concurso público, com construção nos inícios de 2009, esta obra de grande importância fará de forma fluida e com segurança a ligação entre a Escola Abade de Baçal e a Circular Interior a poente da cidade.
- Projecto n.º 24/2008 – CRIAÇÃO DA CICLOVIA DA MÃE D'ÁGUA E DA PRAÇA NOVA DA MÃE D'ÁGUA E REQUALIFICAÇÃO E REINTEGRAÇÃO URBANA DA ZONA DA MÃE D'ÁGUA – projecto a desenvolver durante 2009 que irá conferir a esta grande área urbana da cidade mais qualidade e dotado de espaços de lazer/estar (Praça Nova) e de recreio (Ciclovía) para além da requalificação dos espaços públicos envolventes.

Iniciado há dez anos o compromisso de repor Bragança no quadro dos concelhos de referência ao nível da qualidade e do desenvolvimento, é hoje possível e legítimo esperar que em 2009, Bragança se consolide e reafirme entre as cidades do país com um grau de desenvolvimento urbanístico elevado, atendendo aos projectos concretizados e dos quais são, já hoje, uma referência não só nacional mas também internacional - Corredor Verde do Fervença, Estação Rodoviária, Prolongamento da Avenida Sá Carneiro, Centro Cultural/Biblioteca/Conservatório de Música, Mercado Municipal, Teatro Municipal, Piscinas e Pavilhão Municipal, Casa do Lavrador, Centro Ciência Viva/Casa da Seda, Museu Ibérico da Mascara e do Traje e Centro de Arte Contemporânea Graça Morais. A responsabilidade que o município assume para 2009 e anos seguintes, passa pela concretização de projectos que darão a Bragança um nível de modernidade e funcionalidade em articulação com um passado de mais de quinhentos anos de

cidade. A urbanidade afirma-se pela qualidade da intervenção e nesse sentido, prosseguiremos a nossa política urbanística com intervenções de requalificação, reestruturação, e dinamização cultural, com destaque, entre muitas outras, para:

- Requalificação da Avenida General Humberto Delgado (projecto executado)
- Núcleo Museológico Ferroviário (projecto executado)
- Sede da Fundação Rei Afonso Henriques (em obra)
- Centro de Saúde de Santa Maria (em obra)
- Centro Escolar de Santa Maria (projectos executados e obra adjudicada)
- Centro Escolar da Sé (projectos executados e obra adjudicada)
- Ciclovias e Ecopistas
- Requalificação/reestruturação/ampliação da Casa do Povo de Izeda (projecto executado)
- Requalificação da Alameda de Nossa Senhora da Assunção em Izeda (projecto executado)
- Sede de Junta de Freguesia de Outeiro (projecto executado)
- Centro de Convívio de Grijó de Parada (em construção)
- Centro de Convívio de São Julião de Palácios (em construção)
- Remodelação/adaptação de antigas escolas para Centros de Convívio – Donai, Deilão, Paredes, Zoio (projectos executados)
- Requalificação do santuário da Nossa Senhora do Aviso em Serapicos (projecto executado)
- Requalificação do santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Frieira, (projecto executado)
- Requalificação de largos em diversas aldeias
- Polidesportivos e balneários em diversas aldeias

Para 2009, a autarquia concretizará as acções e projectos de requalificação urbana e manterá a política assumida já desde o anterior mandato, de modo a que a qualidade urbana prossiga o seu curso em conformidade com a qualidade das intervenções que se foram realizando nos últimos anos e entre as quais podemos destacar, o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, o Centro de Ciência Viva entre outros, intervenções que conferem à cidade e ao seu concelho um cunho de modernidade, que, e em continuidade com esta política de intervenção a prosseguir durante 2009, terão início várias obras na cidade: requalificação da Avenida João da Cruz e Avenida General Humberto Delgado, Núcleo Museológico Ferroviário, Sede da Fundação Rei Afonso Henriques (já em fase de obra), Centro de Saúde de Santa Maria (já iniciado), Ciclovias e Ecopistas; e no concelho: requalificação/reestruturação/ampliação da Casa do Povo e requalificação da Alameda de Nossa Senhora da Assunção em Izeda, requalificação de largos em diversas aldeias, construção da Sede de Junta de Freguesia de Outeiro, remodelação/adaptação de antigas escolas para Centros de Convívio – Donai, Deilão, Macedo do Mato, Paredes, Zoio, requalificação dos santuários da Nossa Senhora do Aviso em Serapicos e de Nossa Senhora dos Remédios

em Frieira, entre outras; intervenções que consolidarão esta aposta e que permitirá encarar o futuro com mais esperança.

2.4.2.3. Infra-estruturas

2.4.3. Saneamento

Neste subprograma é avaliada e tratada a resolução dos problemas da drenagem e tratamento das águas residuais domésticas, quer no que diz respeito aos sistemas em baixa quer ainda no que se refere às redes em alta, no Concelho, bem assim como o que diz respeito à fase de gestão, conservação e manutenção das redes em funcionamento.

Nas actividades realizadas tem existido uma crescente preocupação na melhoria da qualidade, quer ao nível dos meios quer dos materiais mas também no modo de operar. Tal, aplicou-se aos trabalhos que envolveram recursos internos mas também aos que foi necessário contratualizar. Desta forma, a aposta centrou-se na selecção de produtos e serviços, fornecidos e prestados, com rigor e qualidade. São disto exemplos, situações que vão desde a escolha de modelos específicos para as tampas de saneamento da C.M. de Bragança; até à aquisição de um equipamento de elevada qualidade para operações de desobstrução e limpeza de colectores; passando pela obrigatoriedade da filmagem interior de todas as redes novas instaladas (antes da sua recepção); a aquisição de novos equipamentos informáticos; a requalificação das instalações (designadamente as de contacto directo com o público) e outras acções que com maior ou menor impacto visam a melhoria contínua e de uma maior proximidade com os munícipes. Este é, no entanto, um percurso que deverá garantir ainda a sua própria consolidação. Tal, implicará a realização de novas tarefas e trabalhos, sujeitando-os ao integral cumprimento da legislação nacional em vigor e aos quais deverão estar associados indicadores de desempenho. Estes indicadores basear-se-ão na sistematização de processos e procedimentos internos, já implementados no sector. No entanto, é oportuno e pertinente salientar a necessidade de ajustar os próximos objectivos, com a necessidade de garantir e consolidar a certificação dos serviços prestados aos munícipes.

Tal como decorre do descrito no plano estratégico nacional para o sector, inicialmente previsto até 2006 (com prazo alargado até 2011), era meta a atingir, a nível nacional, garantir um índice de atendimento de 90%, para a drenagem e tratamento das águas residuais domésticas.

Neste sentido, foram realizados grandes investimentos, por parte da Câmara Municipal de Bragança, ao nível da drenagem e tratamento das águas residuais domésticas, particularmente nos últimos 10 anos, o que permitiu passar de um índice de atendimento de 10% de população servida, em 1997, para 70% no final do ano de 2001, situação para a qual contribuiu, no essencial, a construção da ETAR da cidade e, em

escala mais reduzida, a construção de várias estações de tratamento, tipo compacto, construídas na área rural.

Desde o ano de 2001 e até ao ano de 2008, que têm decorrido vários novos concurso públicos, ainda com investimento directo do município, no sentido de que fosse cumprida, em tempo útil, a meta imposta pelo Plano Estratégico Nacional.

Foram a partir dessa data, iniciadas e concluídas, as redes de saneamento e tratamento de efluentes, nas seguintes localidades (agrupadas em lotes para efeito de concurso):

Lote 1 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Castro de Avelãs; Fontes Barrosas; Grandais e Donai;

Lote 2 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Gostei; Formil; Castanheira; Nogueira e Gimonde;

Lote 3 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Alfaião; Vale de Nogueira e Carragosa;

Lote 4 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Aveleda; Varge; Caravela e Palácios;

Lote 5 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Soutelo e Espinhosela;

Lote 6 - - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Castrelos; Conlelas, Carocado e Valverde;

Lote 7 - - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Sanceriz, Pombares, Veigas de Quintela, Fermentãos e Sendas;

Também concluída se encontra a construção de sistemas de tratamento de esgotos em aldeias já dotadas de rede de drenagem e ainda com os esgotos a correr directamente para as linhas de água. A designar:

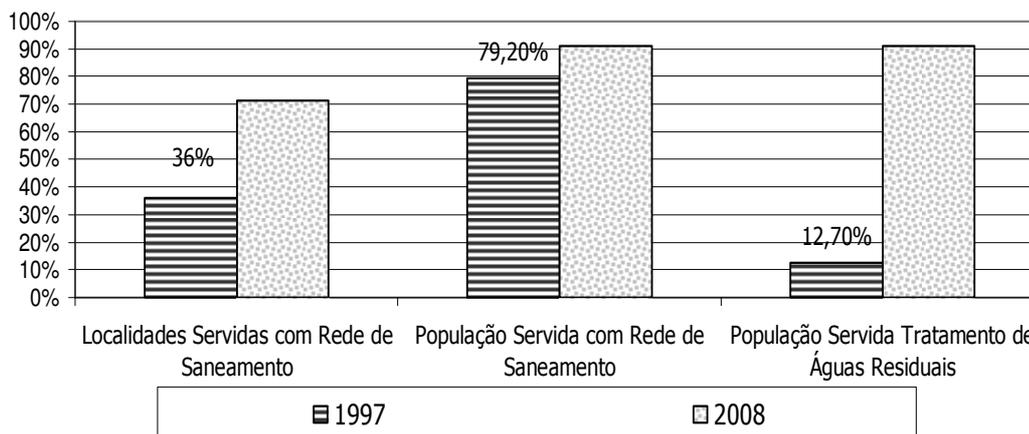
- Aldeias de Baçal; Vale de Lamas; Vila Meã; Freixedelo; Coelhooso; Sarzeda; Mós; Paço de Mós; Sortes; Moredo; Macedo do Mato; Calvelhe; Paradinha Nova.

No final do ano de 2001 tínhamos, no Concelho, 47 aldeias com saneamento executado o que correspondia a 55 % de população rural. Actualmente, 90.6% da população da área rural dispõe de rede pública de drenagem e 91.6% dispõe de rede pública de drenagem e tratamento das águas residuais domésticas.

Com os trabalhos realizados no período de 2002 a 2008, conforme descrito anteriormente, a situação no Concelho, em termos de populações e localidades servidas com rede de saneamento e tratamento de águas residuais, será a seguinte:

| | Actual | 1997 |
|---|---------------|-------------|
| - Número de localidades servidas: | 81 local.; | 41 local.; |
| - População servida(hab.): | 33 912; | 26 924; |
| - % de localidades servidas: | 70.1 %; | 36%; |
| - % de população servida: | 91.6 %; | 79.2%; |
| - Número de localidades não servidas: | 33 local.; | 73 local.; |
| - % de população não servida: | 8.4 %; | 20.8%; |
| - % de localidades não servidas: | 28.9 %; | 64%; |
| - % de pop. com tratamento de saneamento : | 90.6 %; | 10.4%; |

GRÁFICO XXIII. Relação população/localidades servidas com rede de saneamento e tratamento de águas residuais



Considerando que o plano estratégico previsto, com prazo até final 2006, definia como meta que cada Concelho do País, atingisse um nível de atendimento para o saneamento das águas residuais de 90%, então o Concelho de Bragança conseguiu atingir, ao contrário da maioria dos Concelhos, daí a prorrogação do prazo até 2011, os objectivos nacionais, impostos pelo Governo Português.

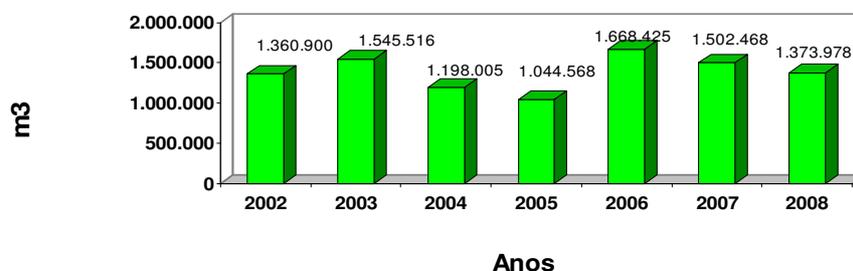
Um forte investimento foi assim dirigido, desde 1997, numa perspectiva estruturante, tendo em vista garantir o cumprimento de dois objectivos prioritários: dar cumprimento ao previsto no plano estratégico nacional e concretizar a despoluição dos rios Sabor e Fervença, melhorando por estas vias a qualidade de vida das populações do Concelho.

Foi também preparada, no âmbito do Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes a Alto Douro, uma nova perspectiva para o tratamento de esgotos em alta para alguns aglomerados do concelho, e a ampliação da ETAR da cidade, processo já concluído e que está já a beneficiar algumas localidades da área rural como é o caso do Castro de Avelãs; Castanheira; Formil; Gostei; Nogueira e Donai. Também por esta via foi possível contribuir para a despoluição do rio Fervença e com ela a reabilitação de ambas as margens do rio, na zona Polis, criando na cidade de Bragança um importante e atractivo espaço urbano de lazer e convívio.

No que diz respeito a perspectivas para o ano de 2009, destaca-se: a elaboração dos projectos de saneamento para as localidades de Vilarino, Zeive, Fontes de Transbaceiro e Cova de Lua; a execução das obras de conclusão dos saneamentos nas localidades de Parada, Paredes e Calvelhe; a execução das obras de construção de emissários e estações de tratamento de águas residuais nas localidades de Rebordãos, S. Pedro dos Serracenos, Rabal e França; a substituição da fossa em Parada por uma estação de tratamento de águas residuais; a execução da rede de saneamento no bairro das Touças, a execução do saneamento nas Quintas de Montezinho e no bairro da Mosca.

No que diz respeito ao tratamento de águas residuais, foram tratadas na ETAR de Bragança, durante o período de 2002 a 2008 (previsão), os volumes abaixo descritos. A oscilação destes valores está associada à ocorrência de maior ou menor pluviosidade, que ocorre durante o ano, o que implica um maior ou menor número de caudais infiltrados.

GRÁFICO XIV. Água residual tratada na ETAR de Bragança



No âmbito do Sistema Multimunicipal de Água para Trás-os-Montes e Alto Douro, foi já concluída a rede de emissários e estações elevatórias das aldeias da bacia do rio Fervença, com condução para a ETAR da cidade.

Encontra-se também concluída a obra de ampliação e remodelação da ETAR de Bragança. A intervenção permitiu introduzir a possibilidade de remoção de azoto e nitratos (fase líquida), através de processo de desnitrificação/nitrificação, tratamento a realizar no novo tanque de anoxia. A ampliação incluiu ainda um reforço da obra de entrada, um terceiro decantador primário bem como um novo decantador secundário, um novo espessador gravítico, um novo tanque de arejamento e a ampliação do edifício de desidratação mecânica de lamas. O tratamento de Lamas passou a contar com dois digestores anaeróbios (em fase de pré-arranque), onde as lamas passam por um processo de tratamento antes de serem encaminhadas para o filtro de bandas, sofrendo aí a desidratação final.

2.4.4. Abastecimento de água

Neste subprograma foram inscritas verbas para a manutenção e ampliação de redes de abastecimento e distribuição de água, a executar quer por obras de administração directa quer por empreitadas.

Tal como decorre do ponto anteriormente apresentado, com a execução das obras de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas, nas localidades descritas, foram também executadas novas redes de abastecimento e água, substituindo as anteriormente instaladas, em muitos casos pelos próprios habitantes. Estas redes ficaram já dotadas de caixas de contadores, tendo em vista consolidar o processo de contratualização e facturação da água distribuída na área rural, à semelhança do que acontece na área urbana do Concelho. Assim, foram concluídas ao longo dos anos últimos anos e até 2008 as redes de abastecimento de água nas seguintes localidades da área rural do Concelho:

- Castro de Avelãs; Fontes Barrosas; Grandais; Donai; Gostei; Formil; Castanheira; Alfaião; Vale de Nogueira; Carragosa; Aveleda; Varge; Caravela; Palácios; Soutelo; Espinhosela; Castrelos; Conlelas; Carocado; Valverde; bairro do Couto (Nogueira); Sanceriz; Pombares; Veigas de Quintela; Fermentãos; Martim; Paradinha de Outeiro; Guadramil e Bairro do Bitelo.

Encontram-se também concluídos os projectos referentes à execução de novas rede de abastecimento de água nas localidades do Parâmio, Terroso, Gondesende, Oleiros, Portela, Lagomar, Vila Nova, bairro do

Bitelo, Alimonde, Carrazedo, bairro do Couto, bairro da Mosca, Lanção, Viduedo, Vila Boa, Quintas de Montezinho e Frieira.

No que diz respeito à contratualização e facturação de água na área rural do Concelho, conforme deliberação tomada em Reunião de Câmara do dia 13-03-2006, e que se encontra já em fase avançada de implementação, foram concluídos os processos em 22 localidades durante o ano de 2006; em 18 localidades durante o ano de 2007 e em 42 localidades durante o ano de 2008 (até à presente data).

São as seguintes as localidades com contratualização dos serviços:

Ano de 2006: Vale Lamas; C. Avelãs; F. Barrosas; Grandais; Coelhooso; Quintas de Montezinho; França; Montezinho; Portelo; Gimonde; Grijó de Parada; Freixedelo; Izeda; Nogueira; Pinela; Valverde; Samil; Cabeça Boa; S. Pedro; Sortes; Lanção e Viduedo. Estas localidades representaram um total de 2772 novos contratos assinados.

Ano de 2007: Aveleda; Varge; Babe; Soutelo; Espinhosela; Outeiro; Paradinha de Outeiro; Parada; Paredes; Pombares; Quintela de Lampaças; Rebordãos; Sazedá; Rio Frio; Paçó de Rio Frio; Salsas; Freixeda e Moredo. Estas localidades representaram um total de 2298 novos contratos assinados.

Ano de 2008 (até Novembro): Alfaião; Baçal; Sacoias; Carragosa; Quinta de Rio Frio; Castrelos; Conlelas; Deilão; Petisqueira; Vila Meã; Donai; Lagomar; Vila Nova; Carcedo; Gostei; Formil; Castanheira; Meixedo; Oleirinho; Milhão; Quintas do Vilar; Mós; Paçó de Mós; Paradinha Nova; Paradinha Velha; Veigas de Quintela; Rabal; Rio de Onor; Guadramil; Rossas; S. Julião; Caravela; Palácios; Sendas; Fermentãos; Vila Franca; Serapicos; Carçozinho; Vila Boa; Zoio; Refóios e Martim. Estas localidades representaram um total de 3036 novos contratos assinados.

Assim e até ao final do mês de Novembro de 2008 encontrar-se-ão concluídos e em processo de facturação, um total de 8106 contratos referentes à área rural do Concelho.

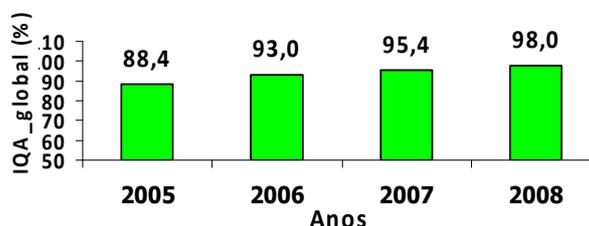
Para tal a Câmara Municipal tem vindo a investir, conjuntamente com as Juntas de Freguesia, no sentido de garantir a colocação dos contadores de água no exterior das habitações. Presentemente, falta executar estes trabalhos, já contratualizados, nas seguintes 17 localidades (Labiados; Calvelhe; Carrazedo; Alimonde; Vilarinho; Faílde; Gondesende; Oleiros; Portela; Quintas de Vale Prados; Parâmio; Fontes de Transbaceiro; Maças; Zeive; Bragada; Rebordainhos e Pereiros).

Relativamente ao controlo de qualidade da água para consumo doméstico, foi contratualizada com o Laboratório Regional de Trás os Montes a prestação do serviço, para os anos de 2008 a 2010. Durante o

ano de 2005 e até ao ano de 2007, tal prestação de serviços foi assegurada, para além do LPQ – laboratório Pró Qualidade também pela Delegação Regional de Saúde, por amostragem, e diariamente pela AGS, no sistema do Alto Sabor.

Importa referir ter sido atribuído, pelo Instituto Regulador das águas e Resíduos, para o ano de 2005, um índice de qualidade da água distribuída no Concelho de Bragança de 88,4%. Relativamente ao ano de 2006, o mesmo índice foi de 93%, sendo que das 5972 análises efectuadas, durante todo o ano no Concelho, apenas se registaram valores totais de incumprimentos de 4.34% e maioritariamente referentes a parâmetros microbiológicos. No ano de 2007, ainda de acordo com o IRAR, o mesmo índice de qualidade da água subiu para 95,4%. Relativamente ao ano de 2008 e tendo por base os valores, não oficiais, das análises efectuadas até ao final do terceiro trimestre (conforme relatório seguinte), o referido índice poderá ser melhor do que nos anos anteriores, confirmando tendência de subida, desde o ano de 2005 (primeiros resultados conhecidos e fundamentados), para valores de elevada qualidade, o que revela, apesar das crescentes imposições legais impostas pelo regulador, uma resposta á altura das exigências.

GRÁFICO XV. Índice de qualidade da água (distribuída no concelho de Bragança)



Índice atribuído anualmente pela Entidade Reguladora (IRAR) baseado no plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano em questão.

Nas figuras seguintes (1, 2 e 3) encontram-se o número de análises previstas e realizadas entre Janeiro e Setembro de 2008, nos vários Sistemas de Abastecimento (ETA de Bragança, Sistema de Izeda e Sistemas Independentes).

GRÁFICO XVI. Número de análises previstas e efectuadas, para cada grupo de análise, para a ETA de Bragança

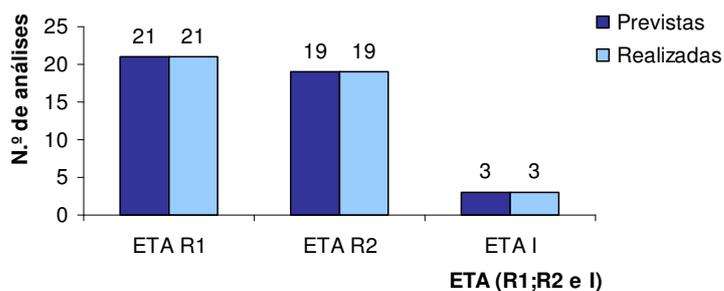


GRÁFICO XVII. Número de análises previstas e efectuadas, para cada grupo de análise, para os Sistemas Independentes

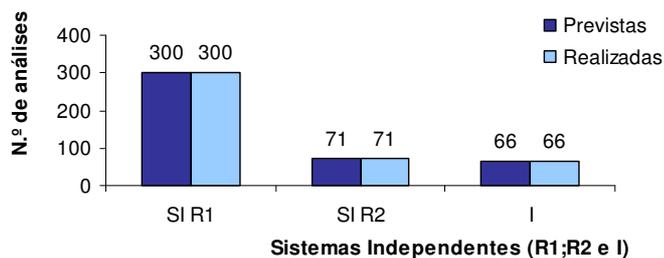
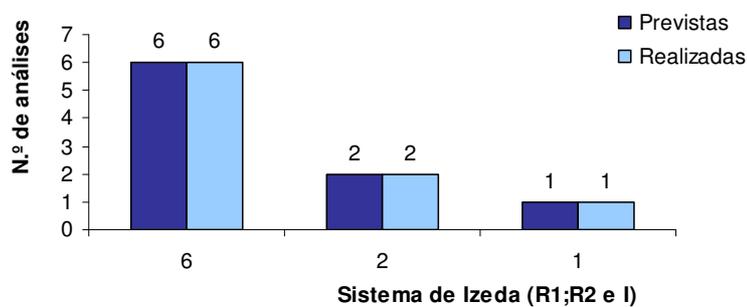


GRÁFICO XVIII. Número de análises previstas e efectuadas, para cada grupo de análise, para o Sistema de Izeda



Nos dois gráficos seguintes estão indicados, para cada sistema de abastecimento, os resultados conformes e não conformes, tanto em termos de nº de parâmetros como em percentagem (%).

GRÁFICO XIX. Nº de parâmetros conformes e não conformes registados nos Sistemas Independentes, ETA de Bragança e Sistema de Izeda.

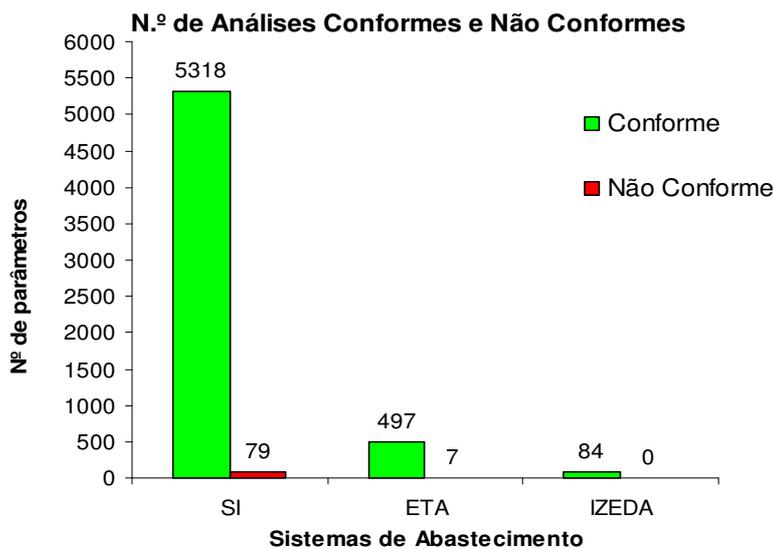
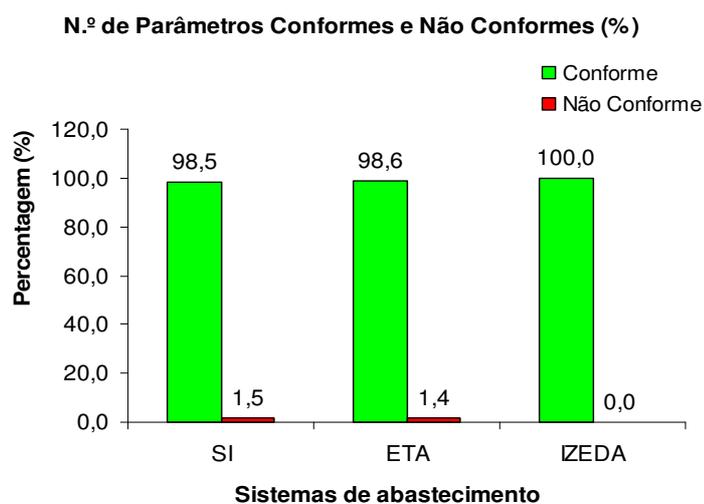


GRÁFICO XX. Nº de parâmetros conformes e não conformes, em percentagem (%), registados nos Sistemas Independentes, ETA de Bragança e Sistema de Izeda.



Ainda referente ao Instituto Regulador das Águas e dos Resíduos deve constar, ter esta Entidade Reguladora, procedido a uma inspeção, durante o ano de 2006, ao sector de águas e saneamento, com o propósito de avaliar o cumprimento das normativas legais, no que toca a procedimentos tomados bem assim como à aplicação das correspondentes medidas correctivas participadas e implementadas. Desta inspeção não resultou qualquer relatório de infracção nem o levantamento de qualquer contra-ordenação, o que revela o escrupuloso cumprimento das prerrogativas legais, por parte deste sector de Câmara Municipal de Bragança.

No que diz respeito à gestão e conservação da rede de abastecimento de água, convém referir que foram tratados na ETA do Alto da Junqueira (sistema de Bragança), no ano de 2006, um total de 2 154 583 m³ de água, o que representou um pequeno acréscimo de 1,5% relativamente a idêntico período de 2005. No que diz respeito ao ano de 2007 o volume de água tratada na estação de tratamento foi de 2 175 454 m³. Finalmente, no ano de 2008, o volume de água tratada na estação de tratamento do Alto da Junqueira (até ao mês de Outubro) foi de 1 816 553 m³, o que representa cerca de 93 % de água tratada, relativamente a idêntico período de 2007. Tal, ficou a dever-se ao reforço do abastecimento à cidade de Bragança, a partir das captações alternativa, designadamente dos rios Baceiro e Sabor, as quais estiveram ligadas desde o início do mês de Julho e representam uma poupança de água (em termos de reservas na abufeira) de cerca de 200 000 m³ de água.

GRÁFICO XXI. Consumos de Água (m3)

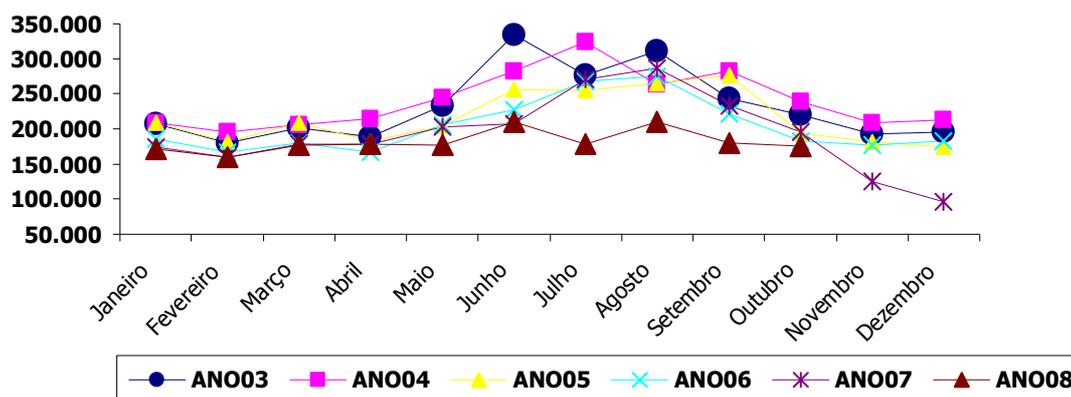
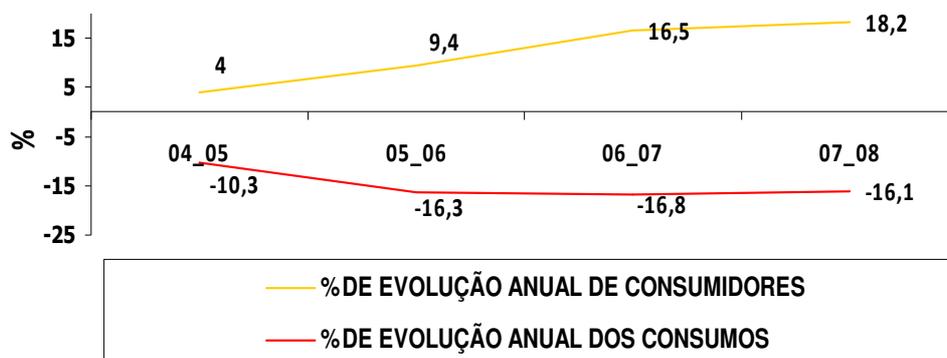


GRÁFICO XXII. Comparação da evolução anual entre o n.º de consumidores e os consumos de água



Dos gráficos anteriormente apresentados destaca-se o facto de, apesar do número de consumidores ter vindo progressivamente a aumentar, desde o ano de 2004, os gastos da água, disponibilizada para a rede pública de distribuição (ETA e captações complementares), terem vindo a registar uma evolução proporcional mas de sentido oposto. Isto é, enquanto o número de consumidores aumentou no período, em cerca de 18,2 pontos percentuais, os gastos de água diminuíram, relativamente ao ano de 2004, em 16,1 pontos percentuais. Das principais acções implementadas na gestão da distribuição de água, destacam-se:

- Renovação da rede de distribuição;
- Detecção e reparação mais rápida e eficiente das rupturas na rede de água;
- Leituras mensais de consumos domésticos;
- Controlo regular dos consumos em edifícios e espaços públicos;
- Execução de captações alternativas para a rega de espaços verdes;
- Acções de sensibilização aos munícipes;
- Actuação sobre o tarifário;

No que diz respeito a perspectivas para o ano de 2009, destacam-se: a elaboração dos projectos de renovação das redes de abastecimento de água para as localidades de Vilarino, Zeive, Fontes de Transbaceiro e Cova de Lua, a renovação da rede de abastecimento de água nas Quintas de Montezinho. A conclusão dos trabalhos de remodelação da rede pública de abastecimento de água nos bairros do Campelo e Santiago; a conclusão da ampliação da rede de distribuição que irá ligar a avenida do Sabor à avenida das Forças Armadas (na Braguinha); a reabilitação da rede de água ao longo da avenida General

Humberto Delgado; a conclusão do reforço do abastecimento e armazenamento de água no bairro do Bitelo, com a instalação de um reservatório de 70 metros cúbico.

Prevê-se ainda que venham a ser executados, durante o ano de 2009, os seguintes trabalhos: Início e conclusão dos trabalhos de regularização do fornecimento de água às zonas altas de Rebordainhos (com instalação de um grupo sobreprensor dotado de variador de velocidade); instalação de bóias de nível na maioria dos reservatórios; instalação de equipamentos desferrizadores, de correcção do pH da água e de filtragem de manganês e ferro em zonas de abastecimento com carências normativas; a reabilitação da rede de adução de água em Outeiro; a ligação do furo de Salsas ao reservatório com colocação de cabo eléctrico de controlo; a execução de furos de captação e água para reforço de abastecimento e para rega de espaços verdes; melhorar a captação e adução de água na localidade de Salsas; a colocação de reservatórios nas localidades de Espinhosela, Quintas de Vilar e Bragada; a ampliação/remodelação de algumas condutas de água (em deficiente estado de conservação) nas localidades de França, Outeiro e Parada; a concretização do estudo referente ao plano estratégico da rede de abastecimento de água na cidade de Bragança (conforme PU da cidade); vedação de captações e reservatórios na área rural do Concelho; a instalação de uma conduta adutora entre as Quintas do Reconco até reservatório central de Vale de Lamas, com ligação a Baçal e finalmente, a instalação de uma conduta entre o reservatório de Carocedo e a rede de distribuição da aldeia de Falde.

2.4.5. Resíduos sólidos

No final da década de 80 e durante quase toda a década de 90, os RSU's recolhidos nos Municípios do Nordeste Transmontano tinham como destino final as 12 lixeiras municipais existentes na região, produzindo fenómenos de poluição atmosférica, contaminando águas superficiais e subterrâneas e a possibilidade de proliferação de pragas e doenças. Com a implementação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), estes locais foram selados e recuperados paisagisticamente, entre 1997 e 2002.

Assim, para fazer face à gestão de RSU e com o objectivo de gerir o Sistema Unificado de Gestão de Resíduos do Nordeste Transmontano, as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana, da Terra Fria do Nordeste Transmontano e do Douro Superior constituíram a empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste em 1 de Janeiro de 2004.

O Município de Bragança participa na Resíduos do Nordeste através da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano.

A actividade do sector de serviços de resíduos caracteriza-se por um conjunto de etapas bem definidas, mas que variam muito conforme a tipologia do Sistema. O sector de serviços de resíduos compreende as actividades de recolha, tratamento e destino final dos RSU. A prestação do serviço inicia-se com a recolha

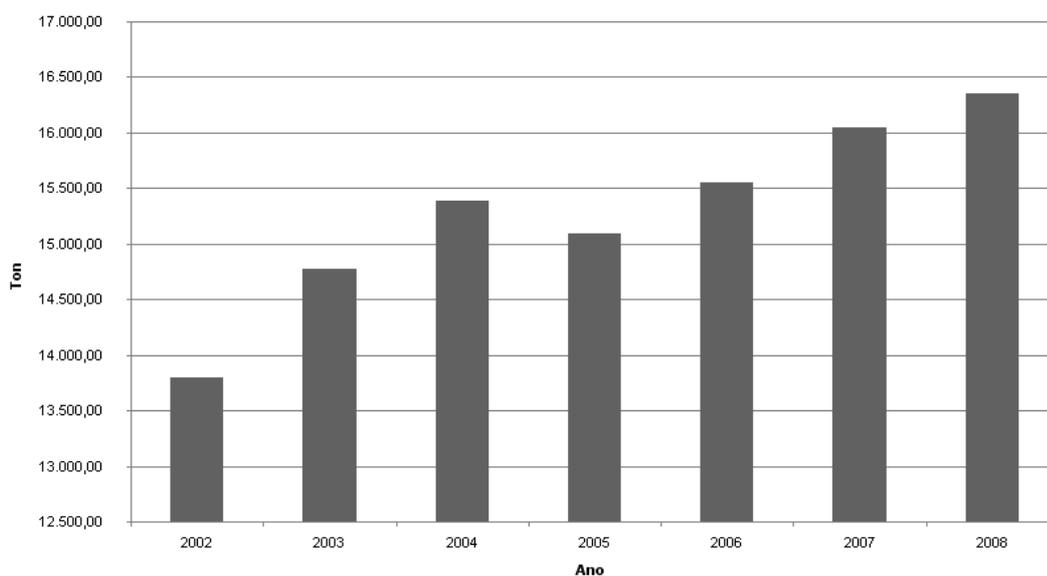
dos resíduos, que pode ser indiferenciada (recolha e transporte de resíduos para a estação de transferência e posteriormente para o aterro sanitário) ou selectiva (recolha e transporte de resíduos para a estação de triagem) sendo depois necessário garantir a sua valorização ou outro destino adequado.

O nível de cobertura da população com serviços de recolha de RSU é actualmente de cerca de 100%, o que corresponde a uma melhoria muito significativa e permitiu atingir no Município de Bragança a meta de 100% prevista no PERSU, havendo, no entanto, necessidade de renovação contínua e de redefinição estratégica do Sistema.

Durante os últimos anos a Resíduos do Nordeste – EIM, tem prosseguido a consolidação do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes do Município de Bragança.

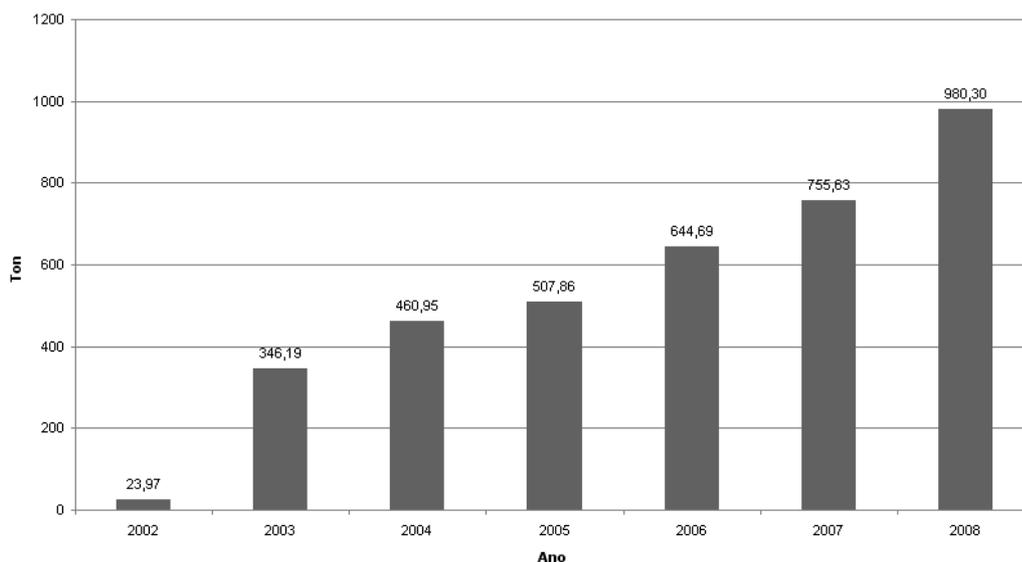
O serviço de recolha indiferenciada de resíduos e a exploração da Estação de Transferência de Bragança, incluindo a respectiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, tem decorrido com normalidade, registando-se um ligeiro aumento nos quantitativos de RSU recolhidos em Bragança (Gráfico 1), verificando-se uma capitação de 1,27 kg/hab.dia no ano 2007. Os valores de recolha indiferenciada relativos a 2008, foram obtidos através de estimativas de evolução.

GRÁFICO XXIII. Evolução da Recolha Indiferenciada



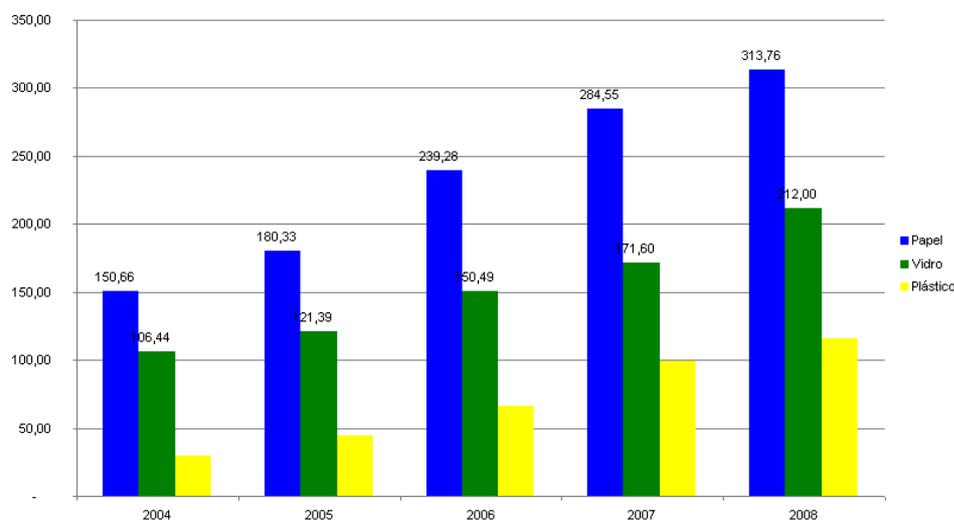
A recolha selectiva tem registado uma evolução positiva no município de Bragança (Gráfico n.º XXXIV), correspondendo a um acréscimo de 15% relativo a 2006, sendo que o rácio de ecopontos é de 1/369 por habitante. A capitação de recolha selectiva aumentou para 21,7 kg/hab.ano, sendo de realçar que no ano 2002, a capitação era de 0,69kg/hab/ano, o que se traduz num incremento anual de 610%.

GRÁFICO XXIV. Recolha Selectiva



A recolha selectiva tem registado um aumento em todas as fracções, sendo de salientar o incremento na fracção do papel e vidro que, conjugado com a activação dos ecopontos subterrâneos da Zona Histórica e aumento do número de ecopontos, a iniciar no primeiro semestre de 2009, irá aumentar os quantitativos recolhidos.

GRÁFICO XXV. Caracterização da Recolha Selectiva

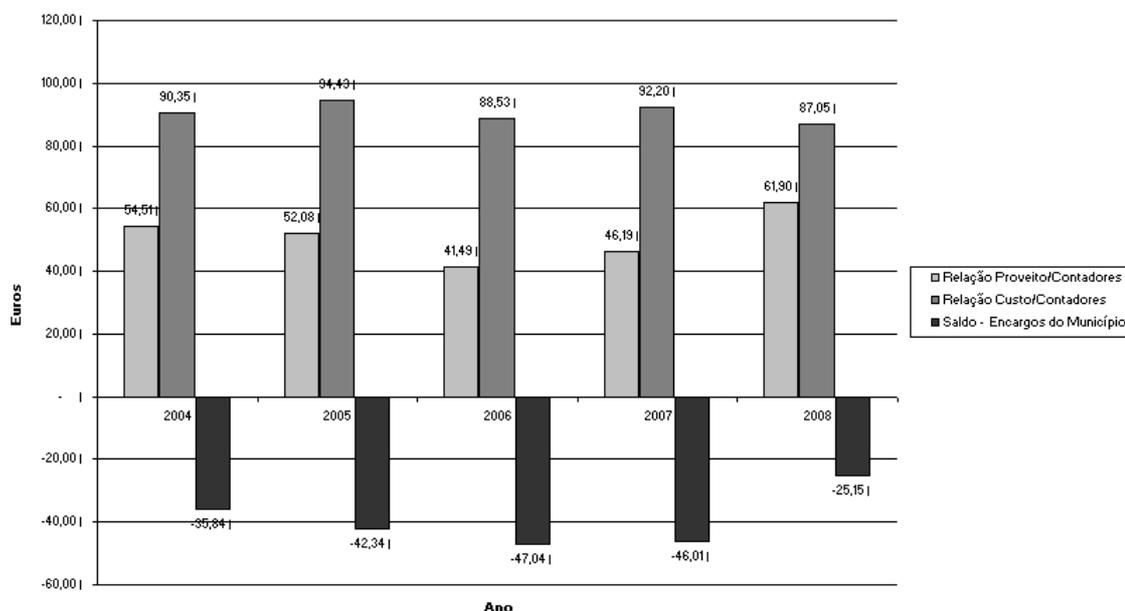


No ano de 2006, foi concluída a Estação de Tratamento de Águas Lixivantes (ETAL) do Aterro Sanitário, investimento no valor de 1.250.000 euros que deverá ser compartilhado pelo Instituto dos Resíduos (INR) em 85%, conforme estatuído no respectivo Contrato Programa de Cooperação Técnica e Financeira.

A NORDESTE ENERGIA – Energias Renováveis, Lda, sociedade por quotas estabelecida entre a Resíduos do Nordeste e Paínhas, S. A., irá proceder ao aproveitamento energético do biogás do Aterro Sanitário, estimado em 300,00 m³/h, correspondendo a uma potência eléctrica de cerca de 500kW/h. O investimento estimado para a Central de Valorização Energética é de 1.150.000 euros.

A sustentabilidade económica das tarifas associadas aos RSU's e, simultaneamente, a implementação do princípio do poluidor-pagador, são duas das linhas de actuação definidas pelo Governo no PERSU II. A Autarquia procedeu durante o ano de 2007 à elaboração, discussão pública, aprovação e publicação do Tarifário de RSU, indexado ao consumo de água, melhorando a sustentabilidade do tarifário, o qual, conforme gráfico 4, tem vindo a apresentar um saldo negativo assinalável nos últimos anos. No ano 2007, e apesar da entrada em vigor do novo tarifário de RSU's em Setembro, já se verificou um ligeiro ajuste na sustentabilidade do sistema, que será mais significativo no fecho do ano 2008. De salientar que os valores para 2008 foram obtidos através de estimativas das receitas e despesas com RSU's.

GRÁFICO XXVI. Sustentabilidade do Tarifário RSU



De acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, o PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007 – 2016, estabelece as prioridades a observar no domínio dos RSU, as metas a atingir e acções a implementar e as regras orientadoras da disciplina a definir pelos planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de acção.

O PERSU II estabelece que o cumprimento das metas comunitárias em matéria de reciclagem e valorização para fluxos específicos de resíduos, como as embalagens, os REEE e outros, ou ainda o cumprimento dos objectivos comunitários de desvio de resíduos biodegradáveis de aterro, requerem um esforço adicional ao nível da recolha selectiva e da triagem, bem como na construção e/ou qualificação de determinadas infra-estruturas de valorização de resíduos.

O Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos tem sido acompanhado de acções de sensibilização e, em casos reincidentes, aplicação das coimas estipuladas em Regulamento.

Assim, encontram-se já identificadas as seguintes tipologias de projectos a apoiar no âmbito deste Instrumento de Política:

- Promoção da prevenção da produção de RSU e equiparados e incremento da separação na origem;
- Reforço de sistemas de recolha selectiva integrados (multimaterial e RUB) de resíduos urbanos e equiparados e racionalização da logística dos sistemas existentes;
- Melhoria da eficiência de triagem dos fluxos da recolha selectiva;
- Reforço da capacidade instalada de TMB para a fracção dos resíduos urbanos que resulta da recolha indiferenciada;
- Valorização das fracções de refugo com preparação de CDR;
- Reforço da capacidade instalada de valorização orgânica e produção de energias renováveis;
- Mobilização dos cidadãos para a melhoria do comportamento ambiental;
- Qualificação dos recursos humanos;
- Adopção das MTD.



Capa do Plano de Acção da A21L

No seguimento do Plano de Acção da Agenda 21, será monitorizada a matriz de indicadores de sustentabilidade concelhia, adoptando as necessárias correcções que contribuam para atingir os valores definidos de sustentabilidade.

O Plano de Acção Agenda 21 definiu o projecto da compostagem doméstica como prioritário, sendo um importante passo na redução dos quantitativos de RSU recolhidos e mobilização dos cidadãos para

melhores comportamentos ambientais. Assim, a Câmara Municipal de Bragança, Resíduos do Nordeste – EIM e o Instituto Politécnico de Bragança, iniciaram um projecto-piloto (50 habitações) de compostagem doméstica, no Bairro do Vale Churrido, garantindo o fornecimento de compostores, informação e acompanhamento técnico e científico. Das visitas técnicas de acompanhamento do projecto, verifica-se desde já, a produção de algum composto de elevada qualidade, o qual será analisado e caracterizado em laboratório.

Esta medida permitirá retirar do circuito de recolha indiferenciada, com a conseqüente deposição em Aterro, uma significativa quantidade de resíduos, evitando custos, produzindo composto para fertilização dos solos, aumentando a consciencialização ambiental e promovendo a cidadania participativa.

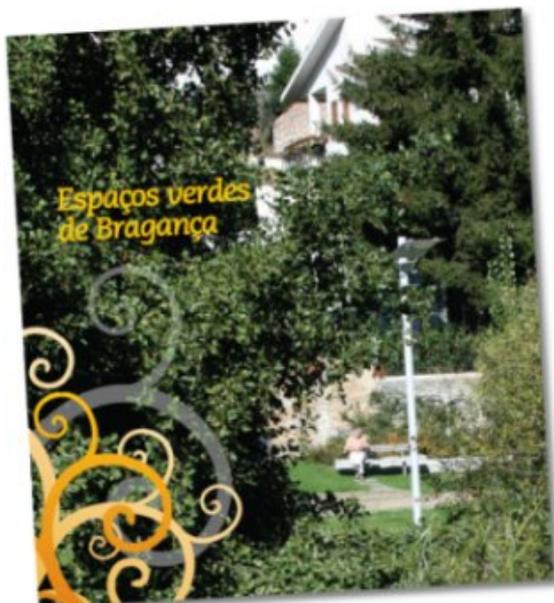
O funcionamento do Eco Centro será potenciado, estabelecendo a Câmara Municipal de Bragança, a Resíduos do Nordeste – EIM e a CESP, uma estratégia conjunta de divulgação e informação desta infraestrutura, complementar ao reforço de sinalética e alteração do horário de funcionamento efectuado durante o ano de 2008

A Câmara Municipal de Bragança, através do SIG Resíduos, procederá a uma avaliação contínua da eficiência do desempenho relativo a RSU e Recolha Selectiva, executando alterações e melhorias na localização dos equipamentos sempre que necessário.

2.4.6. Protecção do meio ambiente e conservação da natureza

O ambiente é um factor central do desenvolvimento sustentado, interessa por razões estratégicas às pessoas de todas as condições e idades, tem pois de estar presente nas decisões de gestão do Município, que tem a particularidade de 60% da sua área total estar classificada como área protegida. Trata-se de uma mais valia, factor de desenvolvimento e garantia de novas funções económicas em áreas que incorporem recursos humanos mais qualificados. Temos pois que continuar a adoptar e a exigir uma postura exemplar na protecção e defesa do ambiente, sensibilizando os cidadãos para uma postura cívica progressivamente mais exigente.

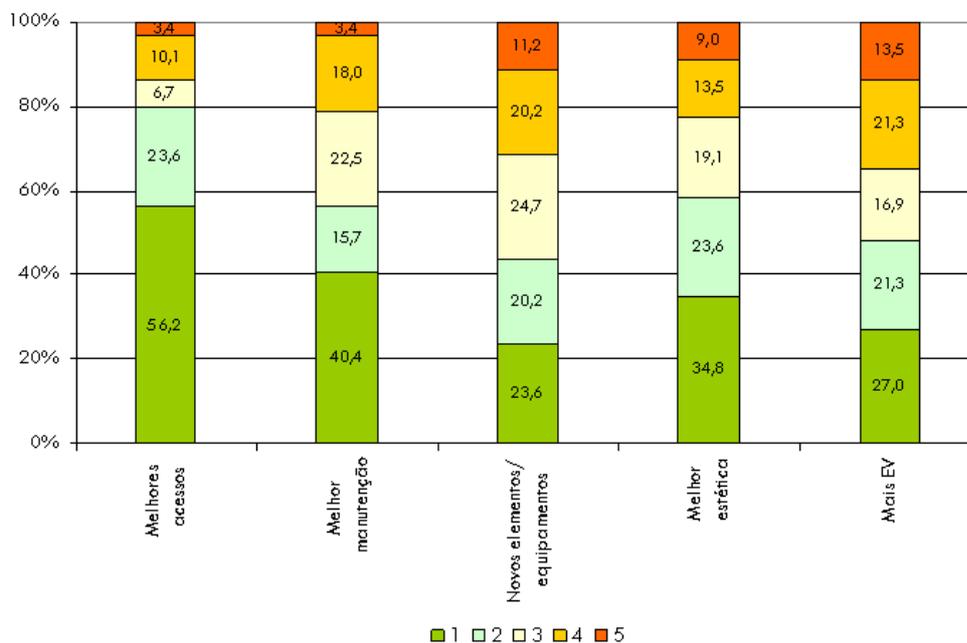
O embelezamento de espaços públicos, criando condições de usufruto e enquadramento paisagístico, será uma continuidade, apostando pela consolidação dos espaços já existentes e pela requalificação de espaços livres (Zona da Braguinha, Bairro da Coxa e Formarigos) e de enquadramento. As espécies autóctones terão preponderância nas intervenções a efectuar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, na medida em que são espécies adaptadas ao clima rigoroso, escassez de água e reduzida manutenção.



Capa do Livro de Espaços Verdes da cidade de Bragança

Os espaços verdes da cidade de Bragança correspondem actualmente a 11,8 m²/habitante, valor acima dos 9 m²/habitante estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, e que face ao valor de 1,49m²/habitante registado em 1998, demonstra uma orientação inequívoca para uma melhoria do ambiente e espaço público, criando uma cidade verde e amiga do ambiente, orientação que continuará a ser uma aposta de futuro, que será regulamentada pelo Plano de Urbanização.

O Plano Verde da Cidade de Bragança identificou, através da realização de inquéritos e análise dos mesmos, uma orientação estratégica para o Município que terá continuidade nos espaços verdes: o reapetrechamento dos parques infantis e a fiscalização efectiva das situações relacionadas com canídeos. No ano de 2008 procedeu-se à colocação de sinalética específica nos espaços verdes, alertando para as obrigações dos proprietários de canídeos e, em complemento, foi distribuído um folheto informativo sobre as obrigações e responsabilidades dos proprietários de canídeos e gatídeos.

GRÁFICO XXVII. Valorização de propostas para aumento de frequência

A cidadania desempenha um papel essencial na preservação dos espaços verdes, espaço público e equipamentos. Assim, face a inúmeras situações de vandalismo, a iluminação será reforçada, as acções de sensibilização serão acentuadas e a responsabilização dos infractores será imediata.

A gestão e manutenção dos espaços verdes do Município, inclui duas áreas de actuação: a manutenção com pessoal próprio e o recurso à contratação em regime de prestação de serviços. Neste âmbito, 67% dos espaços verdes estão contratualizados, correspondendo a uma área total de 219424 hectares.

A defesa da floresta da área concelhia terá no Gabinete Técnico Florestal, em funcionamento no âmbito de Protocolo entre a Autarquia e a Direcção Geral de Recursos Florestais, um importante elo de ligação às entidades competentes e proprietários florestais, assumindo a elaboração, execução e actualização anual do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, já aprovado em Comissão Municipal de Defesa da Floresta, e dos programas e projectos dele derivados.

O Sistema de Informação Geográfica do Gabinete Técnico Florestal será continuamente actualizado, favorecendo as análises espaciais e consulta imediata de informação que, em casos de emergência, se reveste de extrema importância.

Bragança, capital de distrito é um exemplo de boa imagem urbana, em todos os sectores, sendo particularmente valorizados os espaços verdes, limpeza urbana, planeamento e mobilidade. Será implementada uma Matriz de Sustentabilidade Concelhia, a qual, através da análise de vários indicadores relacionados com os espaços verdes, água, resíduos, energia, qualidade do ar, etc, permitirá aferir a sustentabilidade do concelho e implementação da Eco Cidade.

No inquérito realizado pela DECO às 18 capitais de Distrito de Portugal Continental, Bragança ficou em 4.º lugar, sendo de destacar o 1.º lugar ao nível do Meio Ambiente e o 23.º lugar a nível internacional na qualidade ambiental e ruído.

O esforço humano e financeiro da Autarquia na continuidade e consolidação destes padrões elevados, minimizando as acções de vandalismo em equipamento, deposição indevida de resíduos, acidentes na via pública e destruição do espaço público, será acompanhado por uma justiça contributiva por parte dos cidadãos, ajustando as despesas municipais às receitas, procurando o necessário equilíbrio financeiro e sustentabilidade.

O Município de Bragança foi galardoado em 2008, pelo segundo ano consecutivo, com a Bandeira Verde ECOXXI. Este galardão reconhece as boas práticas relativamente a políticas de sustentabilidade, indo ao encontro dos princípios da Agenda 21, na vertente da promoção da educação para a sustentabilidade, em conjunto com a aferição de outros parâmetros de qualidade ambiental. O Município de Bragança tem vindo a registar uma melhoria significativa nos 23 parâmetros de análise, fruto da aposta clara e

inequívoca na adopção de estratégias de sustentabilidade, a qual terá continuidade no ano 2009.

O programa Eco Escolas tem sido fomentado e apoiado pelo Município de Bragança, verificando-se um incremento na participação das escolas no referido programa, contribuindo para o fomento de actividades de índole ambiental.



Diploma da Bandeira Verde ECOXXI

A acessibilidade ao espaço público será alvo de trabalhos de manutenção urbana, procedendo à continuação dos rebaixamentos de passeios junto a passadeiras, pinturas rodoviárias e colocação de sinalização. Neste último âmbito, a instalação de sinalética específica para a hotelaria da cidade, que contribuirá para um turismo de maior qualidade e acessibilidade, será complementada pela instalação de sinalética específica para os equipamentos municipais e instituições públicas.

A imagem que existia, de veículos em fim de vida (VFV) abandonados na berma das estradas, nos campos e até mesmo dentro das nossas localidades, causando um forte e negativo impacto e desvirtuando a paisagem transmontana, está de um modo geral ultrapassada, pela acção continuada de recolha e desmantelamento implementada pela Autarquia. Reduzem-se assim, os problemas ao nível paisagístico, evitam-se graves problemas ambientais, como a contaminação dos solos e das linhas de água, nomeadamente através do derrame de óleos e outros contaminantes existentes nos automóveis. Sensível a esse problema, o Município de Bragança vai continuar a promover a retoma periódica de veículos em fim de vida (VFV), no âmbito do Protocolo celebrado aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2006, entre a Resíduos do Nordeste, EIM e a Valorcar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.

2.4.6.1. Higiene Pública

A segurança e higiene pública será uma preocupação contínua, aumentando o número de canídeos errantes capturados e minimizando o abandono e desrespeito pela Legislação em vigor, procedendo a acções de sensibilização e informação, bem como de acções conjuntas com a PSP e GNR.

A Associação Brigantina de Protecção dos Animais, entidade que desenvolve um importante trabalho em prol dos animais abandonados em Bragança, já possui um terreno cedido pela Autarquia, no lugar de Vale das Ratas, onde já iniciou a construção de uma infra-estrutura para recolha de animais abandonados.

A legislação relativa a canis, nomeadamente o Decreto Lei n.º 317/85, I Série de 2 de Agosto, Lei n.º 92/95, I Série-A de 12 de Setembro, Decreto Lei n.º 276/2001, I Série-A de 17 de Outubro e ainda o Decreto Lei n.º 315/2003, I Série-A de 17 de Setembro, levaram à elaboração do projecto de um Canil Intermunicipal para os concelhos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro, permitindo criar condições para uma gestão mais eficiente de uma infra-estrutura moderna e de qualidade, contribuindo para um aumento da segurança em espaço público e higiene pública. A construção do Canil Intermunicipal, no valor de 600.000,00€, já foi iniciada pela empresa adjudicatária, estando previsto o seu término no 1.º trimestre de 2009.

2.4.6.2. Cemitérios

O apoio às Juntas de Freguesia em matéria de regulamentação e análise de projectos de construção ou ampliação de cemitérios continuará a ser uma prioridade para o ano de 2009.

Nos cemitérios do Toural e Santo Condestável, a finalização dos trabalhos de digitalização e georeferênciação de todo o cadastro relativo à gestão cemiterial, permitirá uma análise mais eficiente dos processos, mantendo a base de dados continuamente actualizada e, em complemento, permitirá a identificação através de sinalética discreta, dos talhões, sepulturas e capelas.

Os trabalhos de pavimentação dos arruamentos interiores e pintura dos muros do Cemitério do Toural efectuados no ano 2008, será complementada pelo reforço na separação de resíduos (cera, plástico, verdes, indiferenciados), contribuindo para um melhor ambiente.

No cemitério do Santo Condestável serão iniciados os trabalhos de instalação do cemitério jardim, compreendendo a delimitação de passeios, instalação do sistema de rega, regularização do terreno e plantação de relva.

2.4.6.3. Meio Ambiente

Sendo o Ambiente uma área transversal e complementar, diversas acções de requalificação urbana, saneamento e abastecimento de água, manutenção urbana, terão uma componente de sustentabilidade ambiental, indo ao encontro do estipulado na Agenda 21 Local e conceito de Ecocidade.

As acções e iniciativas com escolas e associações serão consolidadas, o investimento na recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos últimos anos permitiu evoluir para uma situação estável, contribuindo para o aumento da higiene e salubridade pública, sendo Bragança frequentemente citada na Comunicação Social e por cidadãos, como uma cidade limpa.

O Plano Verde da Cidade contribuirá para a adopção de uma estratégia de sustentabilidade para os espaços verdes públicos e privados, sendo um elemento base para a definição de espécies, espaços, práticas e metodologias. A elaboração de um Manual de Boas Práticas, simples e didáctico, que será disponibilizado a todos os munícipes e alvo de uma acção de formação para os colaboradores da Autarquia, contribuirá para o aumento da consciência e práticas ambientais sustentáveis.

A constituição de um Plano de Indicadores de Sustentabilidade Urbana para as cidades do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular permitirá aferir e analisar a coesão social, ambiental e territorial dos espaços urbanos, evoluindo para a constituição de uma Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico. Esta Agência terá como objectivo delinear estratégias coerentes de sustentabilidade urbana, através de estudos temáticos, análises estatísticas e multi-critério.

2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

2.5.1. Cultura

Na continuação de uma política de enriquecimento lúdico-cultural da população, a autarquia em colaboração com a Fundação Museu Nacional Ferroviário, dará forma e conteúdo a mais um espaço museológico, o Núcleo Museológico Ferroviário de Bragança, que permitirá o reavivar de uma memória que ainda está presente na maioria da população Brigantina e que interessa divulgar e afirmar aos mais jovens da importância que foi o caminho-de-ferro, em concreto a Linha do Tua, espaço que mostrará o material circulante e todo o espólio – material e imaterial, associado a esta linha.

Com a existência de infra-estruturas culturais ímpares como o Teatro Municipal, a Biblioteca Municipal, o Conservatório de Música, o Centro Cultural, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje e o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Bragança assume uma dinâmica diferente, de qualidade e de projecção a nível nacional que a colocam como uma cidade de cultura.

Aliada aos eventos de grande qualidade realizados nestes espaços, ao longo do ano, numa programação estruturada e diversificada, tem-se tentado apoiar iniciativas de acordo com os recursos humanos e financeiros existentes de modo a dinamizar o associativismo na área cultural e aumentar o empreendedorismo, tão necessário à afirmação da região.

A Câmara tem vindo a desempenhar um papel dinamizador, coordenador e de apoio ao associativismo, mantendo um diálogo permanente e disponibilizando, dentro das suas possibilidades, os meios físicos, técnicos, financeiros e humanos necessários ao bom desenvolvimento de actividades que possam divulgar a riqueza cultural da região.

Paralelamente à preservação e defesa da nossa cultura, da nossa identidade, é essencial o conhecimento de outras realidades e outras culturas, pelo que deverá continuar a ser uma preocupação o garantir um relacionamento equilibrado com entidades e municípios, fomentando, nesta medida, a circulação de obras de arte, artistas e espectáculos que garantam um acréscimo cultural ao nosso concelho.

Tem sido um caminho seguido com sucesso tanto no Teatro Municipal com as diferentes parcerias e co-produções que trazem à cidade vários Festivais como no Museu Ibérico da Máscara e do Traje que trouxe um grande número de visitantes, cerca de 12 000 visitantes em 2008, que referem este espaço como único e incomparável.

Continuar-se-á o investimento a nível deste espaço, aumentando o espólio com máscaras/trajes de populações em que as manifestações ligadas à temática ressurgiram. Tentar-se-á, também, alargar o âmbito do Museu e o conhecimento /estudo sobre estas representações a nível europeu. Para a concretização desta proposta, a C.M.B. candidatou-se ao programa Cultura 2000, como chefe de fila, num projecto que envolve outros países europeus em que a temática da máscara está representada, Espanha, Eslovénia, Áustria e Bulgária.

Continuando a apostar na promoção e defesa das nossas raízes e das nossas tradições, o ano 2009 receberá a IV Bienal da Máscara, evento que marca um período importante e que, já, tem um lugar bem vincado na nossa cultura. Alia a nossa identidade, as nossas origens à visão criativa dos nossos jovens que têm participado em número elevado nas várias actividades da Mascararte. Este ano, este evento terá a colaboração da Academia Ibérica da Máscara e do Imaginárius de Santa Maria da Feira, que pensamos ser uma mais valia para este evento. O Imaginárius, projecto com sede em Santa Maria da Feira, no âmbito do Teatro de rua, fará o intercâmbio entre escolas da nossa cidade e de Santa Maria da Feira, participando vários jovens nas actividades em Bragança e vice-versa.

Seguindo esta linha, prevê-se a necessidade de alargar o espaço físico deste museu, adquirindo edifícios contíguos ao Posto de Turismo da cidadela de forma a poder aumentar o seu acervo e representar todas as manifestações que existem.

O esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer na construção de equipamentos culturais que tragam à cidade e ao concelho uma dinâmica cultural ímpar nesta região, culminou com a abertura do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, projectando culturalmente e turisticamente a nossa cidade a nível nacional. Na dinamização deste espaço, contamos com as parcerias de Serralves e do Museu Rainha Sofia.

Este espaço tem sido, desde a sua inauguração, em Junho 2008, uma referência a nível do seu espólio e, obviamente, a nível da sua arquitectura. É amplamente procurado pelos visitantes que se deslocam a Bragança e pelo público escolar que tem aderido amplamente, inscrevendo-se nas visitas guiadas.

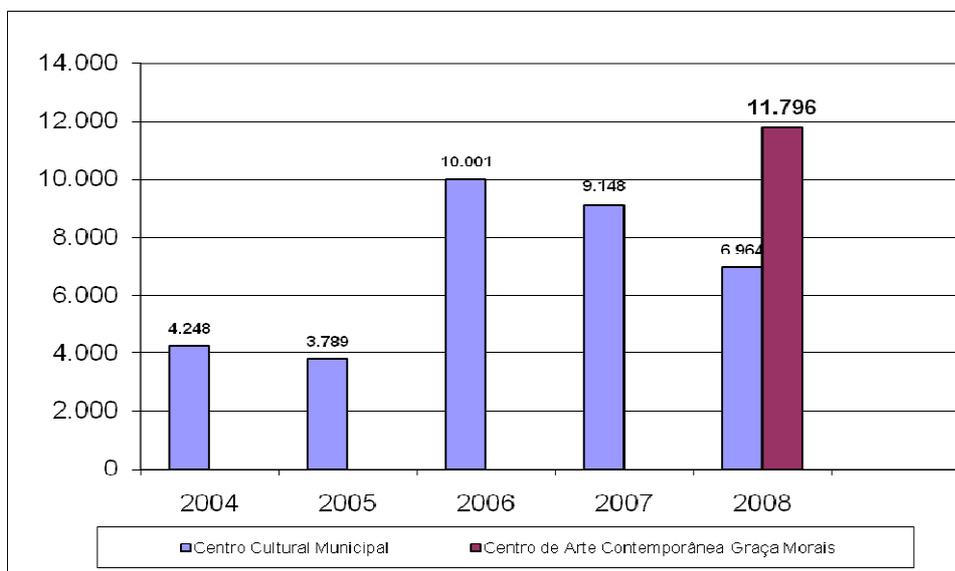
Relativamente à programação deste equipamento, prevemos organizar quatro exposições na nave das salas temporárias e, simultaneamente, apresentar novas obras da pintora Graça Morais, nas salas de exposições permanentes, dando, assim, a conhecer a obra desta artista.

Continuaremos na forte aposta da educação pela arte, trazendo ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, os alunos das escolas do nosso concelho, com um programa de serviço educativo estruturado e adequado aos vários níveis de ensino. Complementando este serviço, pretende-se criar uma série de encontros/ateliers com artistas das várias expressões gráficas, dando oportunidade aos cidadãos interessados de alargar as suas competências.

A acção educativa e formativa deste equipamento passará, também, pela organização de visitas a exposições nacionais e internacionais, oferecendo à comunidade em geral a possibilidade de conhecer outras realidades artísticas.

A nível das actividades culturais, importa, também, destacar a dinamização dos espaços de exposições, no Centro Cultural de Bragança, com um número considerável de visitantes, cerca de 7 000 visitantes em 2008, o dia mundial da criança, da música e da poesia, festival de tunas, concursos de presépios, concurso de contos, a feira do livro e o carnaval dos caretos.

GRÁFICO XXVIII. Visitantes nas exposições no Centro Cultural Municipal e Centro de Arte Contemporânea Graça Morais



A aposta em 2007, no Carnaval dos caretos foi uma aposta ganha. Envolveram-se os grupos de caretos, gaiteiros das regiões representadas no Museu Ibérico da Máscara e do Traje e de outras povoações que ainda não figuram neste equipamento cultural por falta de espaço. Mas o balanço positivo deveu-se muito

à adesão das escolas que estiveram representadas em número elevado, fazendo com os alunos tomassem consciência da nossa identidade e conhecessem as nossas tradições. Foram cerca de 700 participantes no desfile.

Procurar-se-á dar continuidade e consolidar os projectos existentes e que aparecem, já, como referência do concelho e suporte da nossa identidade como as Festas da Cidade, com o novo figurino e que tem dinamizado o centro da cidade, nomeadamente a Praça Camões com espectáculos musicais e transformando este espaço num ponto de encontro.

Os Colóquios de Lusofonia marcam um momento de relevo a nível nacional e internacional, onde estão sempre presente grandes vultos da área linguística e literária. Ao longo dos quatro dias, diferentes oradores debruçam-se sobre problemática da lusofonia. Continuar-se-á, neste âmbito, a apostar no Prémio Literário de Lusofonia instituído em 2007.

Os Colóquios de Lusofonia serviram, este ano, como trampolim para o anúncio da criação de um Museu da Língua em Bragança.

Terá como acervo um património imaterial, a Língua Portuguesa, e será um museu com características únicas uma vez que fará uma viagem ao mais íntimo de cada povo, de cada cultura, a da sua própria língua, elo de ligação entre as comunidades.

Sendo um espaço de valorização, a sua localização não poderia ser mais adequada. O distrito de Bragança tem nas suas origens a segunda língua oficial de Portugal, a Língua Mirandesa que terá, obviamente, um papel privilegiado neste museu.

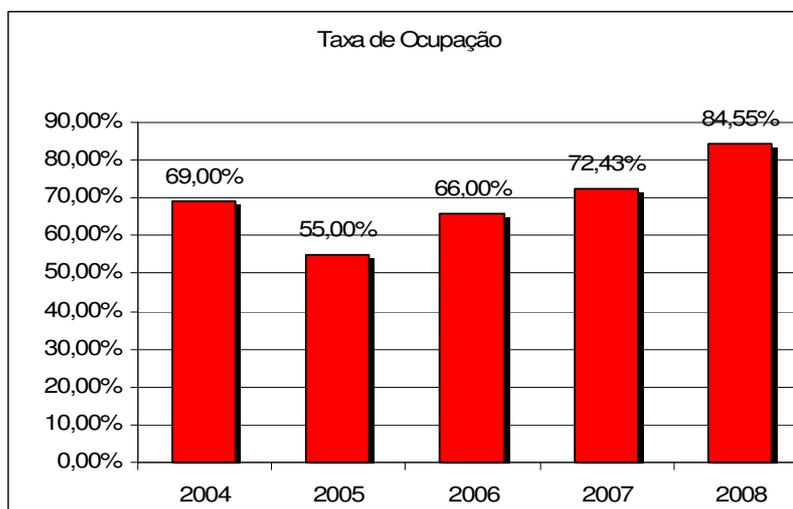
A primeira fase será consagrada à preparação da concepção e aos estudos para a criação deste Museu, com os apoios das Academia de Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e pela recente Academia Galega de Língua Portuguesa.

Reforçaremos um projecto iniciado em 2007 que se impôs como uma mais valia de animação e de prestígio para a região, trazendo para os nossos dias os costumes e as tradições da nossa história, a Festa da História, evento realizado num espaço que transmite a nossa identidade e as nossas raízes culturais e que envolveu vários artesãos do nosso concelho e de outras regiões.

O Teatro Municipal vai entrar no 6º ano de actividade. Actividade obedecendo a princípios e valores pautados pela qualidade e que vai entrando no quotidiano dos Brigantinos. Tem sido um caminho assente na formação, fidelização e educação de públicos, tendo particular atenção os públicos jovens. Por isso, elegemos como objectivos principais a aposta em espectáculos de qualidade, o registo como um Teatro de referência nacional, uma das marcas culturais da cidade. Este processo implica, por parte de todos,

uma mudança de atitude, a criação de hábitos, a instalação de rotinas para o lazer e a consciência de que os bens culturais contribuem para a qualidade de vida de todos os cidadãos.

GRÁFICO XXIX. Taxa de ocupação do Teatro Municipal



Tendo como meta o aumento dos espectadores, a conquista de novos públicos e mais e maior oferta de espectáculos de qualidade, propomos uma programação para todo o ano com o alargamento ao mês de Agosto, a manutenção e reforço de parcerias com estruturas e instituições congéneres.

A aposta nas noites de Julho, na praça exterior do Teatro, com espectáculos de Música do Mundo, trouxe um ambiente de festa e impôs um dinamismo a este espaço que se revelou um contributo para trazer novos públicos. Pretende-se continuar este projecto, com espectáculos de Música do Mundo, Sons da música tradicional portuguesa e, também, dar oportunidade às bandas filarmónicas do concelho. *A ver a banda tocar* é um novo projecto, pensado há muito, mas que terá apenas em 2009 a sua 1ª edição. Aos sábados, no final da tarde, o palco do Teatro Municipal de Bragança recebe as bandas filarmónicas da região. É a cultura popular com lugar marcado no Teatro Municipal de Bragança.

Manteremos uma programação regular com a apresentação de espectáculos semanalmente em todas as áreas de palco: teatro, dança, música, novo-circo, ópera e magia. Manteremos, também, a realização de eventos de âmbito local e regional como Cantares dos Reis, Festa da Música, Festival de Tunas, Mostra de Teatro Escolar, Gala das Escolas.

Pensando no público mais jovem, e acreditando que é nesta fase que se alicerçam as bases necessárias à educação e formação artísticas, programamos, em complemento com a programação dirigida aos jovens, as quintas-feiras do mês de Julho. *O teatro nas suas quintas!* é um projecto mais ambicioso do que

o desenvolvido nos últimos anos. Desde 2007 que, em Julho, o TMB apresenta programação dirigida exclusivamente às crianças proporcionando-lhes a vinda ao teatro e a ocupação de tempos livres. Foi, desde o seu início, um projecto articulado com Escolas e Instituições de forma a criar um circuito de ocupação de tempos livres organizado e dirigido especialmente à infância.

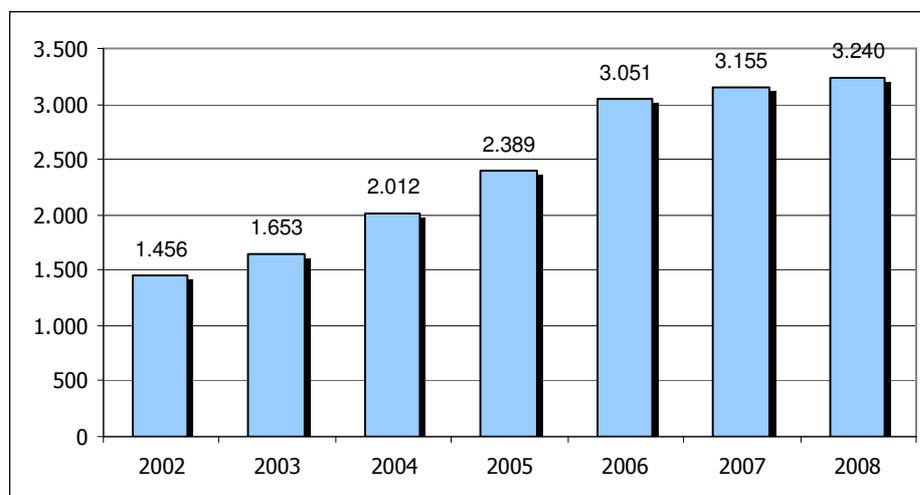
Manteremos e reforçaremos parcerias com instituições congéneres: Teatro de Vila Real, Rede Nacional de Teatros, a Casa da Música do Porto, com a integração do Teatro Municipal de Bragança em várias redes nacionais de programação como seja o Novo-Circo – Sem Rede; a Dança – Druidas; a Ópera – Operanorte, trazendo-nos mais valias com os custos partilhados, divulgação e publicidade conjunta. Neste âmbito, continuaremos com os três festivais: FAN – Festival de Ano Novo; FIT 27 – Festival Internacional de Teatro e Douro Jazz.

Ao fim destes anos de funcionamento, constata-se que o Teatro trouxe, indiscutivelmente, à cidade e ao concelho mais valias culturais, permitindo o usufruto de bens culturais de inegável qualidade.

O ano de 2009 será o ano da segunda co-produção do Teatro Municipal, desta vez com o Teatro da Garagem que comemora 20 anos de actividade. O projecto consiste num espectáculo de teatro – *Odisseia Cabisbaixa* - que tem já estreia nacional em Bragança, marcada para o dia mundial do teatro – 27 de Março. O texto será escrito, dirigido e estreado em Bragança; a companhia fará duas residências no Teatro; a temática versará sobre o universo transmontano; o elenco integrará jovens de Bragança e por último, o espectáculo percorrerá os principais palcos nacionais, incluindo festivais, terminando em Julho com um périplo por algumas aldeias transmontanas onde uma parte do espectáculo será apresentada.

Paralelamente, com os Teatros do Norte está-se a trabalhar na criação da associação *Operanorte* que é uma estrutura de suporte para produção de uma ópera que anualmente percorrerá os teatros associados e outros, diminuindo em muito os gastos imensos que a produção de uma ópera traz.

A Biblioteca Municipal de Bragança deve continuar a constituir-se como um centro de leitura e de pesquisa privilegiado para a comunidade. Tem como objectivo primordial fornecer o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento literário da população que procura este espaço. Recebe, diariamente, dezenas de utilizadores, cada vez mais exigentes, tornando-se necessário continuar o melhoramento do acervo da biblioteca e da biblioteca infantil em material livro e não livro, desenvolvendo, paralelamente, projectos de atracção dos jovens ao espaço como o concurso do Conto de Natal, a visualização de filmes para crianças, a hora do conto, sempre que solicitada e manteremos a participação na Feira do Livro com as actividades lúdicas no espaço da Biblioteca e no da Feira.

GRÁFICO XXX. Utilizadores da Biblioteca Municipal de Bragança

Numa tentativa de alargar o público da B.M. e de oferecer as mesmas oportunidades ao meio rural, pretendemos continuar o projecto "Contando histórias pelas aldeias", algumas actividades de leitura, de dramatização e de teatro de fantoches nas escolas de 1º ciclo do meio rural, tentando, assim, incentivar os jovens para a leitura e possibilitar aos alunos desta área o contacto com os livros que existem na Biblioteca Municipal.

Alargaremos as relações com as escolas dos diferentes níveis de ensino, nomeadamente através das bibliotecas escolares. Para que toda a comunidade possa usufruir da leitura e atendendo a vários pedidos, principalmente aos das escolas, pretende-se realizar encontros com escritores ao longo do ano.

Este espaço deverá, também, servir à divulgação de obras locais e regionais, bem como de todas as publicações da Câmara Municipal de Bragança e de outros Municípios.

Em 2009, Bragança acolherá um espaço que contribuirá para mais um reforço nos equipamentos culturais da cidade, a Biblioteca Adriano Moreira, fruto da generosa doação do Professor Adriano Moreira ao Município de Bragança. Será instalada no antigo Colégio dos Jesuítas, num espaço autónomo da Biblioteca Municipal, e integrará o acervo bibliotecário, as condecorações, diplomas e atribuições honoríficas, trajes académicos e diversos objectos pessoais do Professor Adriano Moreira. Trata-se de um equipamento cultural para consulta e leitura, dos cidadãos em geral e, de forma muito particular, aos investigadores do Ensino Superior.

2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer

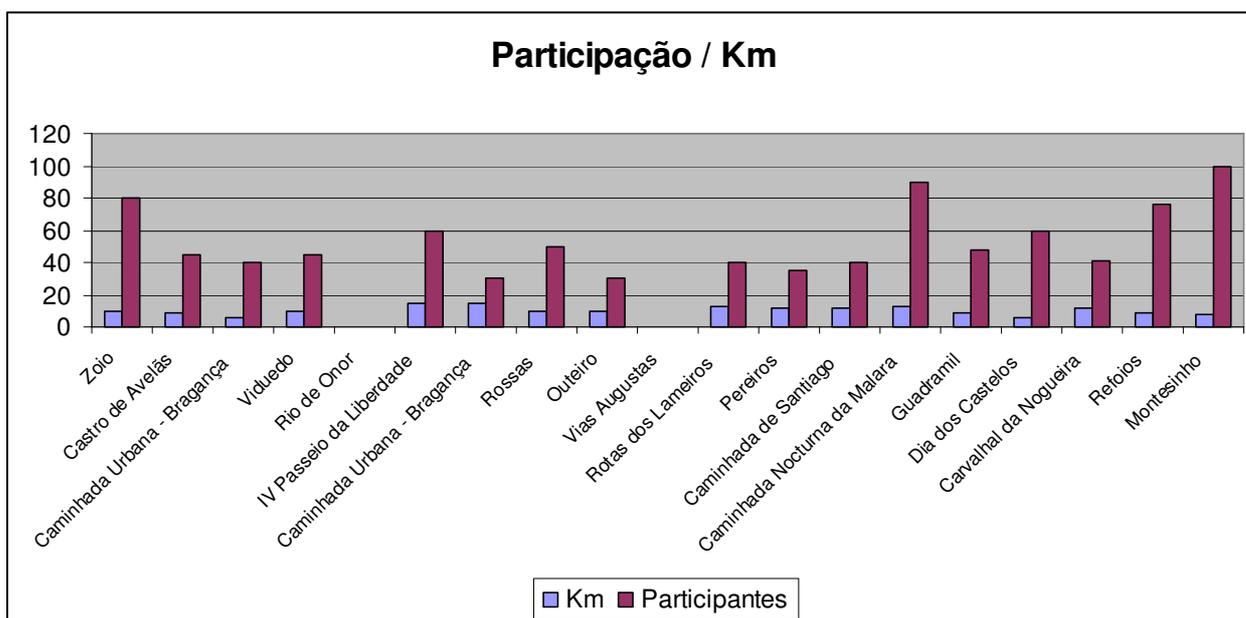
Tendo a consciência de que a saúde deixou de ser apenas um problema médico para passar a ser, sobretudo, um problema cultural, e que, mais de que um objecto de medicina, é, seguramente, um assunto de educação, continuaremos uma política desportiva do município cimentada na colaboração com os clubes e associações desportivas, apoiando-os logística e financeiramente, tendo por base a contratualização de acções e objectivos. Contudo, esta colaboração terá necessidade de exigência da avaliação do cumprimento dos termos dos acordos, no sentido de uma maior selectividade nos apoios a conceder e exigência na aplicação dos recursos públicos.

Continuaremos a insistir na realização de eventos desportivos de elevado nível, de modo a estimular a prática desportiva na área da competição e estimular a adesão dos cidadãos.

O projecto Bragança Saudável continuará a ser uma aposta no sentido de proporcionar hábitos de vida saudável para toda a população com as suas diversas actividades, nomeadamente nas caminhadas realizadas na área rural do concelho. São, sempre, momentos de exercício, de contacto com a natureza e de convívio entre os vários intervenientes e as Juntas de Freguesia que se têm associado a estes percursos, dando, de forma muito positiva, o seu contributo. Até Outubro de 2008, participaram, nos percursos realizados, cerca de 920 pessoas (600 pessoas em 2007), tendo sido percorridos no total cerca de 181 km (120Km em 2007).

Sendo um programa para quatro anos, pretendemos, em 2009, fazer um balanço final desta actividade, num encontro, no Dia do Desporto, com a presença de todos os participantes e das entidades que colaboraram com este projecto, delineando estratégias que possam conduzir a um novo projecto de promoção da actividade física e de hábitos de vida saudáveis.

Pretendemos, contudo, evoluir neste projecto, trazendo a população da área rural a percursos urbanos, complementando-os com visitas aos espaços culturais da cidade e com actividades de interesse, retribuindo, assim, os momentos que esta área geográfica tem vindo a oferecer ao longo dos percursos rurais.

GRÁFICO XXXI. Participantes "Bragança Saudável"

Insistiremos na diversidade de programação das actividades que são oferecidas na Piscina Municipal, acreditando que as aprendizagens, nesta área, se revelam fundamentais para o desenvolvimento, nomeadamente da criança. Apesar das dificuldades existentes na deslocação de crianças/jovens, devido à implementação da Escola a Tempo Inteiro, que se manifestaram, nos últimos anos, na falta de grupos dos ATL na piscina, em regime livre, tem aumentado a procura às actividades orientadas, estando inscritos nestas actividades 977 pessoas (920 pessoas em 2007) nas várias modalidades.

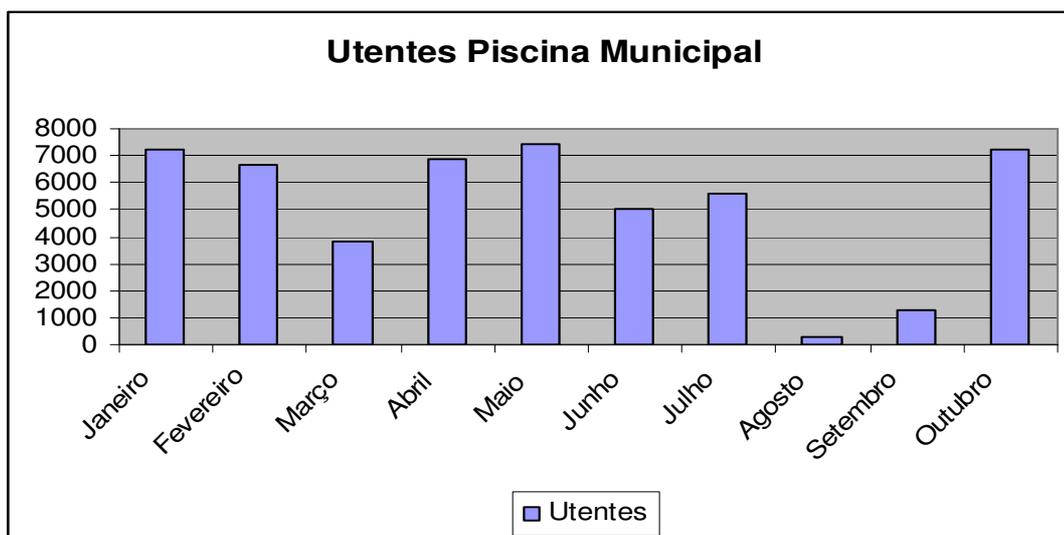
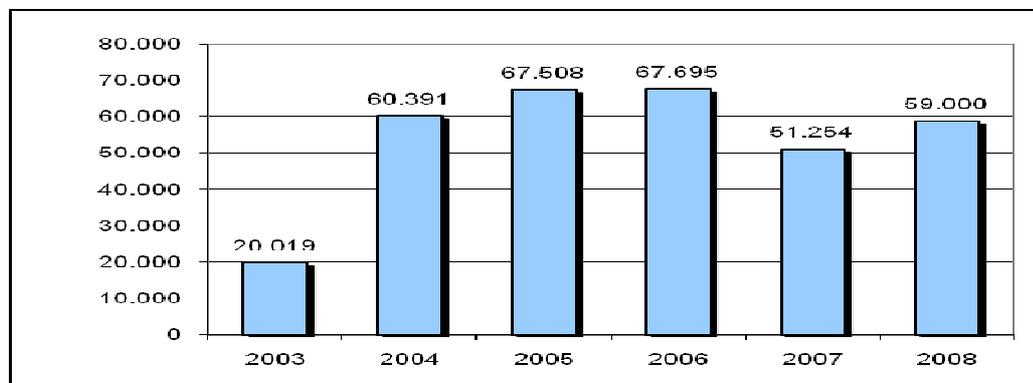
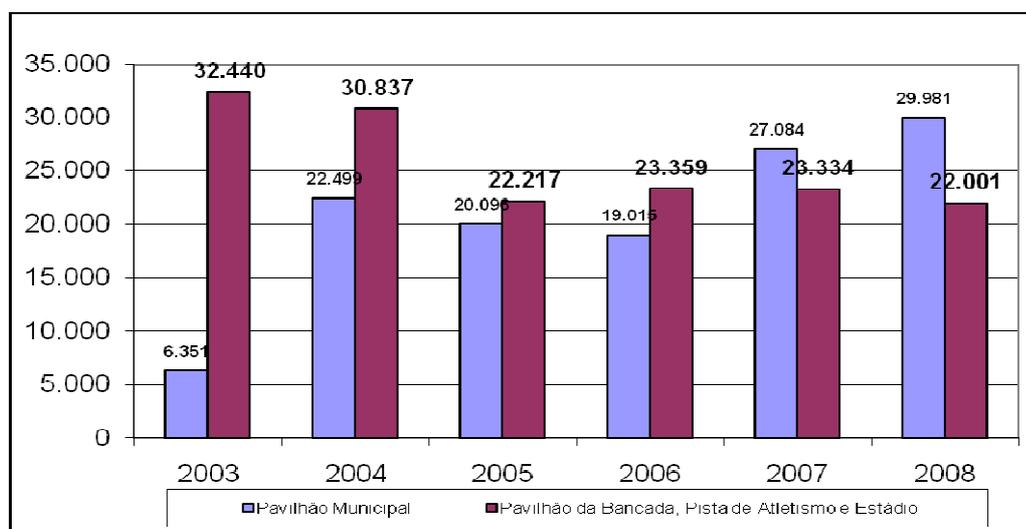
GRÁFICO XXXII. Média/Mensal de Utentes da Piscina Municipal 2008

GRÁFICO XXXIII. Utentes Piscinas Municipais 2003-2008

Dia do desporto, Jogos Tradicionais, Maratona de Fitness, Milha Escolar, Milha das Cantarinhas e os Encontros Internacionais de natação integrarão o nosso programa de actividades desportivas.

Não podemos deixar de destacar as Férias Culturais e Desportivas, realizadas durante o mês de Julho, que têm vindo a proporcionar aos jovens dos 6 aos 16 anos momentos de diversão, de cultura e de exercício. É um projecto importante de ocupação dos tempos livres dos jovens, nas semanas em que não têm actividades lectivas, e, conseqüentemente de apoio às famílias. A procura tem vindo a aumentar.

Tendo em conta a maior procura dos espaços desportivos tem vindo a aumentar, e a sua grande ocupação, prevemos a elaboração de Estudos da área desportiva do "Trinta" bem como do Complexo Desportivo de S. Pedro, envolvendo a construção de pistas para desportos motorizados, e espaço para a prática de tiro.

GRÁFICO XXXIV. Utentes dos Pavilhões Municipais

Concretizar o projecto do Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Trajinha – Porta Norte a implementar num espaço urbano de 15 hectares, localizado na cidade de Bragança, e lançar o concurso para a sua execução, afectando para o conjunto deste projecto 7.350.000,00 €, objectivo prioritário que permitirá atrair novos fluxos turísticos e dinamização económica para o concelho.

3. Funções Económicas

3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca

Face à significativa dimensão territorial rural do Concelho e a importância sócio – económica que o sector representa para muitas famílias residentes no município, a autarquia tem dado uma especial atenção ao sector agrário, tendo nos últimos anos, criado infra-estruturas ansiadas, há muito, pelos agricultores e que constituem contributos decisivos para uma maior valorização dos produtos locais e consequentemente para uma melhoria dos rendimentos e bem-estar das famílias do espaço rural.

A nível da qualificação do espaço público nas aldeias e vila do Concelho elevados investimentos foram efectuados sobretudo a nível de infra-estruturas básicas e de lazer, fundamentais para um nível de desenvolvimento Rural desejado.

A nível do sector produtivo a autarquia concretizou investimentos nunca antes conseguidos de forma a dotar o Concelho de modernos equipamentos impulsores do reforço da actividade económica, sendo exemplo o Matadouro Municipal, o Mercado Municipal e a Casa do Lavrador. Igualmente a Autarquia se tem empenhado na realização de eventos com o objectivo de promover e valorizar os produtos locais na região e no estrangeiro sendo de destacar a Norçaça/Norpesca e a Norcastanha.

Também a Feira das Cantarinhas, Concurso Concelhio de Raça Mirandesa e as lutas de Touros constituem um empenhamento da Câmara na animação da economia agrária do Concelho.

Porque entendemos o sector o sector agrário como um pilar do desenvolvimento de qualquer região ou País, continuamos a lutar para que este sector, tão importante no nosso concelho, não seja abandonado e que a as suas organizações sejam mais fortes, que a paisagem rural se mantenha humanizada e as condições de vida no meio rural sejam melhores.

No âmbito do desenvolvimento rural sustentável do Concelho, devem ser equacionadas novas oportunidades de rendimento para a população rural e/ou seus legítimos representantes, na exploração de recursos naturais (ar, água, sol), nomeadamente na produção de energias limpas.

O forte empenhamento da autarquia na defesa dos interesses da população rural, aquando da aprovação do Plano de Ordenamento do Parque natural de Montesinho, constitui uma prova da importância que o meio rural tem para a economia concelhia. Procuraremos neste campo, colaborar com as Juntas de Freguesia de forma a potenciar os recursos existentes.

Continuaremos a reivindicar a construção da barragem de Parada, um fortalecimento dos Serviços do Ministério de Agricultura em Bragança bem como uma nova forma organizativa de exploração da maior Zona de caça Nacional (Lombada).

Procuraremos, através do programa PROVERE (Programa de valorização Económica de Recursos Endógenos), fomentar as parcerias necessárias para uma maior promoção e valorização dos recursos locais.

3.2. Indústria e Energia

3.2.1. Iluminação Pública

Continuar os trabalhos de melhoria da iluminação pública no concelho, por intervenção directa do Município ou em colaboração com outras entidades, destacando-se a melhoria e reestruturação de algumas redes antigas em fio de cobre existentes em algumas aldeias.

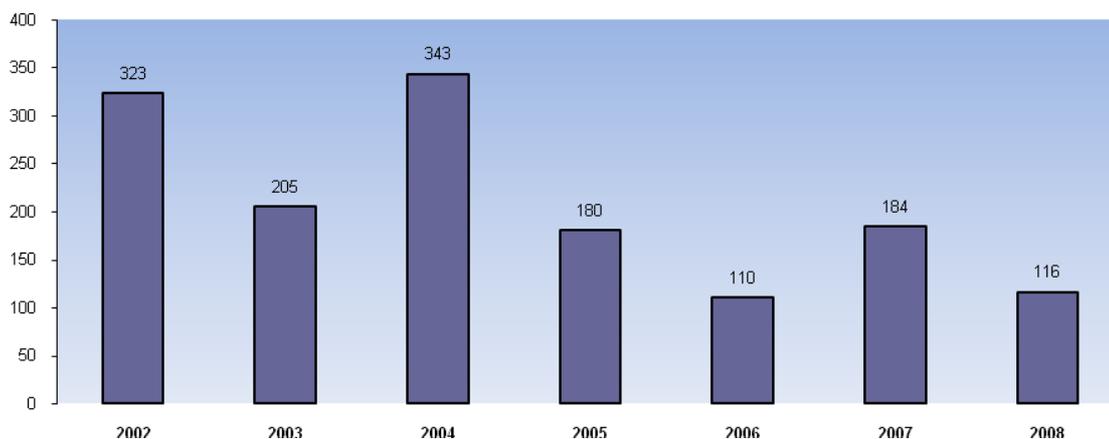
Continuaremos de forma sustentada a intervir na iluminação da cidade remodelando redes ou substituindo luminárias a par da requalificação urbana. Estando em fase de execução novas infra-estruturas de iluminação pública, nomeadamente na zona Polis (Junto a escadaria), prevemos executar uma nova rede de iluminação pública na rua Amaro da Costa entre os 2 hospitais.

Encontra-se em fase final de execução, a iluminação do elemento escultórico do cão de gado transmontano instalado na avenida Abade Baçal.

Para o primeiro trimestre de 2009, prevê-se o reforço de iluminação pública na Alameda Santa Apolónia.

Daremos continuidade em conjunto com a EDP e PT à renovação da imagem negativa resultante das linhas aéreas eléctricas e telefónicas que ainda existem na cidade, passando a linhas subterrâneas.

Com um acompanhamento pelos nossos Serviços directo das actividades e gastos, continuar a exigir da parte da concessionária a efectuar investimentos não inferiores a 12% do valor da renda. Nomeadamente com a deslocação de 1 posto de Transformação localizados na zona industrial das Cantarias e remodelação de redes de distribuição na aérea rural.

GRÁFICO XXXV. Evolução do custo do consumo de energia em iluminação pública (2000/2008)**GRÁFICO XXXVI. N.º de Pontos de luz colocados nas freguesias do concelho (2002/2008)**

3.2.2. Energia

No sector da energia e dando seguimento à intervenção POLIS, finalizou-se a construção o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental onde se instalará o Centro de Ciência Viva de Bragança, contemplando este projecto a instalação de uma micro central, prevendo-se a instalação dos equipamentos no ano de 2009.

Apostados numa política de contenção de despesa e de estratégia na utilização das energias alternativas, foi instalado nas piscinas municipais um sistema solar térmico, representando um investimento de cerca de 130.000 euros. Afim de obter um aquecimento eficiente das instalações da Câmara, será feito o estudo

para a instalação um sistema de aquecimento central a gás natural, com integração de outras fontes de energias renováveis. Prevê-se a instalação de 3 unidades de microprodução com fonte de energia solar. Estes equipamentos serão instalados nas instalações da sede do Município e nos jardins de infância da Mãe de Água e do Santiago.

No ano de 2009, daremos continuidade ao processo de manutenção correntes nas centrais, podendo se necessário assegurar intervenção mais ampla de manutenção. Serão asseguradas as tarefas associadas à gestão dos semáforos com a instalação de equipamentos de tecnologia de LEDs minimizando assim os consumos de energia, fontes luminosas, e outros equipamentos eléctricos e mecânicos sob responsabilidade da Câmara Municipal.

GRÁFICO XXXVII. Evolução dos custos com energia eléctrica nas escolas (2002/2008)

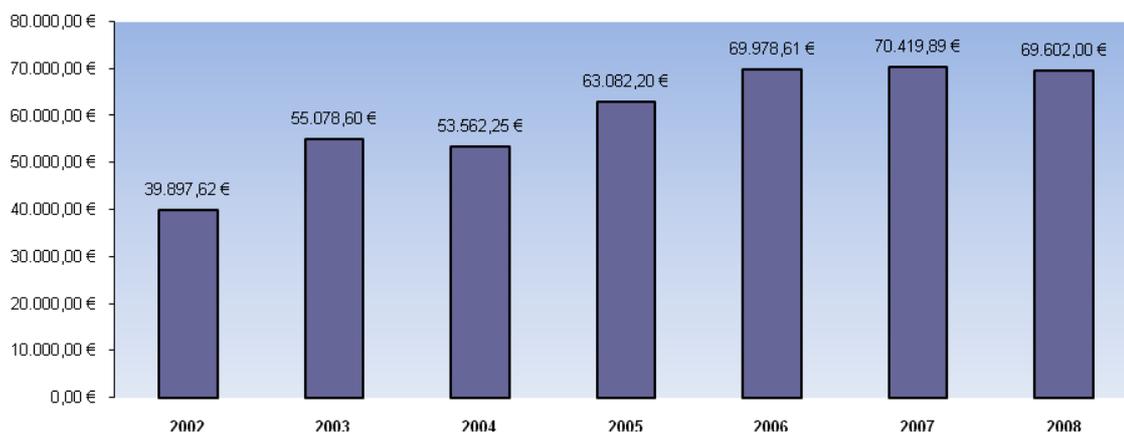


GRÁFICO XXXVIII. Evolução dos custos das infra-estruturas "Edifícios, Jardins, Parques e Fontes interactivas" (2002/2008)

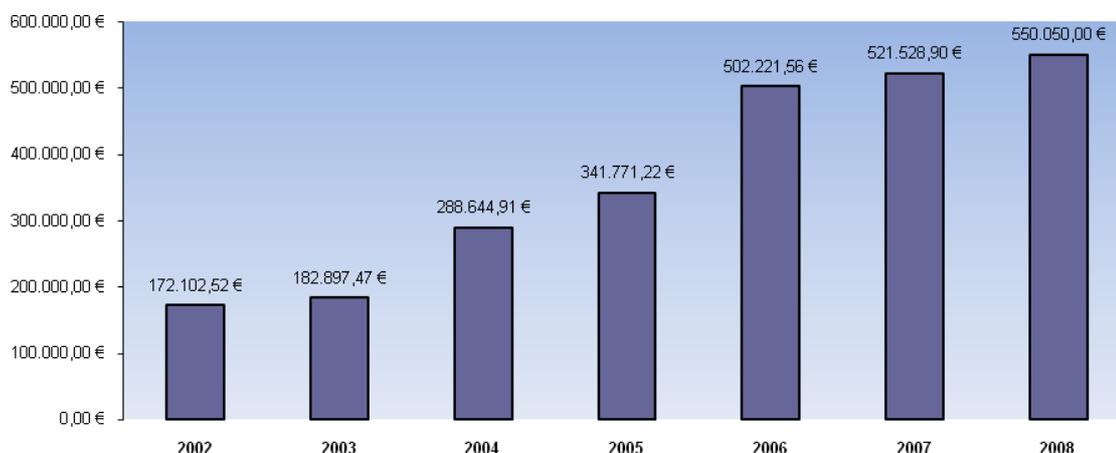


GRÁFICO XXIX. Evolução dos custos das Bombas de Água (2002/2008)

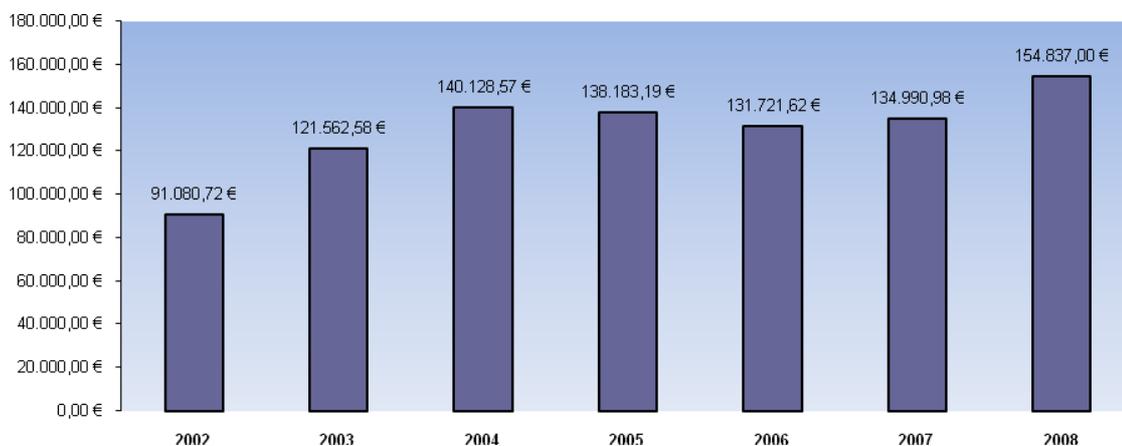


GRÁFICO XL. Produção das Centrais Hidroelétricas (2000/2008)

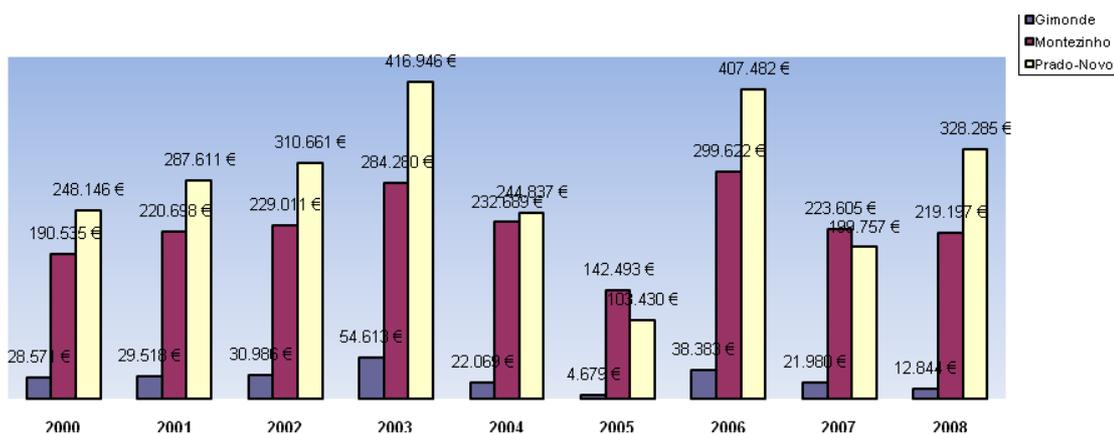
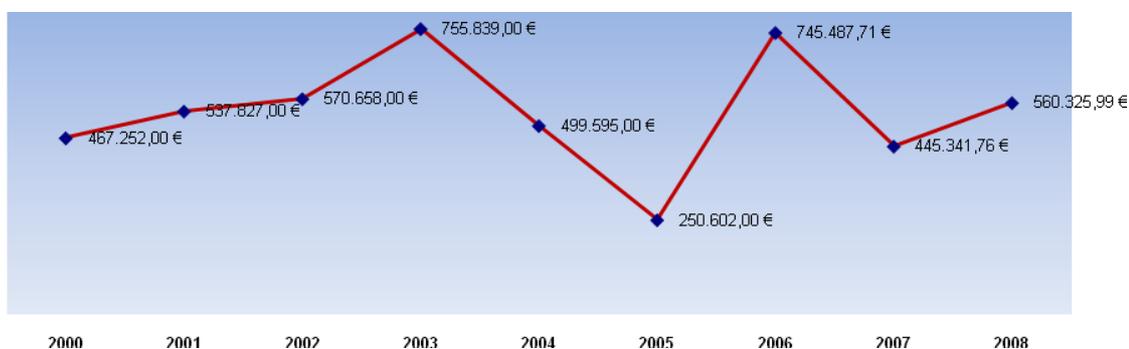


GRÁFICO XLI. Evolução da Produção das Centrais Hidroelétricas (2000/2008)



No âmbito do sistema multimunicipal de Trás-os-Montes e Alto Douro correspondente ao escalão de Veiguinhas e logo que executada a construção da barragem será instalado o equipamento das centrais de Montesinho e Prado-Novo, processo que não pode ser abandonado, apesar das incompreensíveis resistências e ambiguidades.

3.2.3. Estabelecimentos Industriais

Concluída a 1ª Fase da Zona Industrial de Mós, prevê-se para 2009 a conclusão da 2ª Fase, ao nível das infraestruturas necessárias. Assim, estarão disponíveis as condições necessárias para a instalação de novas empresas distribuídas por uma área total de lotes de 66.015,00 m² e com uma área possível de construção de 29.679,00 m². A localização privilegiada desta infraestrutura, próxima da cidade e futuramente servida com Nó de ligação à A4, será factor de dinamização e implantação de novas actividades industriais e consequentemente com a criação de novos empregos.

Tendo sido já adquiridos, pelo Município, os terrenos para a instalação do Centro de Inovação na zona da Trajinha e com a concretização da associação do BRIGANTIA ECOPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, com sede no concelho de Bragança, associação esta que tem como objecto a promoção, lançamento e gestão, com vista a contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior, estão reunidas as condições para o desenvolvimento, inovação e competitividade da economia do concelho e da região.

3.3. Transportes e Comunicações

3.3.1. Transportes Rodoviários

3.3.1.1. Rede Viária e Sinalização

a) Estradas rurais

A melhoria das acessibilidades rodoviárias e aéreas, ligando Bragança às redes europeias continuará a ser uma prioridade estratégica no sentido de conferir a Bragança maior centralidade, desencravando economicamente a região de forma a atrair maior investimento, consolidar territorialmente Bragança no Sistema Urbano Nacional e Regional, garantir uma evolução sustentada da economia, com mais emprego e maior qualificação da actividade económica, fixando os recursos humanos locais de maior qualificação e atraindo pessoas qualificadas que acrescentem valor às actividades humanas em geral.

Junto da Administração Central continuaremos a exigir, a construção e conservação das estradas de sua responsabilidade directa, ao nível do Plano Rodoviário Nacional, bem como o cumprimento dos prazos de

construção da A4 de Amarante a Quintanilha, de modo a que o compromisso de abertura ao tráfego no ano de 2011 se verifique. A construção do IP2 com ligação à fronteira, está comprometida na versão prevista no PRN 2000, face à opção actual do Governo, de projectar a rectificação do traçado das EN 218 e 308, com ligação por Rio de Onor e com perfil inferior ao de IP, mas com velocidade base de 100Km/hora. A Câmara Municipal solicitou que o troço de via entre Bragança e o Aeroporto, fosse integralmente projectado de novo, ligando ao nó Norte do IP4, ou ao futuro nó Nascente da A4. A construção do IC5 é fundamental no sentido do reforço da coesão distrital e da ligação dos municípios à principal cidade fronteiriça do Interior Norte. A construção de adequadas ligações às sedes de concelho é essencial no sentido de adequar a acessibilidade às exigências de mobilidade das pessoas e bens, o mesmo no que toca à conservação e beneficiação das estradas nacionais. Por razões de segurança e conforto, a melhoria da E.N. 308 na zona da Lombada e de Bragança ao Zeive é muito urgente, o mesmo para a E.N. 217 entre S. Pedro e Izeda, com a E.N. 316, troço entre o cruzamento de Martim/Refóios e Zoio.

Ao nível das acessibilidades no município, e face à extensa rede viária, (resultado da elevada dimensão geográfica do concelho e do elevado número de aldeias), impõe-se continuar a política iniciada no ano de 1998, no sentido de encurtar distâncias, melhorar as condições de segurança e comodidade, conferir maior coesão territorial ao concelho.

Dando continuidade a essa política, foram previstas para os anos de 2006 a 2009, obras a executar a ritmo compatível com as possibilidades de acesso a Fundos Comunitários. Ainda que a totalidade do objectivo previsto tenha que vir a ser concretizado em prazo mais dilatado, é inegável que uma grande transformação para melhor foi já concretizada.

Ao nível das pavimentações, contabilizadas cerca de 65 000 m², correspondendo a 12,3 Km, serão intervencionadas as estradas da Manca e de Grandais, pavimentação à envolvente da Mãe D'Água do Loreto e envolvente ao quartel de Bombeiros de Izeda. Na componente de repavimentações, serão intervencionadas entre outras, as estradas de Rebordainhos e Rebordãos/Sr.^a da Serra.

Considerando que as ligações entre povoações é factor de desenvolvimento local, daremos início à construção do pontão no caminho municipal sobre o rio Fervença, ligação Quintas da Seara a Alfaião, sendo admissível, em função da disponibilidade de verbas comunitárias, lançar concurso para a construção da Ponte Internacional sobre o rio Maças, na Petisqueira. A manutenção e melhoria das acessibilidades entre a capital de distrito e as povoações rurais e estas entre si, continuará a ser um objectivo que a autarquia quer manter, contribuindo desse modo para que as populações disponham de mais seguras e cómodas acessibilidades. Neste sentido, daremos início a diversas intervenções,

nomeadamente, a ligação entre S. Pedro de Sarracenos e Alfaião, a ligação da E.N. 308-3 de Meixedo a Carragosa, a ligação entre Fermentãos e Sendas e a ligação Sortes a Lanção.

b) Calcetamento de ruas nas aldeias

Continuaremos o trabalho de dotar as povoações rurais das melhores condições de mobilidade, pavimentando a cubos de granito em diversas aldeias, agrupadas em três grupos A – Salsas, Vale de Nogueira, Fermentãos, Vila Franca, Santa Comba de Rossas, Pinela, Calvelhe, Frieira e Serapicos; B – Deilão, Caravela, Palácios, Refega, Veigas de Quintanilha, Paradinha de Outeiro, Outeiro, Paçó de Rio Frio, Gimonde e Vale de Lamas; C – Alfaião, Bairro do Couto (Nogueira), Castanheira, Formil, Fontes Barrosas, Carrazedo, Conlelas, Carragosa, Oleirinhos, Soutelo, Vilarinho e Fontes Transbaceiro, representando cerca de 55 000 m² de pavimentações.

3.3.1.2. Estacionamento

Quanto ao estacionamento de veículos ligeiros, problema importante na parte antiga da cidade, foi nos tempos recentes encarado o processo com uma perspectiva de futuro, adoptando soluções estruturantes e com dimensão, recorrendo a soluções de construção de parques de estacionamento subterrâneo (parque da Praça Camões, parque da Praça Cavaleiro de Ferreira, parque do Mercado Municipal) e de superfície (parque do Cemitério de Santo Condestável, parque junto às piscinas, parque da Catedral, parque do Castelo – Mata S. Sebastião), medidas estruturantes e que conjuntamente com os lugares de estacionamento assegurados nas vias novas construídas, irão assegurar nas próximas décadas boas condições de estacionamento na cidade.

A construção de parques subterrâneos de estacionamento, disponibilizando mais de 800 lugares e o aumento de lugares de superfície, mais de 1500 lugares, permitem assegurar adequadas condições de mobilidade na cidade, podendo a médio prazo a zona onde se localiza a sede do município vir a dispor de outras soluções de estacionamento enterradas (conforme identificado no estudo de ideias realizado), o que permitirá consolidar parâmetros de qualidade de vida e bem-estar.

A nível financeiro, é de salientar que, para o ano de 2008, prevê-se uma redução das receitas nos parques de estacionamento subterrâneos devido ao facto de se verificar uma transferência do estacionamento habitualmente feito nos parques subterrâneos para o estacionamento de superfície. Este facto deve-se ao facto que se iniciou em Janeiro de 2008, a exploração efectiva das zonas de estacionamento condicionado no centro da cidade, com fiscalização a cargo da PSP, o que permitiu introduzir uma maior rotatividade no estacionamento de superfície, melhorando o acesso ao comércio tradicional.

O estacionamento, chegadas e partidas de autocarros, está também resolvido para décadas, fruto do investimento realizado e já finalizado com a construção da Estação Rodoviária, dotada de modernidade, segurança e conforto. Verificou-se na Estação Rodoviária, entre Janeiro e Junho do presente ano um tráfego de mais de 15.000 autocarros que saíram e entraram em Bragança e mais 100.000 passageiros embarcados e desembarcados.

Durante o ano de 2009, daremos seguimento ao processo de regularização da concessão do estacionamento, finalizando o processo na perspectiva da entrega da concessão, ou da gestão directa, com a definição de um acordo de ressarcimento da empresa construtora do parque da Praça Camões, conforme orientação aprovada na Assembleia Municipal. Em qualquer das soluções, o estacionamento terá de ser gerido de forma mais eficaz, em benefício da maior rotatividade do espaço de superfície e de uma maior atractividade do estacionamento subterrâneo e de uma maior rentabilidade económica. Neste contexto até ao final do presente ano estará finalizado o processo da reorganização do estacionamento condicionado em superfície com aplicação do novo regulamento.

GRÁFICO XLII. Evolução da Procura nos Parques Subterrâneos

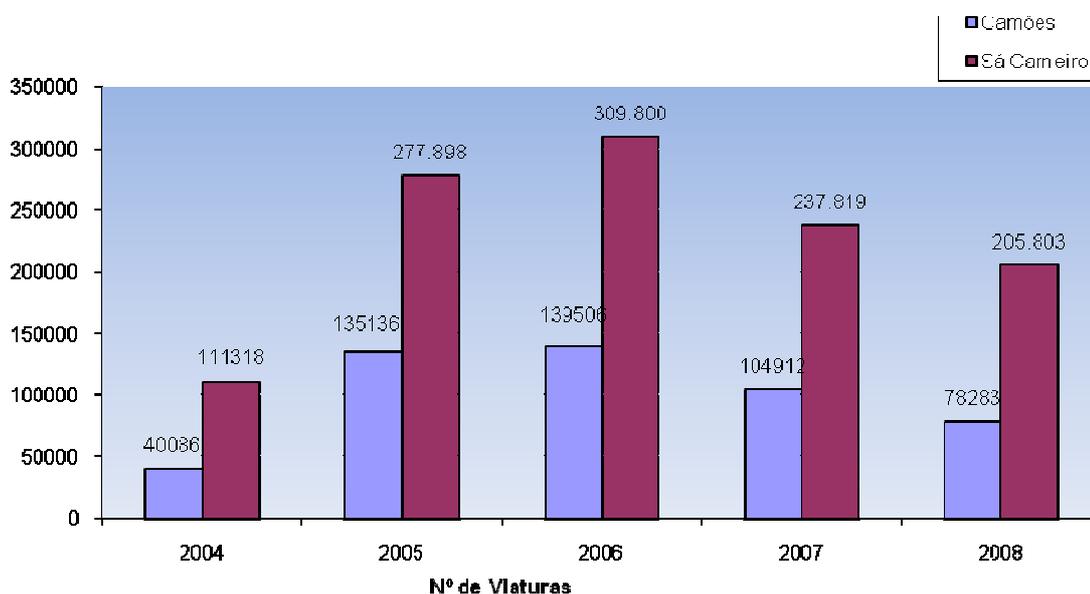
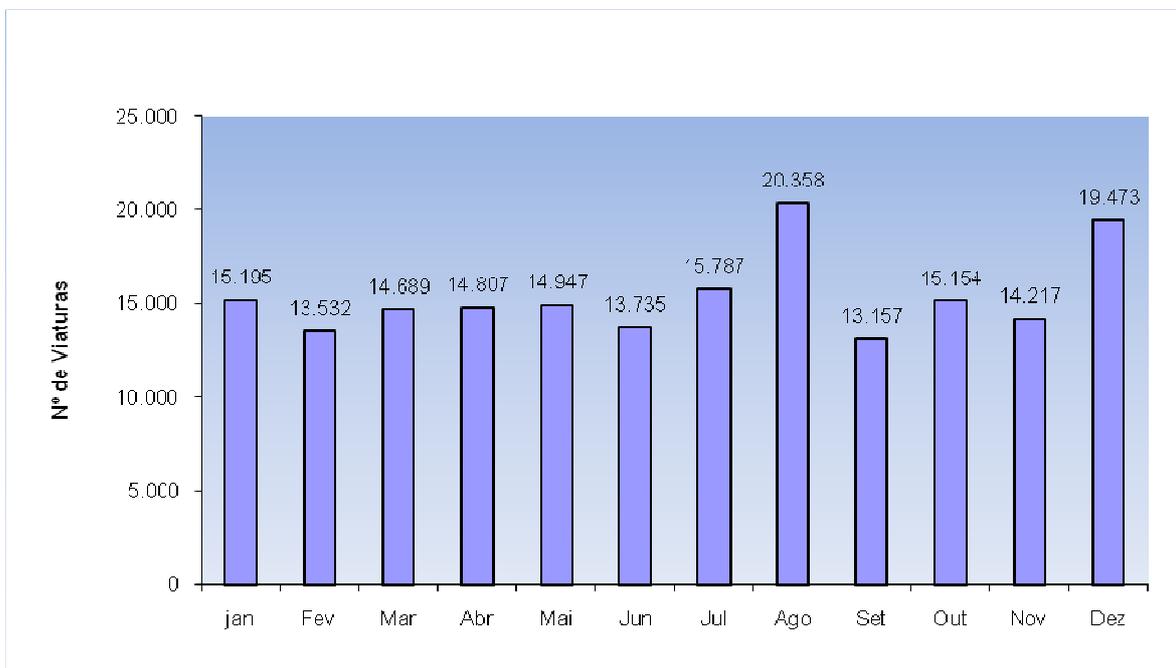
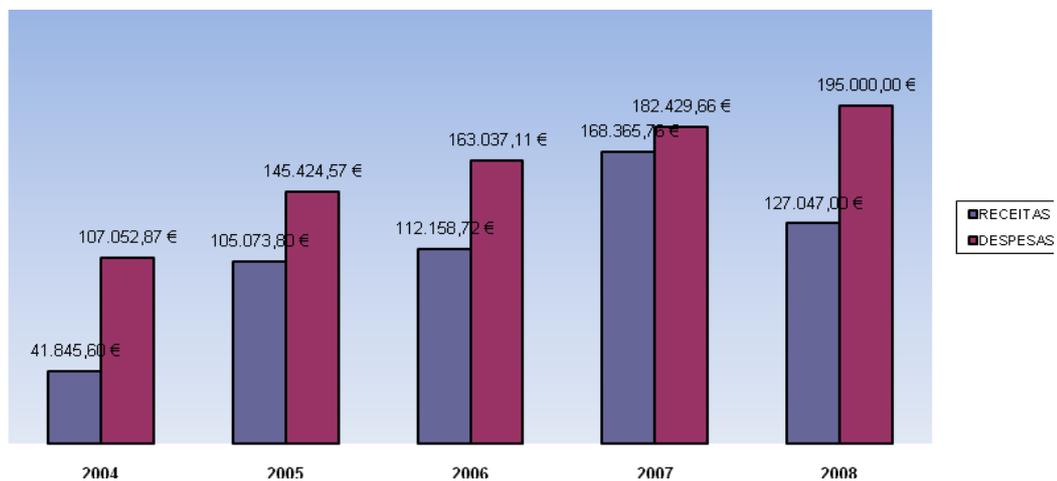


GRÁFICO XLIII. Distribuição Média Anual da Procura nos Parques Subterrâneos (2004-2008)**GRÁFICO XLIV. Balanço Financeiro dos Parques de Estacionamento (2004/2008)**

3.3.2. Transportes Aéreos

Foi instalado, no monte de Abrans em Samil, o radar de apoio à navegação aérea através de VOR/DME, conforme orientação da VAV – Portugal E.R.E., de modo a garantir cobertura no interior norte do país.

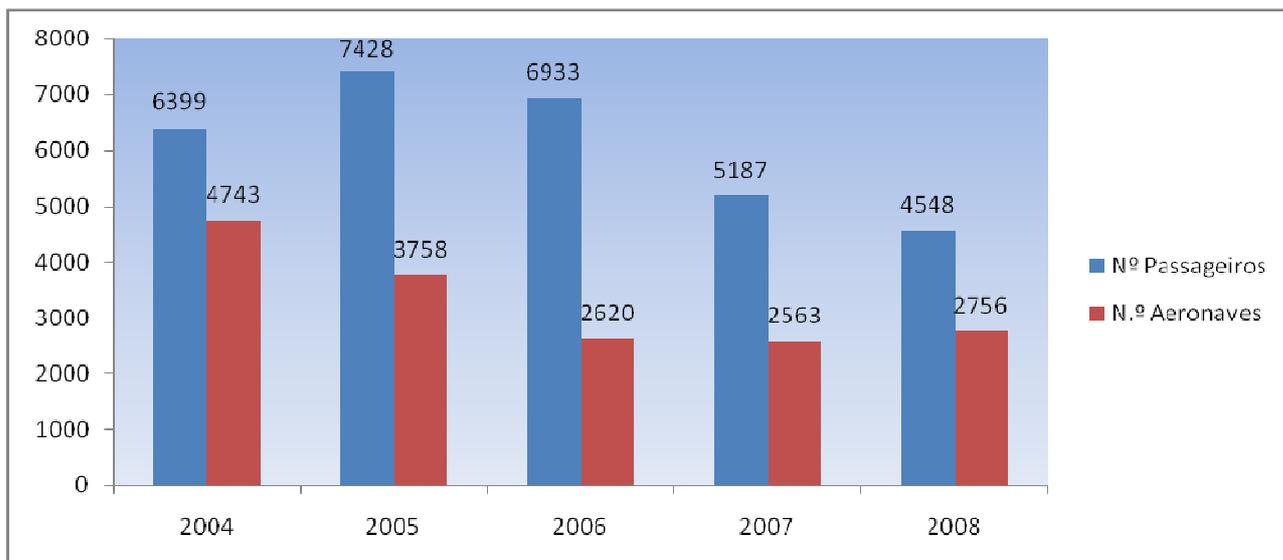


Foi obtido parecer favorável do Instituto Nacional da Aviação Civil (INAC) na apreciação prévia de viabilidade da revisão do Plano Director do Aeródromo Municipal com aeronave crítica de projecto tipo Boeing 737-800 ou Airbus A320 sendo a primeira fase a realização dos Projecto de Execução da ampliação da pista de 1700 metros para 2300 metros, de requalificação dos equipamentos de apoio à navegação aérea e de reconversão dos edifícios de apoio de forma a tornar o aeródromo num Aeroporto Regional, garantindo assim o desenvolvimento e a diversificação da oferta de Bragança na área das acessibilidades.



O aeródromo está em plena afirmação, que pode ser demonstrada pela evolução do número de passageiros que se tem registado em anos recentes. Entre 2000 e 2007, o número total de passageiros na carreira regular entre Bragança e Lisboa cresceu cerca de 138%.

GRÁFICO XLV. Aeródromo Municipal - Evolução no n.º de Passageiros e Aeronaves (2004-2008)



O tráfego verificado no aeródromo nos primeiros 10 meses de 2008, foi de 2.462 movimentos de aeronaves e 4.006 embarques ou desembarques de passageiros. O que corresponde, em relação ao mesmo período do ano de 2007, a um aumento de 8,1 % nos movimentos das aeronaves e redução de 13,7% do número de embarque e desembarque de passageiros. Os resultados operacionais, em baixa, verificados nos primeiros dez meses devem-se essencialmente a menor procura verificada na carreira Bragança-Lisboa (- 20%).

3.4. Comércio e Turismo

3.4.1. Mercados e Feiras

A necessidade de dotar com as melhores condições o espaço para a realização das feiras mensais, daremos um contributo importante para que esta actividade centenária, possa ter continuidade e se realize nas melhores condições possíveis. Assim, será objecto de intervenção no sentido de construir uma vedação ao recinto e melhorar o pavimento, tendo como objectivo principal, a instalação definitiva da feira em recinto próprio, garantindo a requalificação do espaço adjacente ao Mercado Municipal e da envolvente da Catedral, para além de continuarmos a envidar todos os esforços para que o espaço onde

se localiza a Estradas de Portugal, ocupado com estaleiro e armazéns subaproveitados e do ponto de vista arquitectónico e urbanístico desenquadrado de toda a envolvente próxima (Catedral, Mercado e CMB) possa ser requalificado como espaço de lazer e de ligação entre equipamentos.

As feiras de Artesanato e das Cantarinhas constituem eventos de referência a nível regional e nacional, que continuarão a obter o apoio da autarquia bem como outras feiras temáticas (Norçaça/Norpesca e Norcastanha) impulsionadoras do comércio e da valorização dos produtos locais.

Uma aposta reforçada na Norcastanha permitirá alavancar toda a fileira de um produto que é determinante na economia agrária do nosso concelho.

3.4.2. Turismo

A elevada qualidade ambiental e paisagística, a riqueza monumental e cultural, a gastronomia, o artesanato, a hospitalidade das nossas gentes, tornam a cidade de Bragança como um itinerário imprescindível no panorama nacional.

A dimensão cultural e a qualidade patrimonial existentes em Bragança representam uma mais valia importante que poderá trazer benefícios para a economia do concelho.

Bragança tem criadas as condições para atrair os turistas nacionais e estrangeiros de modo a que estes permaneçam na região, dinamizando a economia através do sector do turismo. Estas condições passam pelo desenvolvimento de equipamentos que se constituem pela sua originalidade, marcando a diferença. O Museu Ibérico da Máscara e do Traje apresenta-se, hoje, como uma mais valia a nível nacional e constitui, já, uma referência turística, visitado por milhares de pessoas que se deslocam à Bragança para ter um contacto mais próximo com as manifestações ligadas à temática da máscara, identidade da nossa região. Aliado a este facto, a organização de eventos como a Festa da História, realizada pela primeira vez em 2007, a Mascararte - Bienal da Máscara e o Carnaval dos Caretos, poderá vir a tornar-se um motivo suficiente, para muitos turistas se deslocarem a Bragança.

Com a abertura do Centro de Arte Contemporânea, a cidade conta com uma rede de equipamentos culturais excepcionais que servirão para a atracção de pessoas e a sua permanência. Este equipamento foi alvo de uma candidatura ao Prémio Turismo Portugal. Temos consciência de o Centro de Arte Contemporânea é um sério candidato a este prémio por se tratar de um equipamento de altíssima qualidade, ligado a um arquitecto de grande relevo a nível nacional e internacional.

Continuaremos a apoiar uma ampla articulação com as Instituições, directa ou indirectamente, ligadas ao sector do turismo, com as Câmaras Municipais do distrito, os municípios vizinhos da Província de Zamora, potenciando as relações que podem ser geradas a partir da Comunidade de Trabalho Bragança/Zamora, em articulação com a Comunidade de Trabalho Norte de Portugal/Castela e Leão, também no âmbito da Associação das Cidades do Eixo Atlântico do Norte Peninsular, no sentido da promoção eficaz da região num espaço mais amplo de cooperação.

GRÁFICO XLVI. Número de Turistas

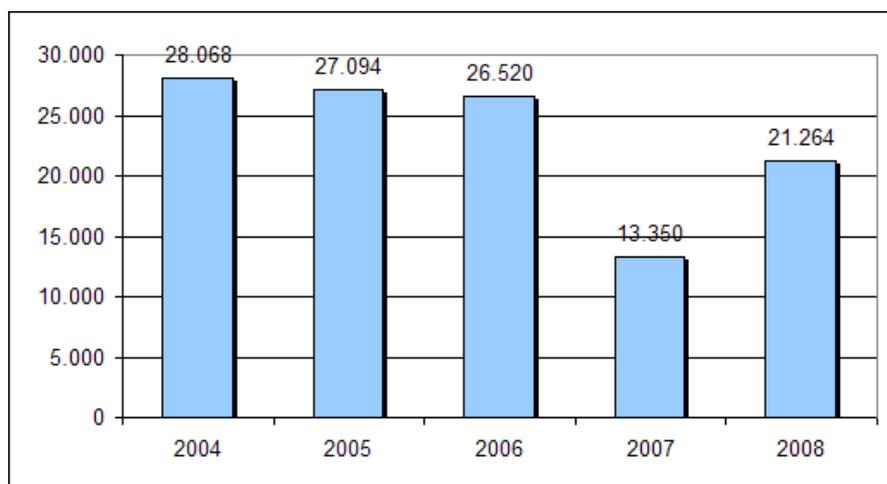
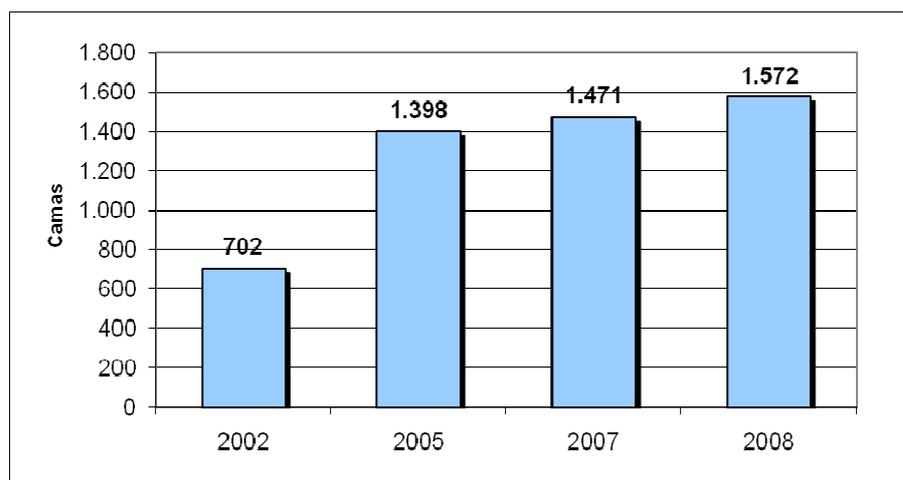


GRÁFICO XLVII. Total de camas no Concelho de Bragança



8. COLABORAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA

Daremos continuidade à cooperação com as Juntas de Freguesia, apoiando-as técnica e financeiramente. Assente numa postura exigente ao nível da utilização dos recursos e no âmbito das suas competências promovendo a colaboração noutras áreas, desde a recuperação do património, construção de infra-estruturas, pavimentação de arruamentos, construção de equipamentos colectivos, arranjo e limpeza de caminhos, ampliação e requalificação de cemitérios, construção e reabilitação de pontões, promoção económica das actividades tradicionais, construção de sedes de Junta de Freguesia, construção de centros de convívio, arranjo de largos e outros trabalhos de requalificação, fazendo-o com qualidade e de forma criteriosa, no sentido da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do maior número de cidadãos.

As transferências previstas neste orçamento para apoiar financeiramente a actividade das Juntas de Freguesia são no valor de 754.100 euros, sendo 50.000 euros para despesas correntes e 704.100 euros de transferências de capital, incluindo estas, o valor das transferências contempladas no PAM (292.500 euros).

Comparativamente ao valor transferido no ano de 2008 (392 000 euros), as transferências de capital – não associadas ao PAM – são objecto de um **aumento de 5%** totalizando, no ano de 2009, o montante de 411.600 euros.

Este Plano - apresenta na sua globalidade - o valor de 1.187.400 euros, para investimentos diversos a realizar pelas Freguesias, associações, famílias carenciadas e outros.

De registar que no corrente ano de 2008, as transferências de capital operadas para as Juntas de Freguesia, foram de 1.783.000 euros - representando um aumento de mais de 100% face ao inicialmente previsto (815.500 euros) - tendo sido utilizadas verbas que estavam contempladas em PAM para os anos 2008 e 2009. Assim, e dado o facto de que a maioria dos investimentos previstos estarem concluídos ou em execução, fundamenta uma menor disponibilização de verbas para o ano de 2009.

O PAM traduz um conjunto significativo de investimento a realizar na área rural, sendo de destacar:

- Beneficiação da Casa do Povo de Izeda;
- Pavimentações e/ou repavimentações de estradas;
- Apoio à construção de Sedes de Junta de Freguesia;
- Apoio à construção de Centros de Convívio;
- Apoio à construção de polidesportivos;
- Requalificação de largos.

É ainda de referir que, o parque de máquinas e equipamento do Município está, no essencial, ao serviço da resolução das necessidades da população da área rural.

9. COLABORAÇÃO COM AS ASSOCIAÇÕES

Sendo essencial a participação dos cidadãos na vida da comunidade, o reforço da cidadania activa e a construção de uma maior solidariedade este Município apoia as Associações, com verbas significativas, as actividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social - incidindo uma parte significativa destas verbas no apoio à construção e conservação de equipamentos. Estas acções/ actividades têm por base acordos de colaboração previamente celebrados.

No âmbito da colaboração com as Instituições sem fins lucrativas, a transferência de verbas teve – em 2008 - um crescimento de, aproximadamente, 30% verificando-se, assim, a antecipação de verbas que estavam previstas disponibilizar somente no ano de 2009.

No orçamento para o ano de 2009 estão previstas transferências de verbas no valor global de 979.000 euros, sendo 677.500 euros de origem corrente e 301.500 euros de capital. Destes montantes, 791.500 euros encontram-se reflectidos no Plano de Actividades Municipal.

Às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) continuaremos a prestar uma atenção especial tendo em conta o trabalho que desenvolvem a favor dos mais esquecidos, marginalizados e excluídos socialmente do processo de desenvolvimento e daqueles que, por impossibilidades físicas e outras, necessitam de apoios especiais.

Neste âmbito, em parceria com outras instituições, estão inscritas verbas para reabilitação de habitações de famílias carenciadas, para a construção de centros de convívio de associações e para apoiar a construção de centros de dia e lares de terceira idade.

Continuando a colaborar com as Comissões Fabriqueiras contribuiremos para a recuperação do património religioso edificado, um dos mais proeminentes na área do Município.

10. PARTICIPAÇÕES DETIDAS PELO MUNICÍPIO EM OUTRAS ENTIDADES

O Município de Bragança integra ou participa, no âmbito das suas competências, no capital social das seguintes empresas:

- “Municípiã – Empresa Intermunicipal de Cartografia, S.A.” com 1% do capital social e uma participação subscrita de 0,77%;

- “Mercado Municipal de Bragança, E.M.” (empresa municipal), com 100% do capital social, após um reforço no montante de 165.000,00 euros, passando o capital do valor de 1.094.000€ para 1.259.000€, aumento esse na modalidade de entradas em dinheiro, mediante a emissão de 33.000 novas acções de 5,00€ cada, a realizar pelo accionista único, Município de Bragança.

O accionista Município de Bragança subscrevendo o aumento do capital social, passa a deter 251.800 acções. O referido aumento do capital social, vai permitir a amortização do empréstimo a médio e longo prazo contraído pela empresa para a construção do Edifício, correspondendo 96.156,96€ a capital e 69.652,90€ a juros, reforçando assim, a oportunidade que foi a construção deste equipamento de apoio ao comércio tradicional, considerado por quem o que visita e utiliza, um equipamento de excelência, mantendo o empenho contínuo no equilíbrio das contas da empresa, tal como é esperado.

A empresa prevê para o ano de 2009, encargos de capital e juros, associados a curto, médio e longo prazos no montante de 217.637,00 euros, pelo que será necessário, recorrer a um aumento de capital social no valor de 200.000,00 euros, sendo que desta verba 50.000,00 euros destinar-se-ão a investimento.

- “Terra Fria Carnes, Lda” com 100% do capital social. Desde o ano de 2006, passou assim o Município de Bragança a ser único detentor do capital social desta firma, com um capital social no valor de 350.000€.

Relativamente aos recursos humanos da empresa manteve-se a mesma situação do ano anterior em número de trabalhadores (10).

A empresa prevê para o ano de 2009 a obtenção de um cash-flow positivo, o que significa que a actividade operacional desta liberta meios suficientes para suportar os custos operacionais.

Proceder-se-á a um aumento de capital no montante de 75.000,00 euros, destinando-se o mesmo a assegurar o serviço de dívida, associada a amortização de capital e juros, referente à construção e ainda pagamentos ao IFAP e investimento.

- “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.”, com 3,82% do capital social (ainda não totalmente realizado).

-
- “Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda”, com 4,545% do capital social.

 - “PENOGUE - Parque Eólico da Nogueira, Lda”, com 4% do capital social.

 - O Município participa também no capital social da empresa “Resíduos do Nordeste, E.I.M.”, através da A.M.T.F.T. .

Em reunião de Câmara de 25 de Fevereiro de 2008 e sessão da Assembleia Municipal de 29 de Fevereiro de 2008, foram aprovados os Estatutos e autorizada a integração deste Município na “Associação Técnica e de Municípios, da Via Rápida León-Bragança”. Trata-se de uma associação de carácter cultural e tem como fins: Fomentar aspectos da amizade e solidariedade entre os seus associados, assim como uma maior comunicabilidade entre as pessoas e as cidades e locais por onde se pretende construir a Via Rápida León – Bragança, seguindo a linha aproximada do actual traçado da estrada “CL 622”, que se dirige desde León à cidade portuguesa de Bragança, nomeadamente León, Santa María del Páramo, la Bañeza, Castrocontrigo, (LE 125), Puebla de Sanabria, Fronteira de Espanha – Portugal e Bragança. Juntaram-se ainda os demais Municípios do actual traçado, Municípios Colaterais, Entidades Empresariais, Universidades ou Departamentos das mesmas, Associações Culturais, Agrupamentos Empresariais, Associações Técnicas ou Profissionais, Organismos de Direito Público e Pessoas a Título Individual.

Realizar acções de modo a sensibilizar no âmbito geográfico descrito, para a necessidade de dispor de uma via de comunicação moderna e de acordo com estruturas do século XXI, concretamente uma Via rápida, em consonância com as características técnicas determinadas para uma via com esta denominação.

Apresentar todos os argumentos técnicos, sociológicos e socioeconómicos perante as Autoridades da Junta de Castilha e León e o Ministério de Fomento del Gobierno de España, dada a sua internacionalização, para convencer da vontade e enorme transcendência para o desenvolvimento dos Municípios e Juntas de Freguesia que esta via atravessa, tem para além do principal objectivo, unir o Norte de Portugal, expressamente desde o Porto, com León como ponto estratégico no Noroeste de Espanha, a sua intermodalidade e a comunicabilidade com as Cidades e Portos do Norte e a sua conexão com o Centro da Europa.

Proporcionar e organizar fóruns e jornadas técnicas participativas, no espaço geográfico indicado, não só para sensibilizar e mobilizar todas as pessoas que assumam o projecto, como também, inclusive depois da sua realização, se mantenha um intercâmbio de carácter cultural entre as povoações e cidades.

Possibilitar estudos e publicações de divulgação, dando a conhecer aspectos culturais, artesanais, empresariais, turísticos e etnográficos de todas as povoações, cidades, municípios e juntas de freguesia que fazem parte do traçado e colaterais; propiciando intercâmbios de todo o tipo nos aspectos anteriormente referidos.

Em reunião de Câmara de 11 de Agosto de 2008 e sessão da Assembleia Municipal de 8 de Setembro de 2008, foram aprovados os Estatutos e autorizada a integração deste Município na constituição das seguintes Associações:

1. "Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia"

Esta associação, com sede no concelho de Bragança, tem como objecto a promoção, lançamento e gestão do BRIGANTIA ECOPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, que visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior.

2. "Associação para o desenvolvimento do Régia-Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia"

A referida associação de direito privado sem fins lucrativos, com objectivos científicos e tecnológicos, terá a sua sede no concelho de Vila Real.

A associação tem como objecto a promoção, lançamento e gestão do REGIA-DOURO PARK – Parque de Ciência e Tecnologia, que visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior.

Para a prossecução dos seus objectivos gerais, compete às associações:

- a) Disponibilizar instalações e equipamentos adequados às necessidades de empresas de base tecnológica;
- b) Apoiar a incubação de empresas de base tecnológica e promover o empreendedorismo;
- c) Prestar serviços de gestão de projectos, nomeadamente nos que resultem da actividade enunciada na alínea anterior;
- d) Promover a colaboração entre os associados e organismos de investigação, universidades e empresas, em projectos de I+D+i;
- e) Detectar e seleccionar fontes de financiamento tendo em vista os objectivos dos associados no desenvolvimento de projectos nas áreas de actuação da ASSOCIAÇÃO;
- f) Promover, desenvolver e apoiar a execução de projectos de apoio tecnológico para a modernização empresarial;
- g) Apoiar a criação de unidades de investigação aplicada e de núcleos empresariais de tecnologias avançadas;
- h) Promover o registo de patentes e fazer a sua exploração;
- i) Prestar serviços de consultoria e apoio técnico;

-
- j) Apoiar as empresas na optimização e desenvolvimento de processos e produtos;
 - k) Desenvolver e participar em programas de formação de recursos humanos;
 - l) Colaborar com instituições nacionais e estrangeiras de forma a conseguir máxima eficiência na sua acção;
 - m) Participar em concursos nacionais e internacionais que se realizem no âmbito das actividades que constituem o seu objecto;
 - n) Permutar e difundir informação de carácter relevante para os seus associados.

As Associações poderão articular a sua actividade com instituições afins, podendo filiar-se em organismos nacionais ou estrangeiros.

As escrituras de constituição destas Associações foram realizadas no dia 29 de Outubro de 2008.

Este Município integra, assim, as seguintes associações: "Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas"; "Centro Ciência Viva de Bragança"; "Associação Nacional de Municípios Portugueses"; "Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro"; "Associação de Municípios da Terra Fria"; "Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico"; "Associação Norte Cultural"; "Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular"; "Associação Técnica e de Municípios, da Via Rápida León-Bragança"; "Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia" e "Associação para o desenvolvimento do Régia-Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia".

Participa na "Comunidade de Trabalho Bragança/Zamora", faz parte do Patronato da "Fundação Rei Afonso Henriques" e preside à direcção da "Fundação os Nossos Livros", que tem na Câmara Municipal o seu único suporte em termos financeiros, para além dos reduzidos recursos próprios.

A carteira de títulos detida, em 2007, directamente pelo Município de Bragança é composta por um universo de 23 participações, das quais 3 são sociedades anónimas (S.A.) de capitais maioritariamente públicos, 3 são sociedades por quotas (Lda.) e 2 adoptam a forma de entidades de natureza municipal ou intermunicipal. As restantes resultam de processos variados que vão desde dações em pagamento de quotas a apoios financeiros.

Podemos agrupar as participações por 3 grupos de entidades:

QUADRO 23. Entidades societárias participadas

| Denominação (da participada) | Data de constituição | Capital | Participação subscrita | | Participação realizada até 30.10.2008 | Previsão para o ano de 2009 | Obs. |
|--|----------------------|-----------------|------------------------|--------|---------------------------------------|-----------------------------|------|
| | | | | | | | |
| 1 Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. | 06.10.2001 | 28.000.000,00 € | 1.070.867,00 € | 3,82 | 224.939,89 € | | |
| 2 Bragança polis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis Bragança, S.A. | 09.11.2000 | 5.986.000,00 € | 2.394.400,00 € | 40,00 | 2.394.400,00 € | 1.674.263,31 € | a) |
| 3 Mercado Municipal de Bragança, E.M. | 23.07.2001 | 1.259.000,00 € | 1.259.000,00 € | 100,00 | 1.259.000,00 € | 200.000,00 € | b) |
| 4 Mucipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. | 18.10.1999 | 3.236.678,67 € | 24.950,00 € | 0,77 | 24.939,80 € | | |
| 5 Terra Fria Carnes, Lda. | 20.07.1998 | 350.000,00 € | 350.000,00 € | 100,00 | 350.000,00 € | 75.000,00 € | c) |
| 6 PENOG - Parque Eólico de Nogueira, Lda | 05.02.2003 | 50.000,00 € | 2.000,00 € | 4,00 | 2.000,00 € | | |
| 7 Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda. | 30.06.1994 | 82.302,00 € | 3.741,00 € | 4,545 | 3.741,00 € | | |
| 8 Resíduos do Nordeste, E.I.M. | 31.10.2002 | 50.000,00 € | 18.500,00 € | 37,00 | 18.500,00 € | | d) |

a) Em fase de liquidação e conforme proposta de partilha dos activos e passivos, reportados a 30.09.2008, os valores provêm de dívidas a instituições de crédito, fornecedores e débitos diversos.

b) O aumento de capital social a realizar pelo Município de Bragança destina-se a assegurar parte do serviço da dívida, sendo 50.000 euros para investimento do Edifício.

c) O aumento de capital social a realizar pelo Município de Bragança destinar-se-á a melhorar o controlo da gestão operacional da empresa, pretendendo renegociar o passivo bancário existente, justificado pelo deficit operacional da empresa, pelo pagamento do serviço da dívida e ainda pela conjuntura económica.

d) Participação detida pela AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano em 37,00%, correspondendo ao Município de Bragança 25,00% dessa mesma participação (cf. parte detida na AMTFNT).

QUADRO 24. Entidades não societárias participadas

| Denominação (da participada) | Contribuição | | Obs. |
|--|--------------------------|-----------------------------------|------|
| | Realizada até 30.10.2008 | Previsão para o Exercício de 2009 | |
| 1 AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro | 0,00 € | 0,00 € | |
| 2 ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses | 5.435,00 € | 5.435,00 € | |
| 3 AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano | 56.599,44 € | 77.300,00 € | |
| 4 Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico | 548,68 € | 548,68 € | |
| 5 Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular | 6.000,00 € | 6.000,00 € | |
| 6 Associação Centro Ciência Viva de Bragança | 99.146,89 € | 50.000,00 € | |
| 7 Associação Norte Cultural | 3.150,00 € | 3.150,00 € | |
| 8 Associação "Cidades Saudáveis" | 0,00 € | 0,00 € | |
| 9 Associação "Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas" | 0,00 € | 0,00 € | |
| 10 Corane - Associação de Desenvolvimento da Raia Nordestina | 0,00 € | 0,00 € | e) |
| 11 Associação Técnica e de Municípios da Via Rápida Léon-Bragança | 0,00 € | 0,00 € | f) |
| 12 Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia | 0,00 € | 100.000,00 € | g) |
| 13 Associação para o desenvolvimento do Régia-Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia | 2.000,00 € | 0,00 € | g) |

e) Participação detida pela e através da AMTFNT – Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano.

- f) Autorizada a integração deste Município em RC de 25 de Fevereiro de 2008 e AM de 29 de Fevereiro de 2008.
g) Escrituras de constituição das Associações realizadas no dia 29 do mês de Outubro de 2008.

QUADRO 25. Fundações instituídas, em parte, pelo Município de Bragança

| | Denominação | Contribuição | | Integra |
|---|-------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| | | Realizada até 30.10.2008 | Previsão para o Exercício de 2009 | |
| 1 | Fundação "Os Nossos Livros" | 74.620,65 € | 93.675,00 € | a Direcção, a qual Preside |
| 2 | Fundação Rei Afonso Henriques | 5.000,00 € | 0,00 € | a Comissão Executiva Delegada |